



Fabio Pezzi Parode
Francisco Rafael Mesquita Jerônimo
Maximiliano Zapata (Orgs.)

Semiótica da Diversidade

Devires minoritários e linhas de fuga



O ano de 2016 foi um ano trágico na História do Brasil. Exatamente em 31 de agosto de 2016 a presidenta Dilma Rousseff tem seu mandato cassado. Fatos históricos têm nos demonstrado a dinâmica de uma grande conspiração orquestrada por agentes de dentro das instituições, do judiciário, do executivo e também do legislativo contra um regime de governo cujo maior objetivo foi diminuir a desigualdade social. Um conjunto de condições foram forjadas e a primeira mulher eleita democraticamente por mais de quarenta milhões de votos foi julgada e condenada por um suposto crime de responsabilidade que de fato nunca existiu e nunca existira na história da administração dos muitos outros presidentes que a precederam. É neste cenário que uma avalanche de acontecimentos começam a redirecionar o país para um projeto político que acima de tudo, retrocedia: na economia, nos valores culturais, no papel das instituições, nos direitos sociais, entre outros. Setores da população emergem com uma visão de mundo redutora, autoritária, no limite, fascista. Grupos minoritários tais como os indígenas, os negros, os LGBTQ e as mulheres são abertamente excluídos e referidos pelos novos líderes da direita como inferiores, secundários e em alguns casos até, a serem combatidos. O fundamentalismo religioso deu alicerce a um pensamento restritivo no campo da moral e dos costumes. Uma série de eventos marcaram a presença desse comportamento no campo social e cultural. Um forte movimento de censura se manifestou e impediu a liberdade de expressão de artistas em seu pleno exercício, como ficou evidente no caso Queermuseu em 2017, entre outros. Os artigos aqui apresentados são resultado do seminário Comunicação Visual e Estética: dispositivo e poder ofertado em 2019 no Programa de Pós graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. O planejamento deste seminário buscou levar em conta o cenário político do país após o golpe de 2016. Buscou-se trabalhar de forma interdisciplinar com conceitos oriundos da filosofia, da comunicação e da semiótica, tais como dispositivo, afirmação de potência, diferença, minoria, gênero, transfeminismo, subjetividade, assim como, mídia, representação, discurso, narrativas, heterotopias etc. Buscou-se no conjunto dos textos refletir sobre as condições de produção de grupos minoritários diante do cenário político desfavorável às suas expressões. Da comunicação à cultura, diferentes formas de expressão marcam estratégias de resistência e organização, perfazendo diferentes caminhos de subjetividades articuladas em grupos, atuando política e esteticamente no campo das lutas sociais, defendendo seus direitos e afirmando sua natureza. Desenha-se aqui, portanto, mais do que um laboratório de construção de conceitos e reflexões, indo além, articula-se vivências e compartilha-se histórias e pensamentos, formando no horizonte uma frente de resistência humana diante dos novos muros que se impõem à alegria e buscam emparedar através do ódio a livre expressão da diferença. Ao todo são treze artigos produzidos em torno da temática comum Comunicação Visual e Estética: dispositivo e poder.



Semiótica da Diversidade

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Coxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagnó da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

Semiótica da Diversidade

Devires minoritários e linhas de fuga

Organizadores:

Fabio Pezzi Parode

Francisco Rafael Mesquita Jerônimo

Maximiliano Zapata



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 28

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PARODE, Fabio Pezzi; JERÔNIMO, Francisco Rafael Mesquita; ZAPATA, Maximiliano (Orgs.)

Semiótica da diversidade: devires minoritários e linhas de fuga [recurso eletrônico] / Fabio Pezzi Parode; Francisco Rafael Mesquita Jerônimo; Maximiliano Zapata (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

228 p.

ISBN - 978-85-5696-692-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Semiótica; 2. Diversidade; 3. Ensaio; 4. Sociedade; 5. Brasil; I. Título. | | . Série.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Sumário

Apresentação	9
Fabio Pezzi Parode	
1.....	17
Fórum Cearense de Mulheres: uma análise exploratória da atividade no Facebook entre a oficialização das candidaturas e os quatro meses de governo Bolsonaro	
Ana Beatriz Leite; Larissa Sousa Silva	
2.....	31
Comunicação Online e Ativismo Cidadão: uma análise da experiência do aplicativo PenhaS	
Marina Solon Fernandes Torres Martins	
3.....	49
Do feminismo ao transfeminismo: questões ontopolíticas	
Fabio Pezzi Parode; Maximiliano Oscar Zapata; Nythamar de Oliveira	
4.....	67
Ativismo Poc: as estratégias de visibilidade do Coletivo LGBTI+ Flor no Asfalto	
Francisco Rafael Mesquita Jeronimo	
5.....	87
A desigualdade social em uma realidade tecnológica: o caso da Juv.TV, a WebTV da Rede Cuca	
Frederico Pinheiro de Souza Medeiros	
6.....	105
Das emissoras tradicionais para o <i>streaming</i>: o novo comunicador radiofônico na era emergente das web rádios no Estado do Ceará	
Bruno Balacó	

7	123
Narrativas de empoderamento no grupo cearense Samba Delas e o olhar da mídia sobre as sambistas	
Maria Isabella Sousa Miranda; Thais Jorge de Freitas	
8.....	137
Jaime Lauriano: Limite e Rizoma em Diáspora	
George Ulysses Rodrigues de Sousa; Allan Gomes Menezes	
9	161
A Indústria Cultural e a Tradução como Produto	
Thiago de Sousa Almeida	
10	169
O terminal de ônibus heterotópico a partir da relação com vendedores ambulantes	
Rosana Roseo Batista	
11	185
Análise sobre uma biblioteca livre e o seu potencial de transformação social	
Maria Luiza Viana de Aquino	
12.....	201
Sobralenses com saudade de casa: a página da Associação dos que Querem Bem Sobral e Distrito Federal no Facebook	
Claudiene dos Santos Costa	
13.....	215
Jogo é coisa de menino: A discriminação em <i>League of Legends</i>	
Guilherme Pedrosa Carvalho de Araújo	

Apresentação

Fabio Pezzi Parode

Esse livro é resultado de pesquisa e trabalho junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, a partir do projeto **Estética e Mídia: transformações socioculturais na pós-modernidade**, cujo objetivo foi investigar o processo de significação e micropolítico no campo das expressões socioculturais, onde a comunicação visual tem atuado na dinâmica de expressões de grupos minoritários.

Partiu-se do pressuposto de que no âmbito nacional, de forma sistêmica, um regime semiótico conservador e iconoclasta começou a configurar-se, fenômeno particularmente ativo a partir do caso da exposição *Queermuseu: cartografia da diferença na arte brasileira*, fechada antecipadamente em 10 de setembro de 2017 pela instituição Santander Cultural, após manifestações nas redes sociais contra o conteúdo de algumas obras. Evidenciou-se também, ainda em 2017 a censura da performance *La Bête*, do artista Fluminense Wagner Schwartz que se apresentou no Museu de Arte de São Paulo. Mais recentemente, em 2018, a obra de Rafael Augustaitiz, durante a mostra Pixo-Grafite, no Instituto Goethe, de Porto Alegre, foi depredada por religiosos. A Arquidiocese de Porto Alegre repudiou a obra alegando que havia conteúdo ofensivo à religião cristã.



Fonte:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/muro-de-instituto-goethe-de-porto-alegre-e-pixado-apos-protestos-contr-a-exposicao-de-arte-de-rua.ghtml>

Dentro do mesmo espírito de censura, no Estado do Espírito Santo, deputados aprovam Projeto de Lei que proíbe nudez em exposições.

artes plásticas

Deputados aprovam projeto de lei que proíbe nudez em exposições no ES

leia também

Não pode haver limite à arte, afirma André Sturm, secretário de Doria



Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1929877-deputados-aprovam-projeto-de-lei-que-proibe-nudez-em-exposicoes-no-es.shtml>

Esses são alguns dos fatos que evidenciaram um processo de transformação cultural, cujo papel das mídias tem sido fundamental para sua efetivação.

Assim, de forma exploratória, tendo como referência os estudos pós-estruturalistas de Deleuze, Guattari e Foucault, buscou-se desenvolver criticamente conceitos e teorias a fim de enfrentar o problema da construção do sentido no campo da comunicação audiovisual. Buscou-se questionar os mecanismos de construção do discurso e de sua legitimidade, expondo o embate entre conservadorismo e o livre exercício da diferença e da cidadania. Trata-se, no limite, de uma investigação que busca refletir sobre os processos de transformação da sociedade contemporânea brasileira em relação às produções midiáticas e culturais minoritárias. O corpus desta pesquisa delimitou-se pelas expressões que se dão através das linguagens simbólicas da

comunicação audiovisual, da arte na forma de exposições, e do discurso construído nas mídias.

A partir dessa pesquisa e da introdução dos conceitos chave: processo de minorização, resistência e discurso, no seminário ministrado no curso de mestrado do PPGCOM, utilizei como estratégia seminal o debate e a discussão crítica aproximando problemáticas em torno de minorias e políticas de resistência, processos comunicacionais de organizações e suas expressões culturais, com teorias calcadas na chamada filosofia da diferença e em princípios estéticos, construídos a partir de Deleuze, Guattari e Foucault.

O Grupo de alunos que se reuniu em torno da disciplina Tópicos Especiais: Comunicação Visual e Estética: dispositivo e poder, realizou pesquisa orientada pela prática do seminário, discutindo criticamente conteúdos, identificando linhas de abordagem, coletando e analisando dados de acordo com a definição de objetos ligados às temáticas do curso. A temática transversal que une todos os artigos é a expressão cultural, política e existencial de minorias, sua atuação e mobilização diante de um recente cenário de censura e opressão que vem se configurando no País a partir dos impasses sociopolíticos surgidos com o pretenso impeachment ou golpe jurídico-parlamentar (e midiático) de 2016. Na sucessão desse acontecimento um governo transitório excluiu minorias de sua plataforma política e na sequência, vários eventos opressores e discriminatórios marcaram uma virada cultural, um retrocesso conservador e moralista, fortemente calcado em ideologias de extrema direita e crenças religiosas neopentecostais. Como resultante, após uma tumultuada disputa eleitoral em 2018, devido aos efeitos negativos de *fake news* e intervenções judiciais, instalou-se um governo que responde a um projeto conservador de direita.

O principal objetivo do presente trabalho foi pautar o movimento de resistência das minorias, e para isso, partimos do seminário com questionamentos em torno das práticas

comunicacionais desses grupos, suas expressões e seus movimentos no cenário atual.

Semiótica da Diversidade: devires minoritários e linhas de fuga, é composto por treze textos cujo horizonte é a discussão em torno dos processos de minorização e práticas de resistência envolvendo o contexto feminino, os LGBTQ, os negros e os trabalhadores:

O primeiro, Fórum Cearense de Mulheres: uma análise exploratória da atividade no *Facebook* entre a oficialização das candidaturas e os quatro meses de governo Bolsonaro, de Ana Beatriz Leite; Larissa Sousa Silva, apresenta e discute a organização de mulheres no Estado do Ceará, em busca de reconhecimento de direitos e cidadania a partir de ativismo cultural e político.

Comunicação Online e Ativismo Cidadão: uma análise da experiência do aplicativo PenhaS, de Marina Solon Fernandes Torres Martins, busca discutir a tecnologia em sua relação com os movimentos sociais a partir de um aplicativo cujo objetivo é atuar no contexto da violência contra a mulher. O aplicativo facilita, aproxima e organiza a atuação de agentes promotores da segurança e qualidade de vida da mulher.

Do feminismo ao transfeminismo: questões ontopolíticas por Fabio Pezzi Parode; Maximiliano Oscar Zapata e Nythamar de Oliveira, discute o campo semântico do feminino, questiona no horizonte o campo do Ser Mulher, ampliando o olhar para o universo trans em seu processo de inclusão na mídia, seja pela cultura do consumo, seja pela atuação de um transfeminismo crescente.

Ativismo Poc: as estratégias de visibilidade do Coletivo LGBTI+ Flor no por Asfalto, por Francisco Rafael Mesquita Jeronimo, aborda a atuação de um grupo organizado em torno das questões LGBTI+, identificando em sua prática objetos de questionamento sobre o processo inclusivo e o universo de violência física e simbólica em sociedade.

A desigualdade social em uma realidade tecnológica: o caso da Juv.TV, a WebTV da Rede Cuca, por Frederico Pinheiro de Souza Medeiros, aborda a problemática da juventude e a atuação do poder público através da formação das Redes Cucas, onde diversos projetos são implementados com foco na juventude e inclusão social.

Das emissoras tradicionais para o *streaming*: o novo comunicador radiofônico na era emergente das web rádios no Estado do Ceará, por Bruno Balacó, problematiza o universo das rádios alternativas na web, abordando a questão minoritária no mercado radiofônico no Ceará através de sua expansão tecnológica.

Narrativas de empoderamento no grupo cearense Samba Delas e o olhar da mídia sobre as sambistas, por Maria Isabella Sousa Miranda e Thais Jorge de Freitas, trata da atuação de mulheres no universo masculinista do samba, expondo os enfrentamentos e os diferenciais do grupo cearense Samba Delas.

Jaime Lauriano: Limite e Rizoma em Diáspora, por George Ulysses Rodrigues de Sousa e Allan Gomes Menezes, tem como mote discutir a problemática do racismo no contexto brasileiro, partindo da análise estética e visual da obra do artista Jaime Lauriano.

A Indústria Cultural e a Tradução como Produto, por Thiago de Sousa Almeida, destaca as problemáticas da tradução como mercadoria, pelo viés da Indústria Cultural, expondo as limitações e contradições do profissional enquanto agente minoritário inserido em um mercado massificado.

O terminal de ônibus heterotópico a partir da relação com vendedores ambulantes, por Rosana Roseo Batista, aborda a arquitetura e o planejamento de um espaço de passagem, um terminal de ônibus, pelo viés daqueles que ali atuam como ambulantes, vendedores de produtos com pouco valor agregado.

Análise sobre uma biblioteca livre e o seu potencial de transformação social, por Maria Luiza Viana de Aquino, questiona o contexto da produção cultural e social trazendo como objeto uma

biblioteca alternativa situada em zona periférica da cidade de Fortaleza, expondo as estratégias dos agentes culturais implicados no projeto e conceitos em torno do enfrentamento do modelo hegemônico de consumo, aproximando-se, assim, de questões pertinentes ao design colaborativo.

Sobralenses com saudade de casa: a página da Associação dos que Querem Bem Sobral e Distrito Federal no Facebook, por Claudiene dos Santos Costa, traz como temática a presença de migrantes cearenses em outros territórios, expondo estratégias de compartilhamento de experiências e manutenção de memórias, buscando com isso, preservar a cultura de origem.

Jogo é coisa de menino: A discriminação em *League of Legends*, por Guilherme Pedrosa Carvalho de Araújo, aborda o universo masculinista em relação à jogos virtuais, expondo contradições e processos de minorização no contexto do mercado dos games.

Fórum Cearense de Mulheres: uma análise exploratória da atividade no Facebook entre a oficialização das candidaturas e os quatro meses de governo Bolsonaro*

*Ana Beatriz Leite*¹
*Larissa Sousa Silva*²

1 Introdução

A disciplina de Tópicos Especiais em Comunicação II, ministrada pelo Prof. Dr. Fábio Pezzi Parode no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), em 2019.1, estruturou-se ao redor da discussão de literatura a respeito da estética e comunicação, perpassando a temática das minorias sociais, e problematizando tais questões no contexto cultural contemporâneo. Este artigo traz os resultados do trabalho final proposto na disciplina, cujo objeto foi o Fórum Cearense de Mulheres, mais especificamente as estratégias adotadas pelo grupo na comunicação através da página do Facebook.

A partir de análise exploratória das publicações feitas no período das eleições presidenciais de 2018 e nos quatro primeiros meses do governo Bolsonaro, pudemos traçar alguns aspectos evidenciados por padrões temáticos na comunicação do

¹ Mestranda; Universidade Federal do Ceará; anabmilk@gmail.com

² Mestranda; Universidade Federal do Ceará; larissasousaufc@gmail.com

movimento. Apresentaremos, em um primeiro momento, o objeto - o contexto da criação do Fórum, suas propostas, sua forma de organização, os canais de comunicação e sua inserção dentro do ciberfeminismo ou o feminismo na internet, seguido da metodologia adotada para a coleta dos dados e a análise e seus respectivos resultados. Por fim, faremos uma breve reflexão acerca da relação entre os achados da observação e as discussões de duas obras abordadas na disciplina: o conceito de micropolítica de Guattari e Rolnik (1996) e o feminismo negro de Bell Hooks (2019).

2 Fórum Cearense de Mulheres

O Fórum Cearense de Mulheres é um movimento feminista com propostas anticapitalistas e antirracistas, criado no Ceará em 1994, no processo preparatório à Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz - 1995, Pequim. Integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), é composto por um grupo independente de mulheres que atua de forma horizontal, sem estruturas hierárquicas. O Fórum não possui sede própria e, por isso, realiza seus encontros em espaços parceiros, como a Universidade Livre Feminista, que oferece capacitação às militantes com cursos online e presenciais, o que evidencia o papel de importância do ambiente acadêmico na formação do movimento. Os encontros acontecem uma vez por mês e, a cada três meses, são realizadas plenárias para discutir questões internas ao grupo e o desenvolvimento das ações.

Na capital Fortaleza participam em média 35 mulheres, com perfis composto majoritariamente por estudantes e professoras. No interior do Estado, há o Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM), organização regional integrante do Fórum, que atua em várias cidades da Serra da Ibiapaba. Em Viçosa do Ceará, algumas militantes compõem o Grupo de Mulheres da Feira, que, além da produção agroecológica, realiza atos em prol da educação popular, conscientizando mulheres em espaços cotidianos, como a fila do

Bolsa Família, acerca de temas relevantes socialmente, como o caso atual da reforma da previdência. Todas as militantes, sejam da capital ou do interior, são voluntárias³.

3 Ciberativismo: a luta da rua pra rede

O Fórum é ativo nas redes sociais, com página no Instagram e no Facebook, onde divulga as ações do grupo e também de outros movimentos sociais. Na Internet, a atuação do grupo é aprimorada pelas ativistas, que utilizam o espaço para mobilizações *online* e *offline*. Atuação esta que é recorrente de grupos sociais na atualidade, como pontua Santos (2011): “Na maioria dos casos uma movimentação que começa na internet e acaba nas ruas. E, para isso, não basta apenas o ciberativista, mas o ativista 'real' também” (p. 3).

Atualmente, existem diversas páginas feministas na Internet, sejam blogs, *fanpages* no Facebook, perfis no Twitter ou em outras redes sociais. A inserção *online* se tornou inerente aos movimentos sociais na sociedade contemporânea, com a passagem natural do meio físico para o virtual. Com o intuito de ampliar a atuação, as ativistas feministas encontraram nesse meio, o ambiente propício para a propagação de suas ideias. Em meados de 1990, com o avanço da *web* no Brasil, houve a entrada de ativistas políticos, sociais e ambientalistas na rede. Segundo Vegh (2003 *apud* RIGITANO, 2003, p. 3), denomina-se ciberativismo a “utilização da internet por movimentos politicamente motivados”. Agora, é na internet que os ativistas difundem suas ideias e atividades tradicionais. O Fórum Cearense de Mulheres dialoga com esse conceito ao proporcionar um ambiente democrático e de trocas, seja no compartilhamento de notícias ou nas caixas de comentários. É lá que as mulheres interagem e divulgam suas ideias para o grupo.

³ As informações foram coletadas por meio de entrevista com a militante de Fortaleza Henriqueta Carvalho, 25 anos, integrante desde 2015, e Liliane, que atua no MIM há mais 15 anos.

4 Atuação do Fórum no Facebook

Em uma breve observação, pode-se notar que o grupo é mais ativo no Facebook, com fluxo de postagens constante na página criada em março de 2013. Apesar de, no geral, a página possuir características informativas, ela também revela seu caráter pessoal, que serve de apoio a muitas mulheres. É lá que elas se sentem acolhidas em um ambiente em que essas pessoas compartilham a mesma bandeira de luta. Optamos, portanto, por analisar a atividade e as estratégias comunicativas adotadas nesta rede.

Como seria inviável dar conta de todas as postagens feitas na página durante os seis anos, estabelecemos um intervalo temporal no qual presumimos que haveria atividade intensa do movimento - o período entre as eleições presidenciais de 2018, desde a oficialização das candidaturas até o segundo turno, e os quatro primeiros meses do governo Bolsonaro, ou seja, de 15 de agosto de 2018 a 1º de maio de 2019.

A coleta das postagens publicadas entre essas datas foi realizada através do aplicativo Netvizz, o que totalizou uma amostra de 155 *posts*. Decidimos por uma análise exploratória, ou seja, não utilizamos categorias analíticas pré-determinadas. A partir da exploração elencamos os seguintes aspectos a serem observados no conteúdo:

Autoria: O conteúdo publicado é de autoria do Fórum ou é compartilhado de outras fontes?

Fonte: Caso o conteúdo não seja autoral, qual é a fonte?

Eleições/Governo: A postagem é referente às eleições ou ao governo Bolsonaro?

Temas/subtemas: Qual é o tema central da publicação? Qual é o subtema?

Categoria: Qual é a intenção da postagem? Estabelecemos cinco categorias possíveis - Campanha política; Conteúdo

informativo ou educativo; Convite ou divulgação de ato político; Convite ou divulgação de eventos, projetos e outros movimentos sociais; Posicionamento.

Referência a outros movimentos sociais: A publicação faz referência a outra luta social?

5 Análise exploratória

A partir da análise, foi possível traçar um padrão das postagens feitas na página (Tabela 1). Selecionamos algumas amostras de cada aspecto analisado a fim de ilustrar, quando necessário. O primeiro aspecto analisado revelou que a maior parte do conteúdo (93 *posts*) foi compartilhado de outras fontes, ganhando espaço frente a publicações de autoria própria (58 *posts*) e mista (4 *posts*). A fonte do conteúdo compartilhado foi bastante diversificada, entre veículos noticiosos, páginas de outros movimentos sociais, páginas de pessoas públicas etc, e, em sua grande maioria, não se repetia. Pela heterogeneidade, julgamos não ser relevante quantificá-las.

TABELA 1
Conteúdo publicado pelo Fórum Cearense de Mulheres no Facebook (15/06/2018 - 01/05/2019)

Tipo	Ocorrências (nº de postagens)
Autoria	Própria (58); Conteúdo compartilhado (93); Mista (4)
Eleições/Governo	Sim (53); Não (102)
Temas	Top 5: Eleições (25); Feminismo (23); Violência contra a mulher (23); Raça (13); Segurança pública/desencarceramento (13)
Categoria	Ato político (42); Conteúdo informativo (40); Posicionamento (20); Campanha política (19); Eventos/projetos/outros movimentos (18)

FONTE: Autoria própria

Devido ao intervalo temporal escolhido para a coleta, elencamos como um dos aspectos analíticos a referência a assuntos relacionados às eleições presidenciais, na primeira parte da amostra, e ao governo Bolsonaro, na segunda parte. A partir da análise, pode-se notar que um esforço considerável de postagens (cerca de 35%) foi destinado a esses assuntos.

As temáticas tratadas pelas publicações foram diversas. As mais proeminentes, no entanto, foram “Eleições”; “Feminismo” - conteúdos relacionados ao movimento feminista em si, “Violência contra a mulher” - subdividido em subtemas como violência sexual, violência doméstica, pedofilia e feminicídio; “Raça” - majoritariamente relacionada ao movimento negro e mais pontualmente ao movimento indigenista; e “Segurança pública/desencarceramento” (exemplos nas Figuras 1). Como exemplo de outras temáticas abordadas, de forma menos proeminente, temos política, economia, meio ambiente e preservação do patrimônio histórico. Assim como a fonte dos conteúdos, os subtemas foram bastante heterogêneos e, por isso, não foram quantificados.

Por último, listamos cinco categorias nas quais poderiam ser encaixadas todas as postagens. Convite e divulgação de ato político foi o tipo de publicação mais comum, não tratando apenas de atos promovidos pelo Fórum Cearense de Mulheres, mas de atos relativos a outros movimentos sociais. Em seguida aparecem os conteúdos informativos, que podem ser notícias, pesquisas, entrevistas sobre temas atuais, entre outros. Os últimos três tipos tiveram números próximos, são as postagens de posicionamento, de campanha política e convite ou divulgação de eventos, projetos ou movimentos sociais diversos.

Com relação a campanha política, presente em 19 *posts*, identificamos que nove foram de posicionamento explícito contra Bolsonaro, a partir do movimento #EleNÃO, sete de apoio Haddad e três sem vincular nenhum candidato, como por exemplo, ao

incentivar o voto em políticas mulheres a fim de aumentar a representatividade feminina no governo (exemplos nas Figuras 2).

Figuras 1



Exemplo de *post* com tema “Eleições”



Exemplo de *post* com tema “Violência contra a mulher”

Exemplo de *post* com tema “Feminismo”



Exemplo de *post* com tema “Raça”

Fórum Cearense de Mulheres/AMB
28 de janeiro

Nós do Fórum Cearense de Mulheres/AMB nos somamos à luta dos povos indígenas em defesa de seus territórios, de sua cultura e de suas vidas. Por isso, estaremos no ato dia 31/01. É fundamental que todas e todos fortaleçam o processo de resistência indígena. É hora de mostrarmos que NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM!

#Semeadaqueexistênciaeremosresistência!



Exemplo de post com tema “Raça”

Fórum Cearense de Mulheres/AMB
28 de janeiro

A agenda do desencarceramento é uma bandeira e articulação nacional de movimentos sociais, organizações de direitos humanos, pastorais sociais e grupos de mães e familiares que pauta a necessidade de construção de um programa de desencarceramento que estabeleça metas fundamentadas para a redução imediata e drástica da população prisional como forma de enfrentamento da histórica violência contra pobres e negros no Brasil e construção de uma sociedade livre de opressões e cárceres.

No Ceará, vivenciamos um novo ciclo de permanente crise do sistema penitenciário com fortes repercussões na segurança pública. Diante desse cenário, é urgente aprofundar a discussão sobre o lugar do cárcere na sociedade cearense.

O Instituto Negra do Ceará e a Agenda Nacional pelo Desencarceramento comecem para o debate “Encarceramento em Massa no Ceará e o papel das organizações populares”, a ser realizado no dia 30 de Janeiro, às 18 horas, na Livraria Lamarca, Avenida da Universidade, 2475.



Exemplo de post com tema “Segurança pública/Desencarceramento”

Figuras 2

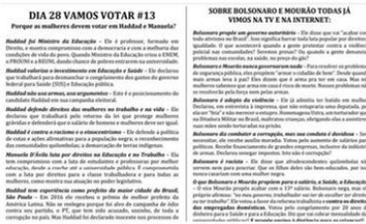
Fórum Cearense de Mulheres/AMB
24 de outubro de 2018

Mulheres, vamos virar esse jogo?? Somos mais da metade do eleitorado. Juntas podemos definir o resultado de qualquer eleição!!!

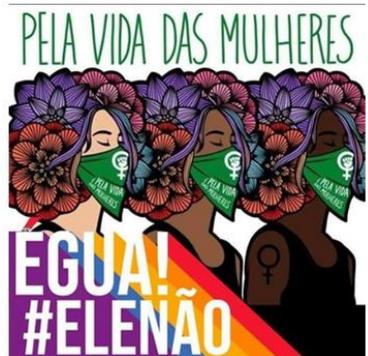
Compartilhamos o panfletão que fizemos para ajudar nesta virada. Hoje estaremos na Caminhada das Religiões pela Paz e Democracia.

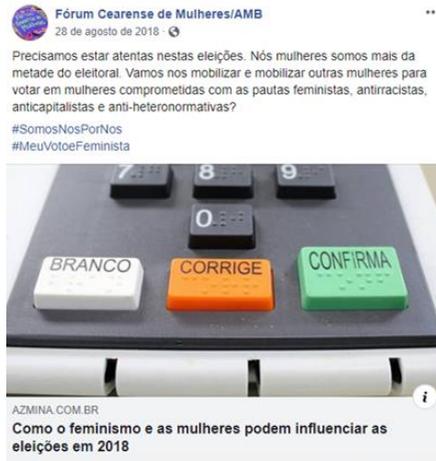
Amanhã, no final da tarde e à noite, estaremos na praça do bairro Santa Cecília. Vem se somar à gente!!!

#HaddadeManuSIM #HaddadeManu13
#Bolsanar NÃO #Bolsanaro JAMAIS



Fórum Cearense de Mulheres/AMB atualizou a foto da capa dole.
3 de outubro de 2018





Exemplos de *post* com campanha política

6 Micropolíticas e o feminismo negro

A observação das postagens publicadas durante este período evidenciou uma forte característica do Fórum Cearense de Mulheres: a junção de lutas sociais diversas que não perpassam necessariamente as vivências de todas as mulheres. No entanto, nos apropriando das palavras de Guattari e Rolnik (1996), “o movimento feminista não é só os grupos feministas” (p. 76), ou seja, é justamente na articulação de diversos movimentos sociais que o feminismo se significa.

Em 53 das 155 postagens analisadas foram levantados movimentos sociais diversos. Entre esses, pudemos perceber algumas lutas predominantes nas ações do Fórum, a do movimento negro (em 19 *posts*), a das mães (em 5 *posts*) e a LGBT (em 5 *posts*). Algumas publicações citavam lutas múltiplas (9 *posts*), como, por exemplo, a articulação entre o movimento negro e o periférico, entre o movimento LGBT e os movimentos religiosos.

Apenas uma dessas publicações não citava o movimento negro. Desta forma, podemos considerar que 27 *posts* falam sobre este movimento específico. Essa é justamente uma das propostas do

fórum: dar voz às mulheres negras cearenses. O feminismo negro é tema recorrente na obra de bell hooks⁴. A autora estadunidense critica os produtos da indústria cultural que mantêm viva a imagem subordinada do negro. Para hooks (2019), nos produtos televisivos “o homem e a mulher negra são mostrados como disponíveis para o consumo sexual do homem branco” (p. 150). A indústria cultural reforça os antigos modelos, onde o corpo do negro, em especial da mulher negra “só recebe atenção quando é sinônimo de acessibilidade, disponibilidade, quando é sexualmente desviante” (p. 136). Assim, são poucos os produtos que se preocupam em romper as representações convencionais da sexualidade feminina.

Para a autora, a representação do corpo da mulher negra hoje quase nunca se subverte à presente no aparato cultural racista do século XIX. É um corpo constantemente erotizado, só podendo existir se se submeter àquela condição. Erotização essa muitas vezes ligada à violência, ao sexo apenas para prazer do branco. Nessa interseção do feminismo com o movimento negro encontramos o afrofeminismo, também bastante norteador das postagens.

O movimento negro presente no Fórum em estudo traz à tona questionamentos sobre o silenciamento desses corpos. Não só os das mulheres, mas também os dos filhos e maridos.

São recorrentes as postagens sobre desencarceramento, que já migram para outra temática, mas que não deixam de ter relação com o movimento negro numa sociedade onde dois terços da população carcerária brasileira é negra, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)⁵, de 2017. Além dessas, outras lutas levantadas pelo Fórum Cearense de Mulheres, de forma menos preponderante, foram as periféricas (4 *posts*), de pessoas com deficiência (3 *posts*), religiosas (3 *posts*), indígenas (3 *posts*), de pessoas com autismo (1 *post*) e de refugiados (1 *post*).

⁴ A autora opta pela grafia do nome em letras minúsculas porque, segundo ela, deve-se dar importância à escrita e não à pessoa.

⁵ Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

Guattari, no livro com Rolnik (1996), chama atenção aos “processos de singularização” que se articulam dentro dos movimentos sociais, que se diferenciam de afirmação de devires individuais. A prática de micropolítica é o agenciamento desses processos de modo que eles “se apóiem (sic) uns aos outros, de modo a intensificar-se” (p. 79). Identificamos que o Fórum Cearense de Mulheres adota esta prática de micropolítica ao levantar as diversas lutas sociais que podem perpassar o feminismo. Não é só sobre o feminismo da mulher branca, é também o feminismo negro, o da mulher trans, o da mãe, o da esposa, o da filha. São devires que pulsam, que não se vitimizam. “É nesses devires que se dá a articulação entre o nível molecular da integração subjetiva e todos os problemas políticos e sociais, que hoje perpassam pelo planeta” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 78).

7 Considerações finais

Propomos, neste trabalho, observar a atividade do Fórum Cearense de Mulheres em sua página no Facebook e traçar os padrões da estratégia comunicativa adotada pelo movimento no contexto político atual do País. A análise exploratória evidenciou que o grupo atua e se posiciona em relação a diversas pautas sociais e políticas, em articulação com diversas lutas e movimentos. Durante o período da amostra, a página foi utilizada principalmente para promover atos políticos e para fins informativos, educativos e de conscientização. A comunicação do grupo na rede se mostrou especialmente ativa no período eleitoral, em discussões a respeito das eleições. A citação explícita a candidatos e o apoio ou a renúncia a eles, no entanto, aconteceu de forma pontual e em maioria no segundo turno das eleições. A preocupação maior do Fórum no período se mostrou no incentivo ao voto consciente e à participação feminina na política brasileira, no intuito de amplificar a luta pelos direitos das mulheres.

Pudemos notar, a partir das postagens, que práticas de micropolítica fazem parte do cotidiano do movimento, mas sempre dentro das propostas centrais feministas, anticapitalistas e antirracistas. Propostas que recebem grande alcance quando no ambiente *online*. Esses espaços promovem o debate entre mulheres de diferentes faixas etárias sobre aborto, padrões de beleza, sexualidade, estupro entre outros assuntos que pautam a mídia e conseqüentemente, a vida de milhões de brasileiras. Segundo Alves e Pitanguy (1985), esses ambientes de troca de experiências na fase atual do feminismo são imprescindíveis na medida em que:

A mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres. A descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista. Partilhando com outras suas vivências, a mulher reconhece a sua força e conscientiza-se da dimensão política de sua vida particular. (p. 67)

Este artigo apresentou apenas uma observação primordial do aspecto de micropolíticas dentro do Fórum, que pode ser explorado de forma mais aprofundada e com maior base teórica em estudos futuros. Outra possibilidade é a utilização dos padrões temáticos aqui estabelecidos para fins comparativos, em outros períodos, com outros contextos políticos e sociais.

Referências

ALVES, Branca; PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1985. 5ª ed.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante: 2019. 348p.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. **Redes e Ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente**. Trabalho apresentado no I Seminário Interno do Grupo de pesquisa em Cibercidades (FACOM-UFBA): 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. 2ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, 206p.

SANTOS, Fernando. **O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas: das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil**. Morumbi, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35590>>. Data do acesso: 31 de julho de 2019.

Comunicação Online e Ativismo Cidadão: uma análise da experiência do aplicativo PenhaS

*Marina Solon Fernandes Torres Martins*¹

Introdução

A violência doméstica contra a mulher, culturalmente, impõe silêncio. Mulheres que são vítimas de agressões no âmbito do lar – sejam físicas ou verbais – guardam no silêncio tanto as marcas das agressões quanto a busca por justiça.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define “violência contra a mulher” como qualquer ato ou violência baseada no gênero que resulte, ou carregue potencial de resultar, em danos físicos, sexuais, psicológicos ou qualquer tipo de sofrimento nas mulheres.

Como forma de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras e também punir criminalmente os agressores, foi criada a Lei nº 11.340/2006, que há 13 anos, no País, atua como salvaguarda a mulheres vítimas de violência. No entanto, as mulheres brasileiras agredidas ainda têm medo de pedir ajuda.

A Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, representa uma importante guarida legal, mas também abre espaço para que se observe as fragilidades na proteção legal à mulher na esfera pública, uma vez que as taxas

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: solonmarina@gmail.com

nacionais de violência contra a mulher continuam altas e preocupantes. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, um total de 193.492 mulheres foram vítimas de lesão corporal dolosa em casos de violência doméstica, no Brasil, somente durante o ano de 2017.

É necessário observar que diversos obstáculos logísticos rotineiramente se interpõem entre a vítima e a aplicação efetiva da Lei nº 11.340/2006. Para além do acesso muitas vezes restrito das vítimas aos equipamentos tais como Delegacias da Mulher nas mais diversas localidades do País, ainda há a dimensão de que as mulheres vítimas de violência doméstica tendem a se calar por temer julgamentos sociais, por vergonha da agressão sofrida e, principalmente, pela dificuldade de encontrar, na prática, acolhimento e solução para os casos vividos.

Na esfera da violência doméstica há uma notada relação desigual de poder entre marido e esposa que deixa às vistas as vulnerabilidades que essa relação em desequilíbrio implica. A filósofa Marilena Chauí (1984) explica que o corpo feminino é uma entidade socialmente aceita para o exercício da dominação masculina e marital. Dominação esta que pode, em episódios de violência doméstica, culminar em atos que colocam as mulheres em situação de insegurança dentro de um contexto hierárquico que, além de feri-las e humilhá-las, implica, na prática, que o agressor detém alguma espécie de posse e controle do corpo e da integridade física e emocional dessas mulheres. Fato este que é um incontestado desequilíbrio e uma relação nada saudável entre homem e mulher. Sobre essa questão, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (2016) pontuou que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento de liberdade da mulher, e não uma essência limitadora dela. Consonante a este pensamento, o filósofo Michel Foucault (1986) chama atenção ao fato de que a sexualidade e o poder são coextensivos, e que o desequilíbrio entre essas extensões é capaz de gerar danos.

Além da violência física em ambiente doméstico, que é mais facilmente identificada, o Ministério da Saúde também tipifica a violência psicológica.

Existem casos de violência psicológica difíceis de serem percebidos e diagnosticados, tanto no nível institucional quanto pelo agressor ou pela própria vítima. A constante desmoralização do outro, por exemplo, é uma dessas formas. Os efeitos morais da desqualificação sistemática de uma pessoa, principalmente nas relações familiares, representam uma forma perversa e cotidiana de abuso cujo efeito é tão ou mais pernicioso que qualquer outro, já que pode promover distúrbios graves na conduta da vítima. (BRASIL, 2001, p. 10)

Um relatório da Organizações das Nações Unidas (ONU), do ano de 2011, concluiu que, apesar das movimentações em prol da igualdade entre os gêneros, observado ao longo do último século, a violência que vitimiza a mulher, em âmbito doméstico, ainda é um problema que persiste no mundo inteiro. O Brasil, segundo Waiselfisz (2012), ocupou, durante o ano de 2009, o sétimo lugar no *ranking* dos países com maior número de crimes praticados contra as mulheres, sendo grande parte destes praticados na esfera privada e dentro da casa da vítima.

O relatório da Secretaria de Políticas para as Mulheres do ano de 2011 especifica a violência contra as mulheres como uma das principais formas de violar os direitos humanos delas. Segundo dados publicados pela ONU em 2011, existem barreiras estruturais no sistema judiciário que impedem a execução plena das leis de combate à violência contra a mulher no mundo inteiro. Grande parte dessas barreiras são oriundas do acesso limitado à justiça, que, em termos práticos, não leva em consideração as peculiaridades das mulheres, tais como insuficiência de recursos financeiros, pouca mobilidade geográfica, falta de apoio de familiares e amigos e ainda raras informações sobre o funcionamento das leis e dos trâmites de acesso às garantias legais.

Com vistas a auxiliar mulheres vítimas de violência no Brasil a transpor essas barreiras, a Organização Não Governamental (ONG) AzMina criou, em março de 2019, o aplicativo PenhaS, uma plataforma online que reúne ferramentas que visam a prevenção da violência doméstica, a assistência às vítimas e a garantia de acesso aos direitos delas.

A ONG AzMina, que se define em seu site como uma instituição sem fins lucrativos cujo objetivo é usar a informação para combater os diversos tipos de violências que atingem as mulheres brasileiras, está inserida no contexto do movimento feminista contemporâneo brasileiro e se vale das especificidades do funcionamento da internet para criar uma forma efetiva de atuação enquanto movimento social.

A instituição promove palestras, debates, oficinas e diversos eventos para aprofundar o nível de informação sobre os direitos da mulher. Também são criadas por meio da ONG campanhas de conscientização nas redes sociais tais como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. Essas campanhas envolvem movimentos de mulheres das mais diversas frentes e foram expandidas com a criação do aplicativo PenhaS.

Neste contexto, é importante observar a fala da autora Maria da Glória Gohn (2006), que pontua a necessidade de mantermos um olhar atento às potencialidades das redes sociais digitais como forma de facilitar a compreensão do novo funcionamento de organizações sociais que, na contemporaneidade, passaram a operar com um certo grau de institucionalização, como é o caso das ONGs. A autora chama atenção para o fato de que, nos nossos dias, os sujeitos políticos são protagonistas de ações coletivas e se organizam em redes.

Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social. E as ações coletivas que são movimento social de fato tiveram de alterar suas práticas e

reivindicações para não ficar à margem da História, atuando segundo certas condicionalidades pautadas pela nova institucionalidade criada pelas políticas públicas. (GOHN, 2006, p. 12)

O antropólogo Néstor García Canclini (2008) complementa esta afirmação quando diz que a cidadania e os direitos não falam somente da estrutura formal da sociedade, mas indicam o estado da luta por reconhecimento como sujeitos de interesses válidos e demandas legítimas.

É notório e analítico que grande parte dos movimentos sociais da atualidade, dentre eles o movimento feminista, têm encontrado na internet um meio para divulgar suas pautas e gerar engajamento de novos membros. É o chamado ciberativismo.

A definição ampla se deve ao fato de o ciberativismo incluir tanto atividades que são possíveis apenas online quanto o uso da internet como um canal adicional de comunicação para grupos, organizações e movimentos sociais. Do ponto de vista da finalidade das iniciativas, o ciberativismo se constitui em basicamente três áreas: conscientização/ apoio, organização/mobilização e ação/reação. (BECKER, 2010, p.175)

A autora Raquel Recuero (2012) explica ainda que esta relação entre o usuário e o computador gerou um ambiente de novas mediações de interação e que as ferramentas tais como as redes sociais deram novos impulsos aos processos de conversação.

Os sites de redes sociais permitiram às pessoas publicar e ampliar suas redes, criando novas conexões e novas formas de circulação e informação (Recuero e Zago, 2009), além de novos modos de interação (Primo, 2006). Mais do que isso, essas ferramentas também propiciaram o advento de novas formas de conversação: conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores, que aqui chamamos de conversação em rede. Essas conversações diferenciam-se das demais conversações no espaço digital porque, constituídas dentro das redes sociais online, são capazes

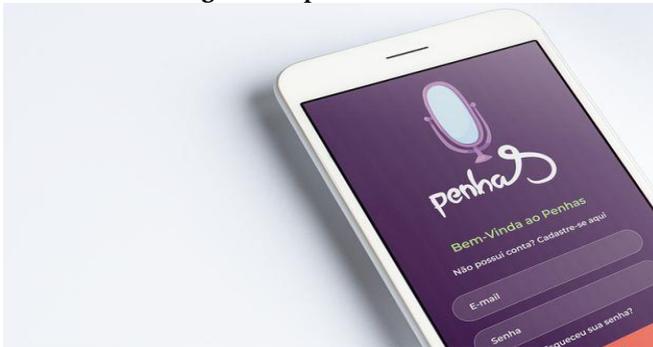
de “navegar” pelas conexões dessas redes, espalhando-se por outros grupos sociais e outros espaços. (...) Assim, uma conversação em rede nasce de conversações entre pequenos grupos que vão sendo amplificadas pelas conexões dos atores, adquirindo novos contornos e, por vezes, novos contextos. (RECUERO, 2012, p.123)

Deste modo, nosso terreno de análise neste trabalho delinea-se em nos voltarmos às atuações do movimento feminista contra a violência doméstica por meio do ciberativismo a partir da experiência do aplicativo PenhaS e da articulação da ONG AzMina.

O aplicativo PenhaS

Com nome em referência clara à Lei Maria da Penha, o PenhaS é um aplicativo para *smartphones* e *tablets* formado por três áreas. A EmpoderaPenha, que é uma área que reúne informações sobre o direito das mulheres e mostra o mapa das Delegacias da Mulher em todo o Brasil e dos diferentes serviços públicos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Nesta área do aplicativo é possível, ainda, traçar uma rota até o local das denúncias. Também há um *feed* de notícias sobre o tema com colaboração dos veículos Huffpost Brasil, JOTA, Agência Patrícia Galvão, Revista AzMina e Gênero e Número. Já o GritaPenha é um espaço de pedido de ajuda urgente, onde a usuária do aplicativo pode cadastrar até cinco números de pessoas de sua confiança para acionar em caso de emergência. É também possível gravar áudio dos momentos de violência e, ainda, ligar para a polícia. Já o DefendePenha, área de estudo deste artigo, é um espaço que promove diálogo entre as mulheres por meio de *chats* secretos onde a usuária do aplicativo pode contar sua história e, a partir do acolhimento de outras mulheres, buscar saídas.

Figura 1 - Aplicativo PenhaS



Fonte: Divulgação – ONG AzMina

Qualquer mulher pode ter acesso ao aplicativo PenhaS via *download* gratuito em seu *smartphone* ou *tablet*. A plataforma está disponível para os sistemas operacionais Android e iOS.

Dentro dessa esfera de comunicação em terrenos online, o sociólogo Manuel Castells (2003) analisa a internet enquanto um espaço de sociabilidade, uma “comunidade especializada”, baseada em um suporte tecnológico e estruturada em torno de interesses comuns, cujas interações online e offline se retroalimentam.

No caso específico do movimento feminista na internet, notamos que as mulheres se articulam no espaço online de forma a delimitar seu lugar social e partir em busca de afirmações e direitos. Sobre o assunto, pontuam os filósofos Félix Guatarri e Suely Rolnik (1986):

O feminismo também tem isso: ele não coloca só o problema do reconhecimento dos direitos da mulher em tal ou qual contexto profissional ou doméstico. Ele é portador de um devir feminino que diz respeito não só a todos os homens e às crianças, mas, no fundo, a todas às engrenagens da sociedade. Aí não se trata de uma problemática simbólica – no sentido da teoria freudiana, que interpretava certos símbolos como sendo fálicos e outros maternos – e sim de algo que está no próprio coração da produção da sociedade e da produção material. Eu o qualifico como um devir feminino por se tratar de uma economia do desejo que tende a colocar em questão um certo tipo de finalidade

da produção das relações sociais, um certo tipo de demarcação, que faz com que se possa falar de um mundo dominado pela subjetividade masculina, no qual as relações são justamente marcadas pela proibição desse devir. Em outras palavras, não há simetria entre uma sociedade masculina, masculinizada, e um devir feminino. (GUATARRI; ROLNIK, 1986, p. 73)

A filósofa Judith Butler (2017) ainda chama atenção para a importância da organização da linguagem das mulheres dentro do movimento feminista a fim de melhor representá-las na esfera pública:

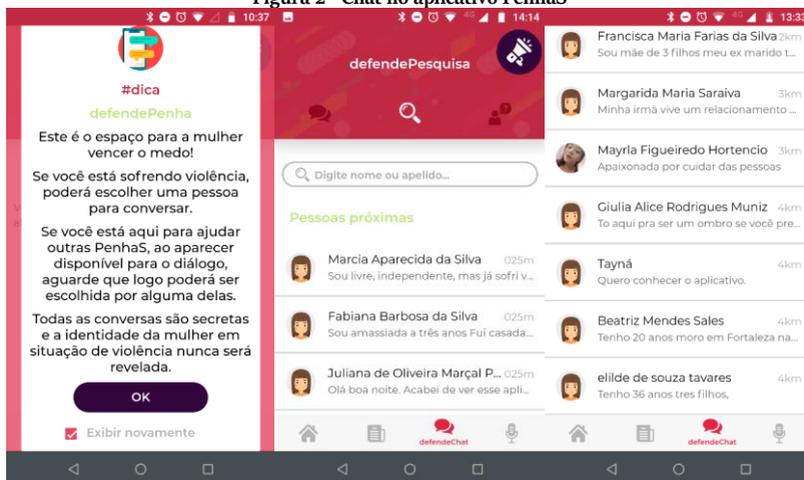
Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada. (BUTLER, 2017, p. 18)

Para compreender o espaço DefendePenha inserido nesse contexto de ciberativismo em prol da causa feminista, cadastramos no aplicativo PenhaS e tivemos acesso às áreas e ferramentas que ele dispõe. Ao entrarmos no DefendePenha, foi-nos solicitado que permitíssemos que o aplicativo detectasse nossa localização geográfica. Desta forma, o PenhaS pôde encontrar as mulheres que estão mais próximas a nós fisicamente para iniciar uma conversa. Depois de feita a geolocalização, foi possível ver o nome e a foto de outras usuárias que já utilizam a ferramenta. Uma prévia das interações que já foram feitas por essas mulheres nos foi mostrada. No entanto, para iniciar uma conversa com determinada usuária é preciso entrar em um *chat* secreto após a anuência das duas partes.

Além de mulheres vítimas de violência na DefendePenha há, também, profissionais que se dispõem a ajudar, além de interessadas em conhecer o aplicativo como forma de fortalecer

ações contra a violência doméstica dentro do seu contexto pessoal. Cada usuária do aplicativo tem seu telefone e CPF cadastrados e checados como forma de coibir a entrada de perfis falsos e, até mesmo, dos agressores das mulheres em situação de violência.

Figura 2 - Chat no aplicativo PenhaS



Fonte: Prints feitos pela autora

Observamos, pois, o espaço DefendePenha inserido em um ambiente de interações e mediações dentro da cibercultura, fazendo, então, parte de uma reconfiguração cultural, econômica e política, como propõem os autores Lemos e Lévy (2010). Por meio desse espaço, depoimentos que antes não seriam contados, ou que uma vez contados não seriam adequadamente acolhidos, ou, ainda que acolhidos, não gerariam movimentação em busca de solução, agora encontram, no aplicativo, um ambiente seguro de informação, interação e fortalecimento das mulheres vítimas de violência que buscam soluções efetivas para seus casos.

Observamos que, na ferramenta DefendePenha, há o desenvolvimento do ciberativismo dentro do conceito de Lemos (2003). Neste espaço, há práticas sociais associativas de utilização da internet pelo movimento feminista com uma estruturação

virtual politicamente motivada e com o intuito claro de alcançar metas específicas no combate à violência contra as mulheres.

Nesse contexto, as autoras Graciela Natansohn e Josemira Silva Reis (2017) chamam atenção para uma nova "configuração sociotécnica" da sociedade e dos movimentos sociais que tem contribuído para a inserção, visibilidade e articulação de grupos sociais cujas vozes eram silenciadas ou não ouvidas e, desta forma, eram relegados a um limbo social.

Essa nova configuração a que se referem as autoras tem sido amplamente utilizada pelo movimento feminista, uma vez que este tem ciência de que por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), consegue produzir ambientes de debate e organizar ações em relação aos dilemas sociais que lhes atravessam.

Ciberespaço e ciberativismo

Para André Lemos (2003), o ciberativismo se caracteriza por práticas sociais associativas de utilização da internet por movimentos politicamente motivados. Assim, no caso do movimento feminista, constrói-se uma nova esfera pública digital que tem por base a colaboração e interação entre as mulheres. Nesse ciberespaço elas trocam informações, conteúdos e depoimentos pessoais, possibilitando, assim, um fortalecimento do movimento feminista na internet e abrindo espaço para a organização de ações que beneficiem as mulheres também fora dela.

Deste modo, o aplicativo PenhaS atua como um lugar onde esfera pública e opinião pública tomam novos contornos. A pesquisadora Raquel Recuero esclarece que as redes sociais e os espaços virtuais são locais que contribuem para o debate público pelas suas especificidades de interação entre os usuários. No caso do ciberativismo feminista, as redes sociais podem funcionar como aliadas.

Os sites de rede social, com isso, podem ser compreendidos como elementos ampliadores da esfera pública que proporcionam um espaço onde, além da sociabilização, os atores podem expressar e reproduzir opiniões políticas e ideias que contribuem para o debate público. A facilidade técnica para produzir e reproduzir mensagens de manifestação e apoio (curtindo ou retuitando, por exemplo) é condizente com um conceito de opinião pública como uma rede de comunicações intermediando múltiplas relações entre sistemas sociais. (RECUERO, 2015, p. 35)

É importante observar que o ciberativismo no contexto da ferramenta DefendePenha do aplicativo PenhaS, principalmente por estar dentro de um movimento social específico, no caso o movimento feminista, se baseia na relação construída entre as usuárias, na colaboração entre elas e na busca por informação, solução para os casos de violência doméstica e garantias de direitos. Aqui, refuta-se a ideia de comunicação, seja ela online ou offline, com base nas figuras do emissor e do receptor e constrói-se um sistema de informações que está pautado na horizontalidade de interação entre todos os participantes.

É desta forma que a internet assume um papel de suma importância para que as mulheres construam sua atuação política no espaço público e encontrem uma forma eficaz de utilizá-la, para difundir informações e criar espaços de fortalecimento.

Dentro desse contexto, concordamos com o pensamento de Martín-Barbero (1997), uma vez que ele diz que o eixo do debate comunicacional deve se deslocar dos meios para as mediações. “Isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258). É no espaço das mediações onde ocorre a horizontalidade das interações e ganham força os conceitos de acolhimento, participação, representatividade e luta por direitos, tão utilizados pelas ações do movimento feminista.

O ciberespaço enquanto ação social também é ressaltado por Lúcia Santaella (2017), que identifica que os movimentos sociais tiveram, na internet, um amplificador de suas causas e reivindicações, podendo, desta forma, difundir informações para um grande número de pessoas articularem ações e formarem novos protagonistas do movimento.

De qualquer maneira, não obstante as avaliações céticas acerca do poder político transformador e as controvérsias acerca das diferenças entre a natureza revolucionária ou reformista de um movimento, o que fica como aprendizagem é a inelutável constatação de que as redes adquiriram o poder de deslocar a noção clássica dos movimentos políticos para um novo paradigma, especialmente por levarem os cidadãos ao desempenho do papel de protagonistas dentro e fora das redes, protagonistas que protestam nas redes e nas ruas numa continuidade inextricável. (SANTAELLA, 2017, p. 99)

Ter acesso a informações disponíveis na internet e usá-las de forma a melhor atuar na esfera pública é exercer um modo de cidadania. Peruzzo (2007) afirma esse acesso à internet como um direito do cidadão, um meio de ele exercer liberdade de expressão. A autora destaca ainda o interesse de movimentos populares em trabalhar a liberdade de expressão em nível coletivo por meio da internet.

É no contexto de todo esse movimento histórico em torno dos direitos sociais e em sua especificação quanto ao respeito às diferenças dos diversos segmentos populacionais que se explicita o avanço da sociedade, principalmente através de organizações de terceiro setor e de movimentos sociais, na utilização de meios de comunicação segundo seus próprios objetivos e necessidades. (PERUZZO, 2007, p. 9)

Eva Blay (2017) ainda chama atenção ao fato de que o ciberativismo nas redes sociais fez claro e notório que as ações da esfera privada são parte, indubitavelmente, da esfera pública.

Como é o caso da violência doméstica, que, por meio da articulação virtual do movimento feminista, vislumbra a possibilidade de romper os limites da esfera privada a partir da atuação conjunta com outras mulheres na esfera pública.

Primo (2008) define a internet como uma geração de serviços online que tem por característica a capacidade de potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. O autor também coloca a internet como ferramenta importante de potencialização de movimentações sociais coletivas, troca de informações e construção social de conhecimento.

A internet ainda agregou relevância aos movimentos sociais quando do surgimento da possibilidade de acessá-la por meio de dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets*, que trouxeram rapidez a essas trocas comunicativas. No caso do aplicativo PenhaS, o fato de ser utilizado em dispositivos móveis garante mais celeridade às movimentações de combate à violência contra a mulher, uma vez que estas são, inegavelmente, urgentes.

De meados dos anos 1990 em diante, conforme as redes atreladas aos dispositivos móveis foram ganhando plataformas de facilitação para as trocas comunicativas, a diversificação, o número, a planetarização, as estratégias dos movimentos reivindicatórios se incrementaram, graças ao uso massivo das redes digitais. Antes estritamente dependentes das praças públicas, dos bloqueios de estradas e avenidas etc., hoje, os movimentos sociais ganharam aceleração e amplitude, graças às tecnologias computacionais interativas, especialmente as nômades, que se desvencilharam dos limites impostos pelos fios. (SANTAELLA, 2017, p. 93)

Assim, a internet por meio de dispositivos móveis tais como *smartphones* e *tablets* passa a ser palco do fortalecimento e da troca massiva de informações dos movimentos sociais. Os movimentos, por sua vez, se fortalecem a partir da entrada nesse

meio digital. Ferreira (2007) nota que os movimentos sociais atuam mais fortemente no ciberespaço, porque não têm acesso habitual ao espaço midiático hegemônico. Desta forma, constroem eles próprios seus espaços de sociabilidade.

A autora Isabel Babo (2017) chama atenção ao fato de que o uso pessoal dos meios eletrônicos personalizou a comunicação na rede e conectou usuários com interesses afins. Temos no aplicativo PenhaS, objeto de análise desse artigo, um exemplo dessa conexão.

No caso da internet, temos uma mídia que permite trocas interpessoais (no prolongamento do correio e do telefone) e, simultaneamente, a comunicação de massa (também se poderia dizer no prolongamento do rádio e da televisão), engendrando o que pode ser designado de “comunicação interpessoal de massa” (Baym apud Mercklé 2011, p. 11). Essa comunicação se realiza por meio de dispositivos individuais (smartphones, tablets notebooks, smartwatches etc.) e mídias individualizadas, como a internet (Facebook, Twitter, Instagram etc.), mas de acordo com uma lógica de troca de mensagens e informações de “todos para todos”, existindo simultaneamente individualização e participação social, autonomia e dependência do todo. (BABO, 2017, p. 83)

Nesse ínterim de conquistar lugar na esfera pública, o movimento feminista apropriou-se da internet e das possibilidades oferecidas pelas redes sociais para ampliar a difusão de informações e fortalecer as lutas por causas que beneficiem as mulheres.

Passadas duas décadas, o movimento das mulheres e as feministas só agora parecem estar prestando atenção ao tema. Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), mas, sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas. (NATANSOHN, 2013, p. 24)

Desta forma, podemos perceber a experiência do aplicativo PenhaS como ação de fortalecimento do movimento feminista no Brasil, que possibilita uma difusão de informações às mulheres, acolhimento e encaminhamento às soluções legais para as mulheres vítimas de violência doméstica.

Considerações finais

A violência doméstica é um fato preocupante na esfera pública brasileira. Com números alarmantes apesar da legislação que garante a integridade emocional e física das mulheres, além da punição do agressor, as vítimas de violência ainda vivem uma realidade onde são grandes os obstáculos, para que elas consigam acesso aos seus direitos.

Como forma de melhor orientar as mulheres, fortalecer as mulheres em suas histórias pessoais e buscar soluções para os casos de violência, a ONG AzMina criou o aplicativo PenhaS, que promove um ambiente virtual de interação e mediação de informações e conversas.

Por meio do aplicativo há uma reconfiguração dos espaços privados e públicos, e, a partir dele, é possível construir um ambiente de ciberativismo, onde as mulheres vítimas ou não de violência podem-se articular de forma a promover uma transformação da sua realidade. Desta forma, é notório o fortalecimento do movimento feminista com base em uma vivência ampla e consciente do ciberespaço e das possibilidades de ciberativismo dentro e fora da internet, usando as ferramentas das redes sociais digitais.

Referências

AZMINA, Revista. **Quem somos**. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em 07 jun 2019.

BABO, I. Redes e ativismo. In DI FELICE, M; PEREIRA, E; ROZA, E. **Net-Ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação**. Campinas: Papirus, 2017, p. 77-88.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira, 2016.

BECKER, Maria Lúcia. **Verbete Cidadania das Minorias**. Enciclopédia Intercom de Comunicação, 2010. Disponível em: www.ciencianasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunicação.pdf. Acesso em 05 jun 2019.

BLAY, E. “Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro”. In BLAY, E; AVELAR, L. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. 1ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017, p. 65-97.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2017.

BRASIL. **Lei Maria da Penha (Lei nº 11.310/2006)**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2010.

_____. **Violência Intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas da Saúde, 2001.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 2013.

_____. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2003.

CHAUÍ, M. **Repressão Sexual Essa Nossa (Des)conhecida**. São Paulo: Ed Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Ed Graal, 1985.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica-2018.pdf>. Acesso em 07 jun 2019.

GOHN, M. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.

GUATARRI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica - Cartografias do Desejo**. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1986.

LEMOS, A. “Ciberativismo”. **Correio Braziliense**. Brasília 15 de novembro de 2003, Caderno Pensar, 2003.

LÉVY, P. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

NATANSOHN, G. **Internet em código feminino – teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

_____. “Tecnidades, identidades, alteridade: mudanças e opacidades da comunicação do novo século”. In: MORAES, Denis de. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 51-79.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**, 1993.

PRIMO, A. “O aspecto relacional das interações na Web 2.0”. In: ANTOUN, H. (Ed.). **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**, 2011.

RECUERO, R. **A Conversação em Rede**. Rio Grande do Sul: Ed Sulina, 2012.

_____. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTAELLA, L. “Política nas redes e nas ruas”. In: DI FELICE, M; PEREIRA, E; ROZA, E. **Net-Ativismo**: Redes digitais e novas práticas de participação
Campinas: Papirus, 2017, p. 89-102.

PERUZZO, C. “Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania”. **Revista Lumina**. N.1, v.1, n.1, jun 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em 06 de junho de 2019.

WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2012 – **Homicídio de Mulheres no Brasil**. [S..I], 2012.

Do feminismo ao transfeminismo: questões ontopolíticas

*Fabio Pezzi Parode*¹

*Maximiliano Oscar Zapata*²

*Nythamar de Oliveira*³

Introdução

O Brasil é um país de grandes contrastes, marcado pelas desigualdades, sejam elas de cunho social, econômica, de raça/etnia ou de gênero/sexo. Nesse artigo, nosso foco são as dinâmicas identitárias de gênero e suas manifestações no campo cultural através das mídias. Buscamos identificar e distinguir os tensosamentos acerca do gênero no escopo da cultura brasileira, para isso, realizamos uma leitura semiótica de capas de revista e buscamos referências no audiovisual da cultura funk brasileira. Dessa forma, buscou-se problematizar o discurso de gênero expresso na produção da cultura funk e pop brasileiro. O propósito deste artigo é cartografar a partir de uma pesquisa exploratória sobre gênero, cultura e estética, as construções semióticas e discursivas na mídia, em torno das modalidades de gênero construídas socialmente. Questiona-se no horizonte o *ser mulher* na sociedade brasileira, buscando identificar quais seriam os parâmetros e dimensões ontopolíticas dos corpos femininos, tendo como fundamento estudos pós-estruturalistas

¹ PPGCOM - UFC

² PPG FILOSOFIA- PUCRS

³ PPG FILOSOFIA- PUCRS

baseados especialmente em Deleuze, Foucault, Guattari e Rolnik. Dessa forma, busca-se resgatar no nível teórico o papel político e ativo da mulher, ampliando o quadro do empoderamento feminino através da complementaridade mulher-trans. O feminismo contemporâneo é marcado pela pluralidade, por tensionamentos e disputas teóricas internas. Destaca-se no escopo dessa problemática, os estudos de Butler sobre gênero e multiplicidade e de Guattari sobre produção de subjetividade e ontopolítica em relação a gênero e minorias.

Para Guattari (2014), ao antagonismo das lutas de classes, se soma o da relação homem-mulher, que transversalmente permeia as lutas de grupos como os LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais, Transgêneros e Queer), afrodescendentes e indígenas. Para o pensador francês, a condição feminina não apresenta melhoras e nada tem a invejar aos “piores períodos do Século XIX” (GUATTARI, Félix. 2014, p. 13).

A (re)implementação do modelo neoliberal a partir do ano 2016 no Brasil, amplia certos tensionamentos políticos, produzindo mudanças na estrutura social do país. Nesse período ficou mais evidente o deslocamento da mulher em relação ao poder institucional: “uma mulher na presidência da república o sobrecarrega com o peso, inconsciente ou subconsciente, do milenar predomínio patriarcal e da forma masculina de agir” (ALBORNOZ, Suzana. 2017, p. 388).

A partir de Guattari (2014), consideramos que o molar, no caso brasileiro, está composto pela hegemonia do patriarcado, pela subjetividade masculinista. Este regime falocêntrico resulta da produção capitalística local (daqueles que detém o poder do capital e instituem normas) e é, conseqüentemente, o cerne da estrutura das oposições no nível sexual. O molecular, por sua vez, opera no seio dessa produção como resposta, reação e anti-produção, revolução molecular, expressão dos “*devires-minoritários*” (CARDOZO, Hélio, 2012, p.163).

O molar e o molecular, na perspectiva de Guattari (2014), nos permite identificar as cristalizações do poder e das oposições de gênero nos discursos, nas produções culturais e também, no

design de moda. Incluímos o design de moda nessa reflexão por se tratar do sistema através do qual os indivíduos se expressam seja diretamente com o vestuário e com os acessórios, ou de forma mais ampla com outros artefatos do sistema de consumo e representação simbólica. Seria portanto, através do design de moda, vestuário e acessórios, maquiagem e perucas, que a produção material, diretamente composta e semiotizada com o corpo, se configura como linguagem, transfigurando e acessando a expressão ontológica de uma dada subjetividade.

O design de moda proporciona através da linguagem simbólica um lugar para a expressão e comunicação dos fluxos desejantes dos corpos inseridos nos padrões sociais. De fato, com as atuais reformas impostas pelo governo instituído, a partir de 2016, minorias LGBTQ, mulheres, negros e indígenas perderam no corpo institucional seus lugares de representação. Esta problemática foi tratada no ensaio de Zapata e Parode (2017): *Ontologia do design de moda: Édipo e Anti-édipo, entre McQueen e Farani*, onde os autores analisaram, em torno do processo de *impeachment* ocorrido em 2016, o deslocamento no jogo do poder da imagem do feminino no social a partir de duas peças de indumentária. Considerou-se no ensaio um contraponto de expressão pela indumentária, revelando um lugar imaginário da mulher no jogo de poder, o que para Guattari e Rolnik (2007), remete-nos ao *devir-mulher* (GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. 2007, p. 85). Por outro lado, identificamos também naquele ensaio que a primeira dama daquele período histórico entre 2016 e 2018, representa uma mulher subjugada à condição de *inferioridade* e que se desliga do jogo de poder, exprimindo no limite, aquilo que Guattari define como um “*devir-vegetal*” (GUATTARI, Félix. 1981, p. 35). Como dizem Deleuze e Guattari (1997), o *devir*, “é processo de desejo [...] ele indica o mais rigorosamente possível uma zona de vizinhança [...]” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, 1997, p. 64), e é nessa zona fronteira que o *devir-mulher* serve como referência e desempenha um papel “de mediador frente a outros devires sexuais” (GUATTARI, Félix, 1981, p. 35). No caso da drag-queen

“vemos um homem em *devir-drag*” (ZAPATA, Maximiliano, De OLIVEIRA, Nythamar, 2017, p.88), seguindo portanto um *devir-mulher*, ou em termos de desejo, uma “unidade de subversão desejante [...] com objetivos de luta” (GUATTARI, Félix. 1981, p.17).

Estruturalmente, o presente artigo divide-se em três blocos temáticos: o primeiro, explicita o debate em torno dos *devires-minoritários*. Trata-se neste bloco de como as políticas de desejo desenvolvem estratégias discursivas e afetam os corpos sexuados, ou, *devires-sexuados*.

O segundo bloco temático possui o objetivo de travar o debate entre o feminismo e o transfeminismo. Faremos um paralelo, entre uma análise das categorias ontológicas, desde uma perspectiva deleuze-guattariana, das produções culturais do funk brasileiro (especialmente no vídeo: *Vai Malandra*, 2017), que exprimam o sentido do *empoderamento feminino (devir-mulher)*, para servir de contraponto às produções do pop brasileiro, onde se semiotizam uma *Visibilidade trans/queer por associação, (devir-drag)* (explicitada no vídeo clipe: *Na sua Cara*, 2017).

Já o terceiro bloco temático, diz respeito a um análise discursiva de uma seleção de capas de revista de circulação nacional: *Marie Claire Brasil, Época e Rolling Stone Brasil*, trazendo o debate das drag-queens. O teórico-queer de base para a reflexão empreendida é Michel Foucault, permitindo-nos definir algumas categorias para as análises: a) inclusão (em relação ao campo do feminino); b) instituição (questões políticas e papel da mídia como agente legitimador); c) estereótipo (forma do corpo feminino ideal).

Finalmente partiremos às considerações finais, que não são conclusivas, uma vez que este artigo é resultado de pesquisa em andamento, mas busca, desde já, questionar e provocar reflexões que possam agregar novas percepções ao debate sobre feminismo e transfeminismo.

1. Devires-minoritários: a função do devir-mulher

Para Rolnik (1985), na filosofia deleuze-guattariana vemos a construção de uma “teoria do desejo”. Na perspectiva psicanalítica o desejo é tido como falta, porém, para Deleuze e Guattari, fundamentados em Espinoza, o desejo não é falta, mas sim potência. A filósofa estadunidense Judith Butler (2017), ao analisar a ordem compulsória sexo/gênero/desejo, salienta que na tradição filosófica que é iniciada em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, “a distinção ontológica entre o corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquias políticas e psíquicas” (BUTLER, Judith, 2017, p. 35).

Em Guattari (2007) trata-se de processo de *produção desejante*, diga-se, uma *proliferação desejante*. isto é, uma “concepção de desejo no campo social”. Já Rolnik (1985), explicita que na teoria do desejo, temos que observar a dimensão *esquizo*, - a singularidade - ou, numa perspectiva do gênero, o *queer*. Essa perspectiva nos leva a conceber o *queer* como potência, força de *matilha*, ou o componente de um conjunto de devires que se aliaram. Em suma, o que se analisa, é uma constelação de fluxos sociais, materiais e de signos do desejo: “Análise de um devir” (ROLNIK, Suely 1985, p. 8); ou, num plano coletivo, *devires-minoritários*, e “pontos de resistência e linhas de fuga” (CARDOSO, Hélio, 2012, p. 162).

Para Guattari (1981), o “*devir-corpo-feminino*”, não deve ser vinculado exclusivamente à categoria de mulher. Essa categoria, para ele, somente existe para fixar uma ordem de oposição de classe no campo social, pois para o pensador: “não há mulher em si!” (GUATTARI, Félix, 1981, p. 36). O *devir-mulher*, segundo ele, cristaliza o poder feminino na disputa política. A resistência ao discurso hegemônico do modelo do patriarcado: uma resposta à *produção de desejo masculinista*, e que serve de referência às lutas de outros *devires-minoritários*: afros, crianças, LGBTQ, indígenas, animais, minerais.

A luta das mulheres, isto é, o feminismo, não só expõe o problema do reconhecimento das mulheres mas também a luta pela inclusão das transexuais. O feminismo, é portador de um “dever feminino que diz respeito não só a todos os homens e às crianças mas, no fundo, a todas as engrenagens da sociedade” (GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely, 2007, p. 85). O feminismo opera de maneira a questionar, ou, desmascarar o modelo de produção capitalística patriarcal, isto é, um estranhamento das relações sociais que impõem *códigos de desejo*, expectativas de gênero em torno de uma subjetividade masculinista e heteronormativa.

Para Butler (2017), atualmente temos a oportunidade de pensar a construção de um sujeito do feminismo: “parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos” (BUTLER, Judith, 2017, p. 24).

Assim, a partir destas considerações acerca do devir e do desejo, seguiremos para o debate sobre o empoderamento feminino no funk brasileiro.

2. Empoderamento feminino no funk brasileiro

Após a mudança de governo em 2016, a proliferação de um discurso masculinista fica cristalizada na primeira composição ministerial. A figura da mulher no comando foi deslocada para uma posição subalterna e submissa. A primeira dama daquele período de transição entre 2016 e 2018 exprime o sentido daquilo que Guattari (2014) chama de *devir-vegetal*, isto é, a perda do seu lugar no jogo político, da potência do ser mulher. O que passa a imperar nos discursos institucionais é a imposição de uma estética da “*bela, recada e do lar*” (PARODE, Fábio; ZAPATA, Maximiliano, 2017, p 945).

Os estudos de ontologia do design de moda, pela sua relação com o corpo e cultura, evidenciam como o sistema de produção capitalística apresenta registros de formas e padrões, para serem

reproduzidos, consumidos e consumados. Para Guattari e Rolnik, (2007), a produção capitalista é homogeneizadora, modula as energias do corpo, no sentido da sua liberação ou seu enclausuramento: “é a produção de subjetividade capitalística que tende a individualizar o desejo” (GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely, 2007, p. 281). Trata-se de um jogo de intensidades e velocidades, onde o molar, isto é, a subjetividade patriarcal atua como dimensão opressora dos *devires-minoritários*.

O vídeo *Vai Malandra* (2017) da funkeira carioca Anitta, nos permite questionar o lugar do feminino na sociedade brasileira e ainda, cartografar sentidos que indicam *associações entre os devires* minoritários das mulheres-trans. Partimos do pressuposto que a produção audiovisual de Anitta exprime o sentido de *devir-mulher*. Em primeiro lugar por ela marcar sua origem como mulher da favela, e por meio do funk, questionar o lugar da mulher na sociedade brasileira, para além do corpo, tornando-se sujeito, isto é, ter construído e consolidado um lugar legítimo de cantora de padrão internacional através do funk. Em segundo lugar, a cantora é reconhecida pelas estratégias de inclusão de diversos padrões de mulheres nos seus vídeos, bem como parcerias que dão visibilidade aos afros, drag's, obesos e portadores de deficiência física. Enfim, lançando no cenário cultural brasileiro, personalidades que venham a questionar padrões hegemônicos de consumo.

Funk enquanto gênero musical é uma resposta ao padrão de consumo elitista, exprime o sentido da cultura da favela. O funk brasileiro, surgiu nas periferias do Rio de Janeiro nos anos 80, porém foi nacionalizado, isto é, recebeu a legitimação da mídia como um estilo musical, embora associado à uma estética do mal gosto até os anos 2000. A partir desse momento é que: “casas noturnas de classe média, academias, novelas da Rede Globo começam a tocar esse tipo de música” (De SÁ, Simone, 2007, p.12).

Quebrando a hegemonia dos funkeiros homens, surge Anitta, transitando nas vertentes do funk em torno da sua produção. Essa questão fica evidente na sua música de primeiro

sucesso: *o show das poderosas* (2013)⁴, onde o funk é *melody*. Junto à cantora drag Pablllo Vittar, ela explora o *funk pop*. Esta dimensão será desenvolvida no terceiro bloco deste artigo. Por fim, temos o caso do vídeo que analisaremos: *Vai Malandra* (2017)⁵ onde a cantora exprime uma estética da favela, erotizando os corpos, um mix *funk pancadão e proibidão*.

A nossa escolha recai sobre Anitta, tendo em vista que ela produz um corte na hegemonia dos homens no funk. Assim, partiremos para um análise de uma imagem que seja representativa da subjetividade do funk, e que explore a estética da favela, e que ao mesmo tempo, seja capaz de suportar uma análise ontológica, dos conceitos desenvolvidos na introdução.

IMAGEM 1: Imagem 1, elenco feminino do vídeo: *Vai malandra*.(2017),



Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/zoeira/coluna/zunzunzum-1.165/zunzunzum-anitta-um-pouco-de-malandragem-1.1867380>

Anitta, *Larissa de Macedo Machado*, nascida em 30 de março de 1993 no Rio de Janeiro, foi criada na periferia do Rio, no bairro Honório Gurgel. Ela se reconhece como “favelada” (LLACQUA, Angélica, 2017, p.84). É dentro de uma favela que o vídeo *Vai*

⁴ <<https://www.youtube.com/watch?v=FGViL3CYRwg>> , acesso 18.01.2018

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=kDhptBT_-VI> , acesso 18.01.2018

malandra acontece. E particularmente na imagem acima encontra-se o elenco feminino. Uma pluralidade de mulheres: algumas não binárias, negras, plus size, travestis, drag, latinas, caucasianas, heterossexuais, enfim, nesta imagem vemos, *o devir-mulher*, em Anitta. Esta imagem sugere uma forma de propor um debate acerca da padronização do corpo feminino. O *devir-mulher em Anitta*, nos serve de referência para outros corpos sexuados, como no caso das drag e travestis, ou, numa perspectiva guattariana, *um devir-drag*, *devir-travesti*, no que diz respeito à visibilidade obtida através da interação, da convivência, explicitada no presente vídeo.

2.1 Visibilidade trans/queer por associação

Ainda no debate acerca da associação dos devires, temos o caso de Anitta e a Cantora Pablo Vittar, *Phabullo Rodrigues da Silva*, 24 anos, nascido no Maranhão. No vídeo, *Na sua cara* (2017), gravado no Marrocos, as cantoras junto ao grupo musical *Major Lazer*, através de uma linguagem internacional, se opõem a uma estética da *Bela, Recada e do Lar*, ao cantarem, *Linda, leve e solta*. É uma produção desejanste que diz respeito a um *devir-mulher*, em plena reivindicação e que se associa a um *devir-drag*. Neste momento, juntamente com o pensamento de Butler, fica evidente, novas formas de pensar as categorias ontológicas até agora debatidas neste artigo. Elas dizem respeito a uma pluralidade de sentido para com a categoria do feminino. Pois, como diz Guattari (1981), essa categoria só existe para estabelecer uma ordem. Essa categoria nunca existiu como fixa, única, embora a tendência da produção capitalística seja o de padronizar, tanto o desejo, quando a plasticidade do corpo. Corpos múltiplos e diversidade que permeia o cenário cultural brasileiro. O que Guattari, Rolnik e Butler possuem em comum, diga-se, a zona fronteira, é a desconstrução da categoria da mulher como eixo molar ou definidor da dualidade homem-mulher de uma ordem social que constroem os corpos. A mulher, incluindo mulheres-trans, é um devir, um processo, *um devir-mulher*. Por outro lado,

Problemas de gênero, amadurece o trabalho de “Foucault em relação às teorias feministas de gênero, a fim de expor e de investigar os modelos naturalizados e normativos de gênero e heterossexualidade” (SPARGO, Tamsin, 2017, pp.41-42). Esta pesquisa seguiu a metodologia cartográfica em torno da discussão do gênero, analisando produções de cultura, em outras palavras, formações discursivas no que diz respeito ao jogo de poder no âmbito da representatividade política. Ao final, esta pesquisa buscou questionar o que é ser mulher, quais parâmetros de um corpo ideal? O primeiro questionamento só pode ser respondido de forma não conclusiva, o ser mulher é uma pluralidade, uma construção, assim como podemos ver na imagem 1, diversidade de padrões, orientações sexuais, identidades sexuais, enfim, o que *Vai Malandra* cristaliza, na nossa concepção, é o empoderamento feminino. Para responder ao segundo questionamento norteador deste artigo, é que introduziremos a metodologia foucautiana de análise discursiva em uma seleção de capas de revistas de circulação nacional que trazem o debate da visibilidade trans e de pessoas queer.

3. Visibilidade drag: os sentidos das capas

A cantora Pablo Vittar figura na capa da revista Marie Claire (novembro de 2017), juntamente com outras duas cantoras, Gal Costa e Iza. A matéria de capa trata da questão *qual o corpo ideal de mulher...* respondendo: *o corpo ideal é o seu*. De forma a ampliar o escopo dessa discussão, a revista coloca o corpo de uma drag como corpo também ideal de mulher, e surge então alguns postulados que materializam uma certa *ordem discursiva* (FOUCAULT, 1999): a inclusão como sendo o primeiro elemento a ser observado, diga-se, o campo do feminino abrindo-se às diferenças de gênero, abrangendo não apenas as mulheres trans, mas também as drags. Um segundo ponto a ser observado é o papel da mídia como instrumento na luta política pela igualdade e direito de cidadania. Marie Claire enquanto instituição cuja principal tecnologia é a escrita e o discurso visual,

através de conteúdos e narrativas, lança seu olhar sobre a questão das materialidades do feminino. Como terceiro e último aspecto a ser observado no escopo desse artigo, vislumbramos a discussão em torno do estereótipo do corpo feminino, ou seja, qual a forma ideal?

Imagem 2, Pablo Vittar, Iza e Gal Costa,



Fonte: <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2017/10/conte-i-para-minha-mae-que-era-gay-aos-15-e-nem-surpresa-ela-ficou-conta-pablor-vittar.html> Acesso 25/11/2017

Nosso foco é propriamente o campo de legitimação do feminino. Afinal o que é ser mulher na sociedade brasileira? Uma análise ontológica nos permite levantar questionamentos acerca da condição imanente do *ser*, o que nos leva a ampliar a percepção do fenômeno Vittar, não pelo viés psicológico ou biológico, mas, principalmente pelo viés estético-filosófico, onde a percepção do *dever* no corpo de Vittar encontra *planos de consistência* (DELEUZE, 1995) visivelmente femininos, seja na ordem da expressão drag, seja através de sua inserção midiática no campo social como corpo feminino *ideal*.

As capas de revista, pelo poder da visibilidade da imagem, legitimam um discurso, apresentando-o para a sociedade como resultado de uma seleção, recorte proposto pela editoria, cujo objetivo para além do conteúdo comunicacional, é também de produção de subjetividade, interagindo com o imaginário coletivo, reconfigurando valores e crenças. No caso de uma capa de revista, do porte de Marie Claire (Editora Globo), dirigida especialmente para o público feminino, cabe-nos indagar se o objetivo seria

apenas comercial para vendas de produtos femininos, ou haveria ali propósitos vanguardistas que remetam no limite, a projetos civilizatórios de inclusão e acolhimento das diferenças? Sabidamente o Brasil é um dos países mais homofóbicos do planeta, tendo índices de assassinatos da ordem de um gay a cada 27 horas segundo a Associação Grupo Gay da Bahia em seu relatório de 2014⁶. Se os projetos de lei contra a homofobia esbarram no Congresso Nacional devido a ação de bancadas conservadoras como a Evangélica, por exemplo, outras ações podem ser percebidas no âmbito da sociedade civil, incluindo o discurso de algumas mídias. Na luta política contra a homofobia, grandes corporações vem abrindo seu espaço para a inclusão de gays e transsexuais, como é o caso da Rede Globo, quando convidou Pablo Vittar em 2016 para fazer parte do programa Amor e Sexo, junto com a apresentadora Fernanda Lima.

A percepção do feminino em Pablo Vittar poderia ser reduzida a expressão de gênero, na medida em que o feminino assume lugar preponderante quando o mesmo cria sua personagem drag, contando para isso, com o design de moda. Por outro lado, questionamos aqui o que é ser mulher, e com isso, exploramos o feminino como dimensão ontopolítica e dessa forma, uma ordem do feminino que está presente mesmo fora do espaço drag de Vittar. Contudo, a ambiguidade entre masculino e feminino apresenta-se legitimada e confirmada pelo próprio Vittar quando deixa em aberto em suas entrevistas que tanto faz ser abordado pelo pronome masculino ou feminino. Algumas mídias de fato reproduzem essa ambiguidade, deixando explícito o limite tradicional entre o masculino e o feminino. Talvez uma postura mais avançada seria o de reconhecer aquele corpo como do universo feminino e portanto, no nível do discurso corresponder a essa dimensão.

⁶ <<https://grupogaydabahia.com.br/2015/01/13/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2014/>>
Acesso: 25.03.2018.

A revista *Época* (Editora Globo), em sua edição 1024 de fevereiro de 2018, ilustra sua capa com a imagem de Pablo Vittar e coloca como chamada *Os reis do carnaval: na onda de Pablo Vittar, como o pop das drags engoliu o axé no Carnaval*. No corpo da matéria os jornalistas Luis Lima e Nina Finco escrevem no título: *Eles são as novas divas do carnaval*. A tônica da revista é o processo de eclosão de um novo ritmo e estética, porém nos espaços do *não dito* (FOUCAULT, 1999) a revista evidencia em seu discurso a natureza masculina de indivíduos que se assumem drags. Explicita-se com essa ambiguidade um campo político ainda em formação, cujo discurso da revista reflete certa imaturidade ou talvez de forma consciente a demarcação de limites entre masculino e feminino, contrariando nossa tese de *campo do feminino como espaço fluido*. Talvez se possa considerar que o feminino é tão somente uma dimensão, onde cabem inúmeras expressões, dentre as quais mulheres-trans e drags. Quais seriam então os limites do ser mulher?

Imagem 3: capa da revista *Época*, Fevereiro de 2018.



Fonte: <http://midiafest.com/midiafest/axe-e-engolido-pelo-ritmo-de-pablo-vittar-diz-revista-epoca/>
Acesso 15/02/2018

Pablo Vittar, sobretudo como exemplo e ilustração de um grupo de indivíduos cuja identidade é não binária, nos permite questionar e observar a construção na mídia de um modelo, de um

estereótipo do feminino que no espaço modular das drags poderia ser categorizado talvez, como drag-barbie. Retomando a revista Marie Claire sobre o questionamento de fundo quanto ao ideal de beleza, identificamos na imagem de Vittar na capa desta revista uma linha de expressão que poderia ser identificada com um padrão de beleza que diverge do conceito tradicional de drag, mais identificados com formas mais caricatas do feminino, intensificando nos adornos e indumentária criando uma imagem extravagante e burlesca. O filme australiano Priscila a rainha do deserto, de 1994, dirigido por Stephan Elliott, é emblemático no que diz respeito a estética das drags. Contudo, Vittar foge dessa linha de expressão no contexto das drags, aproximando-se talvez, de uma estética mais identificada com o universo travesti, mais feminino e menos caricato, mais próximo talvez de Barbarela. É nesse sentido, por sua imagem mais próxima do belo comercial, tal como a beleza de uma Barbie, que Vittar, para além de sua voz, vem conquistando espaço e notoriedade. A drag quem Pablo Vittar tem uma beleza com apelos comerciais capaz de estimular o consumo e talvez a construção de sua marca contemporaneamente utilize-se desse encantamento midiático capaz de seduzir e vender.

Imagem 4: capa da revista Marie Claire Brasil novembro de 2017.



Fonte: <https://revistamarieclaire.globo.com/Beleza/noticia/2017/10/conteu-para-minha-mae-que-era-gay-aos-15-e-nem-surpresa-ela-ficou-conta-pablo-vittar.html>, Acesso 25/11/2017

A indústria cultural, conforme Adorno (1985) é um sistema que transforma a cultura em mercadoria, e estabelece como dinâmica a repetição de lógicas mercadológicas que deram certo, e dessa forma, acaba tendo um baixo movimento de inovação. No entanto, o próprio capitalismo em sua relação com o mercado, atinge índices de saturação que obriga as empresas a investirem em inovação e novas estratégias para o lançamento de seus produtos. Acreditamos que Pablo Vittar responde a essa prerrogativa de trazer elementos de uma nova estética, sem contudo, romper totalmente – drag-barbie, responde aos apelos visuais de consumo, atraindo as empresas e organizações ávidas por novos personagens-veículos de acesso a um imaginário que dê vazão e fluxo à mercadorias. Assim, concluímos que não se trata apenas de cultura, mas também de comércio e lucro. A indústria cultural funciona segundo Adorno, de forma sistêmica, onde os veículos se correspondem e redundam as informações, fazendo com que certos mecanismos – um novo ídolo, por exemplo -, se faça não apenas necessário, mas sobretudo, afirmado dentro do sistema. Não seria esse o caso de Vittar, onde tantas marcas passam a interessar-se e repetir o padrão drag-barbie? Dentro desse movimento, temos mais uma capa de revista legitimando o padrão drag de Vittar. A revista Rolling Stone Brasil, reforça a imagem, tendo como mote, evidentemente, o lugar como cantora, no entanto, ressalta o conjunto, o indivíduo que traz como diferencial, o ser drag. Como ação política ou comercial, ambas geram um processo que no horizonte reflete não apenas a necessidade de reconhecimento de cidadania, mas a construção de um aparelhamento simbólico mais afeito a um mundo inclusivo e menos violento.

Imagem 5: capa da revista Rolling Stone Brasil, Janeiro de 2018.



Fonte: <http://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-137/pablo-vittar-capa-no-vicio-da-batida#imagem0> Acesso 27/01/2018

Considerações finais

Neste artigo questionou-se o processo de empoderamento trans por conta de uma nova ordem de feminismo, mais aberto e flexível, incluindo o universo das mulheres trans e das drags. Buscou-se através de um olhar sobre o Funk e o Pop musical brasileiros, personagens, ídolos que trazem a dimensão queer, diga-se, a multiplicidade e a perspectiva da inclusão. E dentro deste contexto, especialmente as cantoras Anitta e Pablo Vittar são representantes de um discurso de abertura para uma perspectiva de *campo fluido do feminino*. Assim, inicialmente com uma recuperação do movimento feminista e das problemáticas em torno dos devires minoritários, buscou-se constituir um corpus teórico com referências em Deleuze, Foucault, Guattari e Rolnik, afim de desenvolver a noção de devir-mulher e micropolíticas, buscando ressaltar a dimensão ontopolítica de ações culturais tais como o funk e pop, além da expressão discursiva nas mídias. O empoderamento feminino após forte retração ao longo do governo Temer (2016-2018), e atualmente com o governo de extrema-direita instituído, passa a difundir-se por outros meios, entre eles,

as produções culturais. É nesse movimento que a visibilidade trans ganha maior espaço e passa a integrar o movimento feminista, doravante com questionamentos do que é ser mulher, tendo em vista que o conceito mulher e o campo do feminino passam a ser percebidos como produções culturais e não meramente biológicas. Dessa forma, afim de refletir sobre e ilustrar esse processo, realizamos uma análise discursiva acerca de capas de revista que expressaram ao longo de 2017 e 2018 personalidades queer. Por fim, este estudo nos permitiu questionar o feminismo enquanto processo, atualizando o movimento em uma perspectiva ontopolítica, incluindo no seu contexto o conteúdo relativo às lutas por visibilidade e construção de cidadania do universo trans-queer.

Referências

- ALBORNOZ, Suzana. **Política e vocação brasileira: leituras transdisciplinares**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- De SÁ, Simone. **Funk carioca: música eletrônica popular brasileira?**. Revista E-compós, v. 10, p. 1-12, setembro- dezembro, 2007.
- CARDOZO, Hélio. **Ontopolítica e diagramas históricos do poder: maioria e minoria segundo Deleuze e a teoria das multidões segundo Pierce**. Vertias, Porto Alegre, v. 57, n. 1, jan-abr, 2012, p. 153-179.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasilense, 1981.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2014.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LLACQUA, Angélica. **Anita: o livro das poderosas**. São Paulo: Universo dos livros, 2017.

PARODE, Fabio; ZAPATA, Maximiliano. **Ontologia do design de moda: Édipo e Anti-édipo, entre McQueen e Farani**. Veritas. Porto Alegre, v. 62, n. 3, set-dez. 2017, p. 934-948.

ROLNIK, Suely. **Revolução molecular. Pulsões políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasilense, 1985, pp. 7-10.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ZAPATA, Maximiliano, De OLIVEIRA, Nythamar, **Design de moda e cultura queer: o devir-drag como expressão de gênero**. Revista D. Design, Educação, Sociedade e Sustentabilidade. Porto Alegre, v. 9, n. 2 p. 80-91, 2017.

Ativismo Poc: as estratégias de visibilidade do Coletivo LGBTI+ Flor no Asfalto

*Francisco Rafael Mesquita Jeronimo*¹

1 Introdução

No presente texto, é apresentado um estudo da experiência do Coletivo Flor no Asfalto, integrante do movimento LGBTI+² (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais) do Ceará.

Nesta narrativa, tecida a partir da escuta e observação, é construída a descrição sobre a organização destes “sujeitos generificados” (GONÇALVES, 2017), que enfrentam a pobreza, a vulnerabilidade, a restrição a direitos fundamentais e a violência desde o nascimento.

Tendo como recursos a entrevista, a análise de publicações impressas e a observação de conteúdos produzidos para as redes sociais do grupo, busca-se a aproximação da realidade destes indivíduos e da comunidade onde se organizam, reivindicam e lutam.

No caso do levantamento dos dados das redes sociais digitais, priorizamos a página no Facebook, mas trazemos algumas

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM); Universidade Federal do Ceará (UFC); rafaelmesquita.rm@gmail.com

² Neste trabalho, o símbolo + acrescentado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (REIS, 2018).

informações sobre uso dado à plataforma Whatsapp. A escolha da fonte de coleta se baseou no fato de serem os canais oficiais do agrupamento.

Importante registrar que a disposição para elaborar este trabalho nasceu da vontade de fomentar a visibilidade sensível de grupos ativistas e temas que ainda não alcançaram protagonismo na academia. Como constata Gonçalves (2017), no campo da comunicação, embora as análises passem a existir ainda na década 1990, é somente nos últimos 10 anos que as pesquisas deste setor se debruçam com maior intensidade sobre a diversidade sexual.

Conjuntura confirmada por Lazarin e Rodrigues (2014), em levantamento dos estudos das homossexualidades, de 1992 a 2008, nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. A conclusão é que até existe uma diversidade de temáticas e métodos, mas “distante da consolidação de perspectiva teórico-metodológica, ou tradição de abordagem em linhas de pesquisa” (p. 219 e 220).

2 Pra não dizer que não falei das flores

Não há como falar da organização do Coletivo Flor no Asfalto sem recordar os versos de Carlos Drummond de Andrade (1978), que, em sua Antologia Poética, diz: “Uma flor nasceu na rua! Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio” (p.14 a 16). Neste pequeno trecho, o poeta sintetiza exatamente a grandeza que se encontra no olhar empático deste agrupamento do movimento LGBTI+, que se insurge contra a LGBTIfobia³ no Brasil de 2019.

O Coletivo é uma experiência nascida a partir da união de jovens da comunidade Lagamar, um “assentamento precário”⁴ que

³ Pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos (REIS, 2018).

⁴ De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assentamentos precários são áreas urbanas de ocupação juridicamente irregular, com deficiências de infraestrutura e serviços urbanos e população pobre.

margeia trecho do rio Cocó, localizada entre os bairros São João do Tauape, Alto da Balança, Aerolândia e Pio XII, em Fortaleza, Ceará. Ali vivem e lutam corpos não heterossexuais, jovens, pobres e periféricos, que assumiram o protagonismo de suas vidas.

Estas “flores” crescem no que Michel Foucault (2013) já classificava em 1966 como espaços “absolutamente diferentes”, ou seja, “lugares que se opõem a todos os outros” referenciados pela nossa lógica contemporânea. Locais cujo destino seria serem apagados, neutralizados ou purificados. “São como que contraespaços” (p. 20).

“A nossa periferia não está literalmente na periferia, mas é um local de mancha na sociedade. Para a sociedade que quer uma cidade perfeita, nós somos uma mancha numa cidade bonitinha, por isso que querem nos remover para o Minha Casa, Minha Vida. O que ainda mantém a comunidade ali é a ZEIS⁵, nem a Prefeitura pode mexer na gente sem passar pelo Conselho da ZEIS. A gente entende a cidade como um grande asfalto. Estamos onde não deveríamos estar, no meio do asfalto. Por isso a referência à flor no asfalto, já que as flores deveriam estar nos vasos e nos jardins”⁶.

É no Lagamar, nesta heterotopia (aglutinação de “hetero”, que significa “outro” e “topia”, que traduz como “espaço”), como descreve Foucault, “neste não lugar”, que o grupo se organiza, vive e reivindica desde janeiro de 2017, quando foi oficialmente constituído o Coletivo.

Com pouco mais de dois anos de atuação, este agrupamento passa a figurar na cena do movimento LGBTI+ do Ceará, que completa, em 2019, 30 anos. Conforme lideranças políticas do segmento, a contagem das três décadas é marcada a partir da

⁵ Conforme a Lei do Plano Diretor de Fortaleza (Lei Complementar nº 062/2009), as Zonas Especiais de Interesse Social são áreas da cidade habitadas de forma precária que devem prioritariamente receber melhorias urbanísticas e regularização fundiária. As Zeis consideradas hoje no município são: Dionísio Torres/Vila Vicentina, Pici, Lagamar, Serviluz, Praia do Futuro, Bom Jardim, Pirambu, Poço da Draga, Moura Brasil e Mucuripe.

⁶ Depoimento de Renan Monteiro Coelho, integrante do Flor no Asfalto, em entrevista para esta pesquisa.

fundação do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), organização não governamental nascida em março de 1989, a partir também de um grupo de jovens gays, travestis e lésbicas, em Fortaleza, que se reunia pra enfrentar as violências impostas à homossexualidade e para encarar a epidemia de Aids que afetava a Capital do Ceará.

Como uma das 50 organizações da sociedade civil e do poder público mapeadas pelo estudo "Tecendo a Cidadania no Ceará" (GRAB, 2018), o Flor no Asfalto constitui uma rede de empoderamento e ativismo LGBTI+, que reúne representações de diversos municípios do Estado.

O grupo integra ainda importantes ações do calendário do segmento, como a comissão preparatória das Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará, realizadas anualmente em junho, mês do orgulho homossexual.

3 Uma leitura através de lentes Queer

Diante deste contexto, a partir de um olhar *queer*, observa-se como são retratadas as lutas pela promoção da diversidade sexual lideradas pelo coletivo, entendendo este como um processo que pode ser revelador das maneiras de representação política das pessoas LGBTI+.

A palavra *Queer* vem do inglês e “pode ter função de substantivo, adjetivo ou verbo e, em todos os casos, se define como oposição ao normal ou à normatização” (SPARGO, 2017, p. 13). Convertido em movimento, por um lado, e em teoria, por outro, o termo dá título a um esforço afirmativo. Enquanto campo de estudos, dá conta de engajamentos intelectuais sobre as relações entre sexo, gênero e desejo. São objeto desta corrente de pensamento questões como as análises das relações de poder sociais e políticas de sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; e discussões sobre desejos transgressivos.

Os Estudos *Queer* evidenciam, portanto, como funcionaram historicamente dispositivos discursivos que calaram, produziram

vergonha e medo entre os gays, as lésbicas, as bissexuais, as travestis, as transexuais e as intersexuais, mas, ao mesmo tempo, propõem justamente que se interrompa a reprodução destes códigos através da incorporação política do “outro-abjeto”, como explica Berenice Bento (2014).

Enxerga-se esta mensagem no Flor no Asfalto, que diz muito claramente para a sociedade que há “orgulho de ser poc”⁷ e que está na hora da “revolução sapatônica” – expressões que, por sinal, foram títulos de saraus organizados pelo movimento.

Esta característica contemporânea, que desenha as bases do ativismo *queer*, mostra a prodigalidade deste momento, que é contextualizado pela eclosão do discurso da diferença, que parte da ideia do reconhecimento como transformação social e que dá novos postos ao outro, provocando uma verdadeira transformação das relações de poder, como evidencia Bento (2014): a mensagem é que “eu estou aqui e não vou mais viver uma vida miserável e precária”.

4 Gays, lésbicas e periféricas - Das flores sobre as flores

O coletivo é formado por oito jovens, com idades entre 18 e 29 anos. Com seis gays e duas lésbicas, os líderes do grupo operam a militância nos turnos alternativos às jornadas de trabalho, com reuniões e atividades realizadas preferencialmente nos fins de semana e no período noturno, de segunda a sexta-feira.

Deste universo, pelo menos três trabalham em ONGs, duas pessoas em call centers e outros três respectivamente com marketing em empresa de cosméticos, em serviços de organização de estoque e como professor em instituição de ensino particular.

Os membros do coletivo participam ainda de diversas redes sociais e grupos dos movimentos sociais cearenses. Outro elemento

⁷ Na entrevista, membro do coletivo se refere a “poc” como termo antes usado para ofender jovens gays afeminados e pobres, mas que hoje se reveste de um sentido afirmativo, em que os sujeitos enquadrados neste adjetivo se empoderam da palavra e se afirmam em meio à indiferença.

investigado, foi a presença de proposições vindas do campo acadêmico, que restou presente apenas em duas atividades, realizadas com um pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em sua carta de princípios (FLOR NO ASFALTO, 2017), elaborada durante os primeiros encontros do agrupamento, seus membros definiram os objetivos desta empreitada. No documento, eles narram que a “opção por ser um coletivo se deu por conta de apostar em um modelo de organização que tivesse como foco a horizontalidade e o engajamento”. Tal princípio é recorrentemente reforçado no texto, que defende uma organização “sem que exista uma liderança, um tutor ou a vinculação a uma instituição”, o que denota também a afirmação do valor da independência.

A proposição basilar do grupo é “discutir e efetivar ações contra a LGBTfobia no Lagamar e em Fortaleza”. Como nos explicou em entrevista para esta pesquisa Renan Monteiro Coelho, o ponto de partida e o foco prioritário do coletivo será sempre o Lagamar, mas o Flor no Asfalto “pensa na cidade como um todo”, liderando não só ações e manifestações de cunho local, “mas ao mesmo tempo para abranger a pauta que é discutida na cidade”.

Com isso, há um mister de atividades desenvolvidas, como ações de prevenção em DST/HIV/Aids, eventos culturais, a exemplo de musicais, apresentações de dança e saraus, ações de solidariedade, piqueniques em espaços públicos, como o Parque Estadual do Cocó, e cursos e oficinas, sendo estes últimos com foco no empreendedorismo, a exemplo das formações em corte e costura e em crochê.

O raio de parceiros do movimento também é grande. Atualmente usam como sede uma sala da Fundação Marcos de Bruin, uma entidade da sociedade civil beneficente fundada em 1992, que trabalha pelo desenvolvimento do Grande Lagamar. O representante ouvido para este trabalho fez questão de frisar que são independentes da fundação: “Fomos abraçados por eles. Nos apoiam em reuniões, empréstimo de equipamentos, como som,

mas somos totalmente independentes, não fazemos parte da Marcos de Bruin”.

Outros parceiros do Flor no Asfalto são o citado GRAB, as ONGs Casa de Andaluzia e Barraca da Amizade e o grupo Arte de Amar, todos estes organismos do movimento LGBTI+ do Ceará.

Ainda de acordo com a carta de princípios, há a preferência pelo que chamam de “ação direta”. Para eles, a “transformação da sociedade virá por meio da luta popular e da organização direta da população”.

No documento fundador, o Flor no Asfalto afirma que não pretendem, entretanto, “ser organizado por uma vanguarda militante/intelectual”, pois eles mesmos almejam organizar as próprias lutas, sempre levando em consideração a ideia de ser um movimento da pauta do direito à livre orientação sexual e identidade de gênero, mas também de movimentação das demandas gerais da comunidade em que vivem.

Tais características coadunam com a discussão levantada por Guattari (1995), no que ele caracteriza como “devir das minorias”, pensando-se assim em um devir mulher, homossexual e negro, por exemplo. O autor explica que a reivindicação de grupos de minorias não é só a do reconhecimento de sua identidade.

“A diferença dos atuais grupos homossexuais, por exemplo, em relação aos da belle époque é que sua questão não é setorial. Eles trabalham para que seu processo, seu devir homossexual se introduza no conjunto da sociedade, pois, de fato, todas as questões são trabalhadas pelo devir homossexual”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 73)

Em alguma medida, essa batalha travada pelo Flor no Asfalto, de representar a comunidade LGBTI+ do Lagamar ao mesmo tempo em que se articula com as demais ânsias e necessidades do lugar, reforça a tese de Guattari de que esses devires coletivos podem se articular de forma subjetiva a todos os problemas políticos e sociais, que passa a ser “molecular”, ao

conectar todos os “sistemas de alteridade, os sistemas de percepção” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 78 e 79).

Um traço forte no estudo do discurso político do coletivo é a aposta nas mudanças, no enfrentamento dos pilares do patriarcado e a luta contra a hegemonia dominante que reprime o feminino e as “sexualidades não normativas” (BUTLER, 2017). A narrativa do grupo recorrentemente oportuniza a experiência, a descoberta e a compreensão do “Outro”.

5 Maneiras de Comunicar

As várias maneiras de comunicar desenvolvidas por este grupo são observadas. Em uma primeira dimensão, foi analisado o uso desenvolvido de ferramentas de comunicação digital, como a página no Facebook e o grupo na plataforma Whatsapp.

Na página do Facebook do grupo, até o dia 18 de junho de 2019, foram registradas 67 publicações. Deste universo, 50 tratavam de conteúdos próprios do movimento, seis faziam referência a ações e projetos desenvolvidos com o apoio do grupo e de autoria de parceiros e 11 foram enquadrados como de outra origem, inclusas aqui postagens e compartilhamentos de notícias, por exemplo, que tratem dos temas tocados pela iniciativa juvenil, como direitos LGBTI+, demandas sociopolíticas e demais pautas do campo dos Direitos Humanos.

As temáticas protagonistas nas postagens são eventos, com 23 registros de publicações desta natureza; 21 fotos, relativas a atividades e ações do coletivo ou que contaram com a participação de membros do Flor; nove são vídeos, sendo que a maioria deles convidavam para sarau do movimento, com direito a gravação enviada pelo então deputado federal do Rio de Janeiro Jean Wyllys e outras lideranças de peso do ativismo LGBTI+ e da cena política cearense, a exemplo da deputada federal do Estado, Luizianne Lins. Existem ainda sete publicações focando campanhas, como ações da

Organização das Nações Unidas, quatro notas compartilhadas e mais três artes sobre discussões elucidativas do universo *queer*.

E quando observadas as publicações por ano, notamos que em 2019 foram realizadas apenas três postagens, enquanto 2018 concentra a maior parte da produção do grupo na rede social Facebook, com 46 registros. Em 2017, ano de criação do coletivo, existem 18 recorrências desta natureza. Importante registrar que os chamados “stories”, tipo de publicação em redes digitais de caráter efêmero, que duram apenas 24 horas, não foram consideradas nesta análise. Todas estas características mostram um uso muito mais utilitário das redes, sem ser este espaço um foco prioritário de intervenção do coletivo.

O Flor no Asfalto conta ainda com dois grupos de Whatsapp, um formado por membros e outro direcionado a participantes de suas atividades e demais pessoas próximas. Sendo assim, o primeiro funciona como uma instância organizativa, de debate e de decisões do agrupamento, enquanto o segundo grupo é espaço de compartilhamento de informações, agendas, debates e demandas do movimento LGBTI+ local, de ações da diversidade sexual externas à localidade e de iniciativas gerais do movimento social do Lagamar e de Fortaleza. Não tivemos acesso aos grupos do Whatsapp, mas liquidamos estas informações por meio das conversas com os membros.

É interessante também perceber as formas de comunicação popular, ou seja, o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opinião, ideias e atitudes do coletivo na comunidade do Lagamar, que podemos observar a partir das lentes de análise colocadas pela *folkcomunicação*, onde as mensagens são transmitidas em nível interpessoal, fazendo uso, muitas vezes, de linguagens e canais familiares ao universo popular (WOITOWICK; In GADINI; WOITOWICK, 2007).

A *folkcomunicação* é a possibilidade de comunicação em nível *folk*, do povo. Os usuários destas estratégias podem ser inclusive setores marginalizados, cuja inferioridade seria produzida

a partir das desigualdades construídas na sociedade, que estabelece superiores e cria indivíduos e grupos colocados em situação de pobreza, isolamento territorial, baixo nível intelectual, de acesso à direitos e inferiorizados por questões da ordem do gênero, raça e sexualidade.

Neste quesito, o grupo cita que a principal forma de mobilização desenvolvida é o chamado “boca-a-boca”, reforçado pelas redes sociais do coletivo. Segundo eles, a comunidade recebe bem os eventos e o fato das pessoas que compõem o coletivo serem “muito conhecidas” na localidade, acaba sendo facilitado o contato e a mobilização.

“A gente tenta traduzir para a linguagem da comunidade, a gente conversa de mano para mano e tenta explicar a pauta LGBT. Deixa o povo muito à vontade, quem vai passando chega, quem convidamos pelas redes sociais aparece. (...) Já nos conhecem, desde criança. Quem não gosta só não chega junto” – depoimento de Renan Monteiro Coelho.

O comunitarismo é traço marcante e evidente que acaba por elevar a capacidade de diálogo social desta célula. Nesta perspectiva, o Flor no Asfalto se enquadra dentro do que Woitowick (2007) classifica como “grupos urbanos marginalizados, compostos de indivíduos situados nos escalões inferiores da sociedade, constituindo as classes subalternas” (WOITOWICK; In GADINI; WOITOWICK, 2007, p. 46). Mas ao mesmo tempo, inscreve a autora, são grupos que podem vir a gerar seu próprio vocabulário e sua própria sintaxe, constituindo, com os canais e alternativas que têm à mão, modos de difusão de mensagens, de reivindicações de necessidades e da construção de aspirações.

Neste aspecto, podemos citar como exemplo de desenvolvimento destas forças *folkcomunicacionais* a realização dos citados cursos, oficinas, rodas de debate, destas e performances artísticas pautadas nas reivindicações e discussões do movimento LGBTI+ e no empreendedorismo voltado a estes sujeitos.

Mas o coletivo também lidera ações que ultrapassam a pauta da diversidade sexual, como a reivindicação da juventude pela instalação, pela Prefeitura de Fortaleza, de um Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) na comunidade. Atualmente, a cidade conta com três equipamentos desta natureza, localizados nos bairros Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu. Eles formam a Rede CUCA, mantida pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude do Executivo municipal. De acordo com o site da Prefeitura, os espaços oferecem cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos (Prefeitura de Fortaleza, 2019).

Em matéria publicada no Jornal O Povo, em 12 de maio de 2019, o Flor no Asfalto explica que o interesse do coletivo LGBTI+ nesta bandeira do CUCA Lagamar se dá pelo entendimento da interseccionalidade entre as militâncias. "A gente não luta só pela pauta LGBT. Uma pessoa LGBT também é uma pessoa negra, jovem, e, agora com as questões da ZEIS, a gente resolveu reativar a discussão do Cuca Lagamar" (LEITE, 2018).

O Coletivo se envolve ainda em outros debates da localidade, como citado acima. A organização juvenil conta, inclusive, com assento no Conselho comunitário da ZEIS local e atualmente é filiada à Articulação Brasileira de Gays - ARTGAY, rede nacional com a missão de lutar contra o machismo, o racismo e a homofobia.

Foi a partir desta aliança com a ARTGAY e pensando na incidência comunitária, preocupação chave do grupo, que o Flor no Asfalto desenvolveu a cartilha "Monitoramento da Execução Orçamentária das Políticas Públicas LGBT do Município de Fortaleza e do Estado do Ceará" (ARAÚJO, 2018). Fruto de estudos do Coletivo, o material, publicado em 2018, com tiragem de mil unidades e também disponibilização nas mídias digitais, tem o objetivo de difundir informações sobre as ações governamentais planejadas e executadas. Os dados foram produzidos a partir de

informações oficiais publicadas pelos Executivos municipal e estadual na Lei Orçamentária Anual (LOA), no Plano Plurianual (PPA) e nos Portais da Transparência.

Tal produto, além de cumprir estratégia política, com subsídio para as reivindicações de todos os setores da luta LGBTI+ do Estado, é também uma tática de visibilidade do coletivo e de todos os sujeitos *queer*, sendo tema de matérias jornalísticas, debate popular nas mídias sociais e de proposta de discussão de eventos, audiências e plenárias. É quando o grupo estende o raio de atuação ao mesmo tempo em que viabiliza o próprio protagonismo enquanto uma agremiação periférica e setorizada, colocando-se à frente das "organizações de referência"⁸ do movimento LGBTI+.

Outro traço marcante das performances destes corpos, que enfrentam as “estruturas que persistem em nos constranger” (MORAIS, 2015, p. 169), é o fato dos integrantes do Flor no Asfalto expressarem suas identidades pessoais fora das caixinhas pré-determinadas de gênero. Assim, escolhem um outro modo de viver a identidade, possivelmente livres da binaridade de gênero, da premissa patriarcal, que associa as características biológicas da humanidade a dois conjuntos definidos: o masculino (homem/macho) e o feminino (mulher/fêmea). Um traço marcante presente no registro das peças de comunicação compartilhadas nas redes sociais do coletivo, como também nos registros em foto e vídeo das atividades.

Neste aspecto, o Flor caminha na direção apontada pelo movimento social contemporâneo, que namora os estudos feministas e a teoria *Queer*. Judith Butler (2017) traz o debate de que a noção de gênero introduziu e legitimou a desigualdade e a dominação que marcaram séculos de organização dos povos, sobretudo os ocidentais, e também provocou exclusões para aqueles que não se enquadravam nas noções estabelecidas de

⁸ Entidades e grupos do movimento LGBT institucionalizados e reconhecidos pelo Estado e pela imprensa, por exemplo. De acordo com Santana (2018), grupos que acumulam “legitimidade” (p. 90).

masculino e feminino ou que possuem orientações sexuais não-normativas, como homossexuais e bissexuais, e indivíduos transexuais, não-binários, agêneros e de gênero fluido.

A filósofa, inscrita nos estudos feministas contemporâneos, também explica que, para o imaginário social construído em torno da dominação de mentes e corpos, “o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (p. 25). Butler indicava, assim, que o sexo não é natural, mas é ele também discursivo e cultural como o gênero. Ela esclarece que se construiu em nossa história um paradigma expressivo, “no qual se diz que um eu verdadeiro é simultâneo ou sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo” (p. 45). “Enganos” propositalmente impostos durante longos períodos, mas que precisam ser denunciados, afinal, ninguém é exclusivamente mulher ou exclusivamente homem.

Tais reflexões, evidenciadas a partir do discurso dos participantes da agremiação e da problematização na bibliografia, não são dados totalmente “espontâneos” ou “enraizados” em toda a trajetória do coletivo, mas sim “reconhecimentos” e “amadurecimentos” realizados a partir de experiências vivenciadas por membros do grupo, vindas de outros espaços de atuação, como também constituídos a partir de interlocuções com outros atores do movimento social e nas discussões trazidas por parceiros para debates realizados dentro do agrupamento. É exemplar deste caso a realização de rodas de conversa sobre transfeminismo e sobre heteronormatividade, que aconteceram ao longo dos dois anos de atuação grupal.

Em postagem na página da rede social Facebook do grupo, há, em destaque, o relato sobre uma destas rodas de conversa, onde houve a discussão de “questões ligadas aos corpos que são marginalizados pela sociedade, a relação entre o transfeminismo e o feminismo, questões da economia e como a crise afeta mais os negros, as mulheres e pobres”. Aqui nós “discutimos a lógica de

dominação masculina, a solidão da mulher trans e das travestis e a importância da nossa felicidade”⁹.

Podemos dizer, a partir da observação, que o Flor no Asfalto causa a chamada surpresa empírica ao trazer dentro de seus saraus, eventos de cunho cultural e político, representações que ultrapassam as enraizadas “verdades aparentes da masculinidade e feminilidade” (GEERTZ, 1997; p. 123).

Fazendo um paralelo com as perspectivas apontadas por Foucault (2013), que tornam o corpo "um grande ator utópico" (p. 12), podemos afirmar que o grupo enfrenta de frente os estigmas, preconceitos e ódios, a ponto de buscar o rompimento do código heteronormativo presente nesta e noutras comunidades, periféricas ou não.

Não à toa, as palavras "pride" e "orgulho", que possuem significados correlatos na língua inglesa e portuguesa, tornaram-se referência para a luta homossexual no globo, haja vista que romper com padrões, enfrentar a diferenciação e o preconceito é um passo que só pode ser dado em uma perspectiva afirmativa, o que torna a performance e as expressões de gênero, diferente da norma heterossexual, um processo mais que pessoal, mas social e político, um ato comunicativo, retomando a ideia de *folk*, que é também a contra-apresentação ou uma verdadeira alternativa aos padrões da estética e da publicidade desta época, comunicados nos atos oficiais da mídia controlada pelas elites, que atribuem, por exemplo, padrões de beleza e marcas de gênero, que não caminham com conforto a trilha do híbrido ou do totalmente indiferente.

Assim podemos retomar Foucault (2013) que conclui que o corpo, na sua materialidade, seria ao mesmo tempo "produto de seus próprios fantasmas", para quem não se identifica dentro do que a sociedade lhe disse que deveria possuir e comportar, e passa a ser, dentro das possibilidades do uso de "máscaras" e outros recursos, fonte de afirmação: "(...) os estigmatizados, cujo corpo

⁹ Extraído do Facebook do Flor no Asfalto em 7 de agosto de 2018.

torna-se sofrimento, resgate e salvação, ensanguentado paraíso" (p. 14).

É exemplar, neste caso, o depoimento de Renan Monteiro Coelho, quando afirma: “Viados (sic) que estão fazendo a festa, também estão dizendo que o canal está sujo, que as famílias estão lá precisam de casa”.

O que este jovem fez foi encontrar, como afirma Bell Hooks (2019), o “ponto de partida para as nossas intervenções”, criando o que autora irá chamar de “espaços de oposição” onde pode ser representada e nomeada a sexualidade, onde são sujeitos sexuais, desafiando as representações dominantes e operando transformações possíveis.

Talvez esta constitua uma das potências do coletivo, ou seja, conseguir desenvolver em uma comunidade, que ainda clama por políticas públicas básicas, como saneamento, o alargamento do olhar para questões da ordem da existência e mostrar que os seres humanos do mundo não são mais “divididos em dois únicos sexos biológicos” (GEERTZ, 1997, p. 122) e que todos são sujeitos de direito.

Uma convivência positiva que é reforçada pela constatação de que as mudanças recentes no país, com a expansão dos grupos conservadores e de direita na política nacional e local, não impulsionaram manifestações de ódio calcadas na LGBTifobia contra membros ou ações do grupo no Lagamar.

Embora tenha havido o que Geertz (1997) chama de retomada do pensamento mais básico do senso comum, “aquilo que resta quando todos os tipos mais articulados e sistemas simbólicos esgotaram suas tarefas, ou aquilo que sobra da razão quando suas façanhas mais sofisticadas estão postas de lado” (p. 140), os nossos entrevistados acreditam que o comunitarismo e o “raro debate politizado” tenha afastado um sentimento de recrudescimento de ideias no local. “Não impactou muito o conservadorismo recente, mas há pessoas conservadoras lá, que

nós já conhecíamos e não há ações negativas por parte deles” – comentário colhido em depoimento para este trabalho.

6 Florescer Queer

Vê-se muito forte no discurso deste grupo a vontade de uma juventude protagonista, que deixa explícita a sua ambição de ser o que quiser. "Eu não quero ser só mais uma estatística, eu não quero que você seja" (Trecho de uma das postagens do coletivo no Facebook, publicada em seis de novembro de 2018).

Nesta perspectiva, não aceita mais ser "minoría", categoria analítica e discurso político usado para referenciar sujeitos, como negros, LGBT e mulheres.

As flores no asfalto também não se veem circunscritas nesta nova "homonormatividade" ligada e liberada pelo neoliberalismo contemporâneo, afinal, o Capital é capaz de se "transpolitizar" como acentuou Baudrillard (1996).

Mas o coletivo deixa explícito que nas comunidades pobres se é gay diferente do bairro nobre, por exemplo. Sendo assim, a classe social é um definidor de marginalização das pessoas LGBT, especialmente pessoas trans. Então, começamos a perceber que, para alcançar uma liberação completa, como afirma Drucker (2018), é preciso radicalizar a investida contra o binarismo gay/hétero. Nestes termos, falamos de uma política *queer*, que tem o objetivo de "queerizar" os movimentos sociais de classe. "Isto significa lutar por uma vida erótica que é polimorficamente sensual, e não genitalmente obcecada; igualitária e não possessiva" (DRUCKER, 2018, p. 199).

O Flor no Asfalto diz "acreditar que a arte é política, provocativa, uma ferramenta de transformação e também uma forma de cuidar de nós mesmos" (Facebook Flor no Asfalto, 26 de agosto de 2018), fala sobre "o sexismo, o machismo, o classismo, o capitalismo, a LGBTfobia e como essas e outras formas de opressões se relacionam" (Facebook do grupo, 30 de abril de 2018).

Essas características caminham no que Drucker (2018) destaca como papel dos *queers*, que precisam, "adotar o feminismo socialista que entende o capitalismo, em sua essência, como um modo social de produção e reprodução generificada" (p. 199).

Ao mesmo tempo, é preciso circunscrever essa trajetória de luta em outros paradigmas, “como o libertarismo de Michel Foucault e o ativismo *queer* ligado, em certa medida, à recente teoria *queer*”. (DRUCKER, 2018, p. 199 e 200).

Alguns marcadores presentes na ação do coletivo, pinçados a partir do nosso *queer eye*, são a necessidade de exercitar uma abordagem plural para as demandas das LGBTI+, levando em consideração as dimensões colocadas pela localidade (assentamento precário), a classe social (comunidade pobre), o gênero e a geração (evidenciada pelo protagonismo da juventude).

Em seus eventos, ficam registradas livres formas de expressão do corpo, em uma demonstração que pode ir além das armaduras identitárias, embora o grupo reforce que entende o papel político de se afirmar gay, lésbica, bissexual, travesti, transexual, intersexual e outros nesta sociedade.

O coletivo deixa transparecer que acredita que a comunidade recebe bem as suas pautas tendo em vista que, diferentemente da "dureza" com que as demandas LGBTI+ são tradicionalmente apresentadas em outros espaços, o Flor no Asfalto aposta no diálogo, sem armar ideologias, sem intimidar ou retrucar. Embora mantenham a postura crítica, a tática dos membros é desarmar o preconceito e oferecer outros olhares.

"Temos uma comunicação direta com a comunidade (...) O diálogo, essa linha é a mais rápida, diferente de ficar com raiva disso ou daquilo. Às vezes, as pessoas usam palavras por puro desconhecimento", coloca Renan, ouvido para esta pesquisa. E é assim, nesta perspectiva de mediação, que a organização enfrenta as concepções de gênero cristalizadas como valores culturais e visões de mundo.

O Flor no Asfalto, deste modo, atesta a urgência em alterar as condições de vida impostas às pessoas LGBTI+, aos moradores do Lagamar e os demais sujeitos oprimidos e carentes de direitos em Fortaleza.

Sobre o alcance desta outra sociedade, outra coletividade, o grupo atesta: “talvez ela esteja longe, seja difícil, leve muito tempo e suor, mas ela é possível e nosso papel é sonhar e lutar por ela” (For no Asfalto, 2017).

Até lá, será necessário que cada vez mais flores transbordem do asfalto e que esse jardim se insurja abalando as desigualdades e os sentidos dominantes dados ao gênero e à sexualidade.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drumont. **Antologia Poética**. 12a edição – Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, ps. 14,15 e 16.
- ARAÚJO, David. **Monitoramento da Execução Orçamentária das Políticas Públicas LGBT do Município de Fortaleza e do Estado do Ceará**. Fortaleza, CE: Flor no Asfalto, 2018.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Transparência do Mal – Ensaio sobre os fenômenos extremos**; tradução de Estela dos Santos Abreu – 3ª Edição – Campinas, SP – Papirus, 1996.
- BENTO, Berenice. **Queer o quê? Ativismo e estudos transviados**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados-193-ago2014/>> Acessado em 27 de maio de 2019.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DRUCKER, Peter. **A normalidade gay e a transformação queer**. In. Cadernos CEMARX / publicação do Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. n. 11. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

- GEERTZ, Clifford. **O senso comum como um sistema cultural**. In. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução Vera Melo Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GONÇALVES, Gean Oliveira. **Tendências queer nos estudos brasileiros de jornalismo e gênero**. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo. São Paulo, SP: Life Editora, 2018.
- GUATTARI, Felix e Suely ROLNIK. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo, SP: Elefante Editora, 2019.
- LAZARIN, L; RODRIGUES, A. **Um levantamento dos estudos das homossexualidades nos Programas de Pós-graduação em Comunicação Social de 1992 a 2008**. Conexão - Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul - v. 13, n. 26, jul/dez. 2014.
- LEITE, Catalina. **Coletivo faz sarau para cobrar construção de Cuca no Lagamar**. Jornal O POVO, Fortaleza, 01 dez. 2018. Cidades, p. 19.
- MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.
- Rede Cuca. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em: <https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca>>. Acessado em 12. maio 2019.
- REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba, PR: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2ª edição, 2018.
- SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. Tradução: Heci Regina Candiani; posfácio Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- WOITOWICK, Karina Janz. **Grupos Marginalizados**. In. GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICK, Karina Janz (org.). Noções Básicas de Folkcomunicação: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões, 2007.

A desigualdade social em uma realidade tecnológica: o caso da Juv.TV, a WebTV da Rede Cuca

*Frederico Pinheiro de Souza Medeiros*¹

1 Introdução

Em 10 de setembro de 2009 a Prefeitura de Fortaleza inaugurou o primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, no bairro da Barra do Ceará. Seguido pelas unidades do Jangurussu e do Mondubim, estava formada, assim, a Rede Cuca. O Instituto Cuca é responsável por gerenciar o projeto, prestando serviço à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Atendendo prioritariamente jovens de 15 a 29 anos, moradores de bairros periféricos da cidade, são ofertados diversos cursos com o objetivo de solidificar o protagonismo cultural da juventude fortalezense.

A partir do núcleo de Comunicação da Rede Cuca, 15 participantes do programa de Monitoria de Jovens Comunicadores trabalharam na implementação de uma WebTV – espécie de adaptação do conteúdo televisivo para o formato da Internet (RIBEIRO, 2012). Ponto do contrato inicial entre a Prefeitura de Fortaleza e o Instituto Cuca, o projeto desenvolve programas, quadros, campanhas e séries, com o intuito de apresentar a pluralidade dos jovens de Fortaleza, através de produções ligadas ao esporte, à cultura, a comunicação e aos direitos humanos. Os

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Email: fredericomedeiros35@gmail.com

cursos ofertados por essa iniciativa visam a produção de roteiros, cenários, gravações e edições de obras audiovisuais. O primeiro deles, “WebTV: Maratona de Séries”, foi realizado no Cuca Mondubim, entre os meses de fevereiro e março de 2018.

O projeto destacado ocorre em meio ao contexto da comunicação de massa da primeira metade do século XXI, onde a expansão da produção de conteúdo independente aparece como peça-chave para um melhor entendimento dos fenômenos comunicacionais. Antes, o “mundo da produção e do poder estava ocupado pelas organizações grandes e verticais” (CASTELLS, 2005, p. 18). Houve, desde então, uma maior segmentação em termos de produção e consumo de conteúdo, de forma acelerada após a consolidação da Internet. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, feita pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República, em 2016, metade da população brasileira com acesso à Internet, a utilizava todos os dias da semana (BRASIL, 2016). A mesma pesquisa, em 2014, mostra somente um quarto declarando usar à Internet todos os dias. Isso evidencia como as mudanças causadas pelas mídias digitais (e os dispositivos móveis) impactaram na ampliação dos hábitos de consumo de conteúdo dos brasileiros (BRASIL, 2014).

Com o aumento do consumo de conteúdo *online*, cresce também a produção. O crescimento das possibilidades para as pessoas colocarem em prática as suas ideias é visível. Contudo, a totalidade da sociedade não é refletida no conteúdo ofertado. Para muitos, esses avanços não impediram a organização do espaço público de comunicação de continuar “com o alheamento do povo, ou a sua transformação em massa de manobra dos setores dominantes” (COMPARATO, 2001, p. 10).

As políticas públicas aparecem com o intuito, ao menos em tese, de melhorar essa realidade. Temas como inclusão digital, democratização da comunicação e direito à comunicação vêm se tornando mais relevantes no debate público. Assim, com base no Direito à Comunicação reconhecido pelo Estatuto da Juventude,

levou-se em consideração para este artigo o trabalho consistente feito ao longo dos anos pela Rede Cuca, dando mais segurança para a escolha do estudo de caso: a Juv.TV. Essa, uma WebTV desenvolvida por jovens comunicadores dentro dos aparelhos públicos Cuca e hospedada na plataforma de distribuição de vídeos *online*, YouTube.

O Estatuto da Juventude, aprovado pelo Congresso Nacional em 2013, apresenta no artigo 27 da Seção VII – Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão duas medidas relevantes para as políticas públicas que trabalham a comunicação como um direito da juventude. São “[a medida] I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa; [e a medida] II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2013).

Tendo em vista o contexto social apresentado, buscou-se com este trabalho analisar de forma exploratória a comunicação desenvolvida pelos jovens da Rede Cuca no canal da Juv.TV e estabelecer padrões temáticos com as questões levantadas pelos pensadores trazidos neste artigo. Tendo em vista o caráter público da iniciativa, também foi avaliado se as medidas apresentadas no parágrafo anterior se fazem notar.

Para alcançar o objetivo apontado, procurou-se, através de revisão bibliográfica, apresentar uma contextualização a respeito da realidade a qual o objeto está inserido; traçando paralelos entre os temas da desigualdade socioeconômica e da “popularização” dos meios digitais no Brasil. Foram adentradas algumas questões pertinentes ao melhor entendimento do estudo de caso, como o histórico, a organização do conteúdo e as possibilidades futuras do projeto. A fim de realizar uma maior problematização, foram relacionados os dados coletados com a reflexão trazida através da revisão de literatura. Assim, visando a melhor análise possível, chegou-se a este percurso metodológico.

Para isso, foi necessário uma análise de viés qualitativo, se debruçando sobre o objeto a partir da interpretação da realidade social, não mensurável por meio das estatísticas características do método quantitativo. Estabeleceu-se uma reflexão através de um olhar mirando a “qualidade” dos dados coletados; ajudando na interpretação das subjetividades encontradas pela análise da literatura e dos dados provenientes do canal no YouTube – fonte de livre acesso encontrada na Internet.

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. [...] Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Partindo do interesse pessoal do autor pela temática apresentada, sobre a capacidade de transformação social no espaço público de comunicação, dentro do contexto digital do século XXI, chegou-se ao caso analisado. A importância do estudo se mostra evidente, quando a relevância da Rede Cuca na cidade de Fortaleza é confirmada pelo seu vasto alcance. Aproximadamente 63 mil jovens participaram das atividades de 2014 nos aparelhos públicos, com esse número crescendo para quase 100 mil jovens em 2016². O recorte pega como base a definição do Estatuto da Juventude, considerando como “jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. Terreno fértil para pesquisadores, muitos deles da Universidade Federal do Ceará (UFC) e de seus laboratórios.

² A notícia Rede Cuca comemora três anos com investimentos e oportunidades, 2017, disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/rede-cuca-comemora-tres-anos-com-investimentos-e-oportunidades>>.

2 A Desigualdade Social em um mundo movido pelas Tecnologias de Informação e Comunicação

Segundo o sociólogo espanhol Castells (2005, p. 17), sobre o impacto dos avanços nas Tecnologias de Informação e Comunicação, é a “sociedade que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam a tecnologia”. Com a Internet, passou a existir uma rede de comunicação global e, idealmente, horizontal, onde as pessoas têm acesso a praticamente todo tipo de informação e podem alcançar, novamente em tese, a qualquer um no mundo. O que décadas atrás era impossível, hoje se tornou, senão uma realidade, uma possibilidade bastante forte.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessa rede (CASTELLS, 2005, p.20).

Os dados sobre o acesso às tecnologias da comunicação no Brasil, mostram o contexto de desigualdade socioeconômica atual, onde, de acordo com a pesquisa TIC Domicílios (2014), estima-se que 30,6 milhões de residências brasileiras possuem computador, ou seja, 49% do total. A situação no Nordeste é ainda pior, tendo somente 30% dos domicílios com acesso à Internet. O número, todavia, tende a aumentar.

Dentro de um contexto globalizado, segundo a pesquisa internacional ICT Facts and Figures (2016), realizada pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), a Internet tem penetração em 83,8% dos domicílios dos países desenvolvidos, chegando a 84% na Europa (SANOU, 2016). A sociedade em rede transcende as fronteiras do globo, “a sua lógica chega a países de todo o planeta e

difundem-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia” (CASTELLS, 2005, p. 18). A consolidação da Internet como ferramenta de comunicação de massa, é exemplificada pelas bilhões de pessoas que nasceram em meio a explosão tecnológica do fim do século XX. Palfrey e Gasser (2011) os chamam de “nativos digitais”.

Palfrey e Gasser, na obra “Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais”, destacam a rapidez dessas mudanças, em velocidade nunca vista na história. A título de comparação, os autores trazem a invenção da imprensa, ressaltando o fato que, durante séculos, somente poucas pessoas puderam comprar livros impressos, como a Bíblia. “Em contraste, a invenção e a adoção das tecnologias digitais por mais de um bilhão de pessoas no mundo todo ocorreu no período de poucas décadas” (PALFREY; GASSER, 2011, p. 13).

As gerações nascidas no mundo *online*, aparecem como ponto central dos estudos de Palfrey e Gasser (2011, p. 151) e também deste estudo. Classificados como nativos digitais, estes, agem sobre o corpo social de forma impensável anos atrás. Com diversas possibilidades de mídias, formatos e técnicas disponíveis, os jovens em questão exercem influência nos mais variados cenários digitais, não atuando como “consumidores passivos daquilo que a mídia apresenta, mas participantes ativos da criação de significado na sua cultura”. O fenômeno dos *influencers* nas redes sociais serve como exemplo disso, com uma massa considerável de jovens produtores de conteúdo comunicando para milhões de pessoas.

A grande maioria dos Nativos Digitais não está sonhando nem com fama nem com fortuna quando cria *online*. Simplesmente querem se expressar, como os seres humanos vêm querendo desde que fizeram suas primeiras pinturas nas cavernas mais de 30 mil anos atrás. O desejo de expressar suas próprias crenças e opiniões – de compartilhá-las com outras pessoas – é inerente à natureza

humana. Os avanços nas tecnologias digitais têm permitido que praticamente qualquer usuário com habilidades digitais básicas e acesso rápido à internet se expresse de maneiras criativas e a baixos custos. O impulso não é nada novo, mas as formas de expressão, sim. E o impacto sobre o modo em que as culturas passam a ser entendidas pode ser significativamente diferente do que nas eras anteriores (PALFREY; GASSER, 2011, p. 144).

A linguagem digital, entretanto, não é regra no vocabulário da maioria dos jovens nascidos no início de século XXI. Segundo Palfrey e Gasser (2011, p. 24), existem “bilhões de pessoas no mundo para as quais os problemas que os Nativos Digitais estão enfrentando são meras abstrações”. A caracterização de “nascido na era digital” requer do sujeito uma convivência com as tecnologias da informação e da comunicação desde os tempos de bebê. Essa realidade é compartilhada apenas por uma parcela dos jovens no mundo, evidenciando o fato da infância, como exposto por Prout (2004, p. 13), não ser um parâmetro ideal, e sim um período da vida humana, onde existe um “*gap* entre a imagem idealizada da infância e a difícil realidade para a maioria das crianças do mundo”.

Acerca do papel das tecnologias emergentes sobre os grupos oprimidos da sociedade, Alan Prout (2004, p. 122), no livro “*The future of childhood*”, usa a abordagem do filósofo italiano Gianni Vattimo, fazendo referência aos povos habitantes das “regiões anteriormente colonizadas do mundo, cujas lutas para libertar-se do domínio imperial coincidiam mais ou menos com o crescimento dos meios de comunicação de massa e uma tecnologia de comunicação global”. Fica sugerido, que, com a disponibilidade dessas formas de comunicação, as vozes de grupos sociais que antes não eram ouvidas, passaram a ganhar relevância. Assim, movimentos de luta pelos direitos civis conseguiram se articular durante a segunda metade do século XX, escapando da imposição de uma marginalização histórica. “Eles incluem, por exemplo, o movimento anti-racista dos negros, o movimento das mulheres e os gays” (PROUT, 2004, p. 122, tradução nossa).

Partindo de uma abordagem mais analítica sobre o ser humano, dentro do assunto da marginalização de determinadas camadas da sociedade, Foucault (1996, p. 10-11) apresenta, na obra “A Ordem do Discurso”, o princípio de exclusão da segregação da loucura; funcionando como “uma separação e uma rejeição”, segregando, desde a alta Idade Média, os loucos (cujo o discurso encontra resistência em relações aos demais) dos normais (donos da razão). Traça-se um paralelo com os temas da comunicação trazidos por este artigo e os problemas sociais enfrentados por pessoas que não seguem o padrão de normalidade (pobres e minorias, por exemplo), onde a segregação permite que a “sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância”.

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

Foucault (1996, p. 10) coloca que o conceito de discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Esse poder, contudo, é tratado pelo autor como um sistema, uma rede, uma relação (de poder) englobando a todos.

A juventude, ou parte dela, também é marginalizada, e assim como a infância sofre comumente com “tendências universalizantes” inseridas no debate e nas políticas públicas. Cabe a sociedade questionar a concepção, por exemplo, de “uma ‘infância’ unitária que é regulada e ordenada por um conjunto de leis, políticas e práticas sociais que funcionam para varrer quaisquer diferenças entre eles” (JAMES; JAMES, 2004, p. 11, tradução nossa).

Completando, Palfrey e Gasser (2011, p. 148) alegam que o “principal benefício de nos movermos para uma cultura *online* global mais participativa e que requeira maiores habilidades nos conhecimentos digitais é que isso pode conduzir a democracias mais fortes”, se originando “de mais pessoas engajadas na criação, interpretação e recriação de significado na cultura”.

3 A WebTV da Rede Cuca e os seus jovens comunicadores

Com a produção de conteúdo direcionada à Internet crescendo vertiginosamente, fruto do sucesso das plataformas *online* de relacionamento, as redes sociais, que Gabriel (2010, p. 193) apresenta como “uma das formas de comunicação que mais crescem e difundem-se globalmente, modificando comportamentos e relacionamentos”, percebe-se um aumento de possibilidades para as pessoas colocarem em prática as suas ideias. Mesmo assim, o conteúdo ofertado ainda não reflete a totalidade da sociedade. Os avanços não impediram que, para grande parte da população, a organização do espaço público de comunicação continuasse “com o alheamento do povo, ou a sua transformação em massa de manobra dos setores dominantes” (COMPARATO, 2001, p. 10).

Tendo em vista o cenário apresentado, Gabriel (2010, p. 194) ressalta o papel dos dispositivos móveis (especialmente os *smartphones*) nos rápidos avanços tecnológicos, “permitindo que as interações nas redes sociais sejam em tempo real (*real time*), em qualquer lugar, [e isso] tem incentivado também, sensivelmente, a participação nas redes sociais”. As tecnologias, portanto, são colocadas como facilitadoras das interações e da comunicação humana.

A Rede Cuca, como política pública, faz parte da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, criada em 2007 pela Prefeitura de Fortaleza, sendo “responsável por desenvolver e coordenar políticas públicas voltadas para jovens,

como forma de garantir direitos e construir cidadania”³. Três Cucas estão operantes no ano de 2018, tendo como foco de atuação as áreas mais pobres da cidade. A meta é dobrar o número de aparelhos públicos da rede, abrangendo todas as regionais do município.

O projeto da WebTV da Rede Cuca, agora conhecido pelo nome Juv.TV, busca desenvolver o conhecimento sobre a linguagem audiovisual a partir de, entre outras coisas, aulas ofertadas que proporcionam aos jovens um maior contato com técnicas de câmera, fotografia, edição e atuação, dentre outras oportunidades de aprendizado. Muitos dos beneficiados, inclusive, têm a chance de serem introduzidos ao mercado de trabalho dentro dos próprios Centros Urbanos, por meio de programas de estágio e monitoria.

Sobre o fenômeno da WebTV, Ribeiro se posiciona da seguinte forma:

Ao incorporar padrões interativos, que transferem o poder de produzir e emitir informações para o tradicional receptor, a WebTV reafirma o seu potencial transformador e vai construindo um importante caminho para ser legitimada socialmente como um poderoso e importante meio de comunicação digital, baseado em redes *online* de televisão, um modelo que pode vir a ser conhecido simplesmente como CiberTV (RIBEIRO, 2012, p. 4).

O projeto aqui estudado se utiliza de várias plataformas auxiliares, como o site da Coordenadoria de Juventude⁴ e o Facebook da Rede Cuca⁵. O foco deste artigo é o canal no YouTube dedicado a Juv.TV⁶, voltado a dar vazão ao conteúdo audiovisual produzido dentro dos aparelhos públicos da Rede pelos jovens

³ Apresentação institucional, disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-358>>.

⁴ Site da Coordenadoria de Juventude de Fortaleza, disponível em: <<https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/>>.

⁵ Facebook da Rede Cuca, disponível em: <<https://www.facebook.com/redecuca>>.

⁶ Canal no YouTube Juv.TV, disponível em: <<https://www.youtube.com/juvtv>>.

participantes. Por se tratar do YouTube, onde o conteúdo é veiculado sob demanda, não é necessário uma grade de programação bem definida. Os esforços de produção, assim, podem ser direcionados as necessidades do momento. Todavia, a atividade nessa rede social é constante, sendo publicados, geralmente, de dois a três vídeos por dia, respeitando uma programação pré-estabelecida.

A Juv.TV da Rede Cuca, ao atuar para expandir as possibilidades de comunicação em diversos contextos socioeconômicos, é um dos exemplos de políticas públicas, feitas, segundo Peruzzo (2007, p. 2), “com objetivos explícitos de promover a conscientização, a organização e a ação de segmentos das classes subalternas visando satisfazer seus interesses e necessidades, como os de melhorar o nível de vida, através do acesso às condições de produção e de consumo”. Com a implementação da Juv.TV, jovens se engajaram em uma iniciativa de cunho educativo e cultural. Seguindo formatos previamente estabelecidos, como o rádio e a televisão, o conteúdo foi adaptado para a linguagem condizente a realidade vivida por eles e a comunicação de massa ao qual tinham acesso, a Internet. Pode-se reconhecer aqui o importante papel das políticas públicas que visam “assegurar a garantia de poder exercer os direitos de participação política na sociedade” (PERUZZO, 2007, p. 2).

A crescente participação e contribuição popular no espaço público de comunicação, devido principalmente a popularização dos dispositivos móveis, mencionada anteriormente como forma de comunicação de massa, “tem conduzido a uma cultura que é muito mais diversificada do que era algumas década atrás” (2011, p. 145). Voltando a Palfrey e Gasser, sobre a percepção em relação a diversidade nas plataformas digitais, os autores exploram dessa maneira:

A diversidade – a distribuição ampla de informações de uma grande variedade de fontes, cada uma competindo pela escassa

mercadoria da atenção – é importante porque aumenta os processos democráticos e a deliberação democrática. A diversidade proporciona às pessoas a oportunidade de terem acesso a uma série mais ampla de perspectivas. Também atrai as pessoas para conversas públicas, apresentando idéias e formas de expressão que podem atrair, desafiar ou até mesmo repeli-las. Em troca, a diversidade ajuda a direcionar a participação, dos jovens e de outros, nas conversas públicas (PALFREY; GASSER, 2011, p. 145).

Para investigar esse cenário, onde parte relevante das pessoas não conhecem um mundo sem Internet (PALFREY; GASSER, 2011), o caso da Juv.TV se mostrou valioso. O canal no YouTube, no dia 6 de junho de 2019, contava com 1.192 inscritos, 227 vídeos publicados e 30.095 visualizações. Se tratando de um canal com fluxo constante de atualização, esperava-se um pouco mais de alcance. Partindo do conteúdo e dos dados coletados, chamaram a atenção possíveis formas de ruptura, tanto em relação ao pensamento generalizador sobre a juventude enquanto agente transformadora (JAMES; JAMES, 2004), quanto em respeito a comunicação como ferramenta de manutenção do *status quo* (PERUZZO, 2007). O canal da Juv.TV acaba esbarrando na concorrência com produtores de conteúdo que estão mais encaixados nesses padrões.

O canal, a partir do olhar da juventude periférica – como o próprio nome faz referência: Juv.TV –, aborda temas sociais por meio de quadros problematizando questões como o feminismo (Girl Power – 12 vídeos) e a vida na periferia (Minha Quebrada – 13 vídeos e Conexões Periféricas – 21 vídeos); adentra o universo do jornalismo com diversos quadros (Reporter Cuca em 1 minuto – 83 vídeos, Reporter Cuca – 28 vídeos e Tá no ar? Juv.TV ao vivo! – 17 vídeos); além de falar de arte (Cineprosa – 13 vídeos e Música da Juventude – 7 vídeos) e esporte (Cuca Esporte – 16 vídeos) de forma desprezenciosa, comum aos produtores de conteúdo no YouTube.

Por meio de análise superficial dos vídeos disponibilizados pela Juv.TV, foi identificado na maioria do conteúdo o tom informativo próprio do trabalho jornalístico. Isso se dá pela caráter formativo do projeto e de todo o núcleo de Comunicação da Rede Cuca, voltado a contribuir no crescimento humano e profissional dos jovens comunicadores; muito se devendo, também, a independência do projeto em relação a questões mercadológicas comuns a grandes emissoras. Os vídeos, mesmo assim, são em sua maioria roteirizados e possuem temas preestabelecidos. O conteúdo, por ser disponibilizado na Internet, está a alcance de todos, porém, a prioridade é a formação dos jovens comunicadores envolvidos com o projeto.

O cenário estudado aqui reflete as desigualdades brasileiras. A revolução tecnológica chegou a parte dessa realidade. A sociedade em rede só existe plenamente em áreas limitadas, em poucas sociedades (CASTELLS, 2005). O mundo é movido por essa lógica e as suas relações de poder, todavia, a maioria das pessoas continuam sendo excluídas. Muitos jovens moradores de bairros periféricos, por falta de estrutura e apoio, não possuem a base teórica e técnica mínima necessária para se expressarem de forma consistente no espaço público de comunicação. É com isso em mente, que políticas públicas, como as desenvolvidas dentro dos aparelhos públicos da Rede Cuca, mostram a sua relevância. O custo da produção de conteúdo pode ter diminuído, mas para uma parcela relevante da sociedade o direito à comunicação continua não sendo exercido.

A principal preocupação [...] é o impacto do abismo da participação. O mundo digital oferece novas oportunidades para aqueles que sabem como aproveitá-las. Essas oportunidades possibilitam novas formas de criatividade, aprendizagem, empreendimento e inovação. No passado, muitos teriam se preocupado com a “divisão digital”, a separação entre aqueles com acesso à rede e aqueles sem acesso a ela. Este é um problema persistente, mas não é tudo. A questão mais difícil surge quando

você percebe que acesso às tecnologias não é suficiente. Os jovens precisam desenvolvem uma alfabetização digital – habilidades para navegar neste mundo complicado e híbrido em que seus pares estão crescendo. Esta será uma desigualdade inusitadamente importante movendo-se para frente (PALFREY; GASSER, 2011, p. 24).

4 Considerações

As temáticas correspondentes ao campo comunicacional, ficam mais relevantes a medida que as novas tecnologias, alavancadas pela popularização da Internet, avançam modificando a sociedade e a sua lógica vigente. Como tratado ao decorrer do artigo, até mesmo a ausência de contato com a tecnologia pode ser objeto de estudo, se considerarmos o mundo atual. Em contextos de pobreza e desigualdade social, foi percebido, a partir da literatura trazida, como o interesse de vários pesquisadores relevantes (COMPARATO, 2001; PERUZZO, 2007) se voltou para essa temática. Por meio de estudo de caso, foi analisado neste artigo como é estabelecido através de políticas públicas um ambiente de contato entre os jovens, moradores de bairros periféricos de Fortaleza, e as mais diversas possibilidades técnicas e teóricas de comunicação. Buscando garantir, além de uma formação crítica sobre o campo comunicacional e o seu lugar como comunicador, o direito à comunicação da juventude.

De início, objetivou-se avaliar o contrato de gestão entre a Prefeitura de Fortaleza e o Instituto Cuca, e também o planejamento desenvolvido pelo núcleo de Comunicação da Rede Cuca para a WebTV. Ou seja, focando mais na avaliação da política pública. Assim, as informações extraídas dos documentos poderiam ser expostas, auxiliando na preparação de questionários para entrevistas com os responsáveis pela implementação da TV *online* – diretor do núcleo, professores, monitores (incumbidos da produção e da curadoria do conteúdo), entre outros. As entrevistas não foram viabilizadas devido a limitação de tempo disponível, ficando para o

futuro a possibilidade de dar continuidade ao levantamento. Pode-se, com isso, buscar fortalecer a metodologia, ampliar o alcance da coleta dos dados, além das entrevistas, visando fornecer um histórico mais preciso (início, desenvolvimento e estado atual) e um maior senso de escopo (tamanho da equipe, quem são os componentes e como se organizam) sobre o projeto.

Diante das dificuldades encontradas por este artigo, a pesquisa exploratória cumpriu bem o seu papel, sendo possível compreender de forma geral o projeto da Juv.TV e as suas implicações na formação dos jovens comunicadores da Rede Cuca. O estudo de caso se mostrou recompensador, podendo ser abordado de diferentes formas na área acadêmica. Aqui, questões como a formação do jovem e do comunicador se fizeram notar, assim como a conscientização sobre os direitos da juventude. Para outros pesquisadores, este artigo pode servir como referência para outros estudos sobre o assunto. Para demais iniciativas, pode ajudar a dar algum rumo a novos projetos.

É importante destacar o papel da Rede Cuca, sendo um espaço que oferece um mundo de possibilidades de pesquisa sobre o tema da juventude. O aparelho a partir de suas ações consegue ajudar na formação de milhares de jovens, viabilizando o surgimento de vozes que, caso não houvesse a iniciativa do poder público, possivelmente não apareceriam. Essas vozes são importantes dentro desse contexto social altamente desigual e dominado por poucos. E é essa restrição do acesso dos jovens ao espaço público de comunicação, atualmente tomado pelas mídias digitais, que serve como evidência da incapacidade da expansão tecnológica, de garantir, por conta própria, o direito à comunicação. Os aparelhos da Rede Cuca servem como exemplo de uma política pública bem sucedida, mas que por conta própria também não garante esse direito. O direito é de todos.

Este artigo trouxe, também, ganhos pessoais, possibilitando um melhor entendimento sobre a temática da juventude e a sua relação com a mídia em um contexto de desigualdade

socioeconômica. Área de grande interesse do autor. Visou-se, com esta pesquisa, contribuir um pouco com o campo teórico estudado e adquirir novas perspectivas relacionadas a temática.

Referências

- BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> . Acesso em: jul. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Presidência da República. **Pesquisa Brasileira de Mídia - 2016**. Brasília, DF, 2016.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. A **sociedade em rede. Do conhecimento à ação política**. Debates- Presidência da República. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17-30, 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A democratização dos meios de comunicação de massa**. Revista USP, n. 48, p. 6-17, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.
- GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias**. Novatec Editora, 2010.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Penso Editora, 2011.
- PERUZZO, Círcia M. Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina, v. 1, n. 1, 2007.

PROUT, Alan (Ed.). **The future of childhood**. Routledge, 2004.

RIBEIRO, Daniela Costa. **WebTV: perspectivas para construções sociais coletivas**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Recuperado de [www. bocc. ubi. pt](http://www.bocc.ubi.pt). Consultado em, v. 24, 2012.

SANOU, Brahima. **ICT facts and figures 2016**. International Telecommunication Union, 2016.

TIC DOMICÍLIOS. 2014. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2014**. São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian. **Constructing childhood: Theory, policy and social practice**. Macmillan, 2004.

Das emissoras tradicionais para o *streaming*: o novo comunicador radiofônico na era emergente das web rádios no Estado do Ceará

*Bruno Balacó*¹

1 Introdução

Apesar de se configurarem como uma experiência não tão recente no cenário comunicacional, uma vez que surgiram na última década do século XX, as web rádios se tornaram um fenômeno midiático no Brasil apenas nos últimos anos, impulsionadas pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas, como a popularização da internet de banda larga e o surgimento das transmissões via *streaming*, sobretudo a partir de 2016, quando sites como *Youtube* e *Facebook* ofereceram aos seus usuários a possibilidade de realização de *lives* (transmissões ao vivo). Esse cenário potencializou o alcance das emissoras web, que passaram a espalhar seus conteúdos pelas redes sociais digitais, de forma atingir web-ouvintes conectados em qualquer canto do mundo.

Neste artigo realizamos uma abordagem de modo a discutir o cenário emergente de consolidação das web rádios no Estado do Ceará, pegando como recorte de análise uma das tendências do mercado local, em que profissionais oriundos de emissoras de rádio tradicionais - que operam no AM/FM, estão migrando para

¹ Mestrando em Comunicação; UFC; brunoandersonfb@gmail.com

as web rádios, onde constroem seus projetos de forma independente ou afiliados a estações exclusivas de ambiente digital. Nesse contexto, vale destacar o trabalho da Associação de Web Rádios e Web TV's do Ceará (ASWEB-CE), criada em 2018, com o objetivo de congregar os produtores e proprietários de web rádios, de modo também a dar suporte técnico para o desenvolvimento de suas atividades.

Para a realização deste trabalho, realizamos primeiramente uma revisão bibliográfica que leva em conta autores como Prata (2009), que desenvolveu tese de doutorado sobre as web rádios, e Kischinhevsky (2016), que discute os meios radiofônicos na perspectiva do conceito de rádio expandido, em que os conteúdos desse veículo transbordam principalmente para as mídias sociais. Além da pesquisa bibliográfica, a metodologia do artigo conta com entrevistas semi-estruturadas, coletando depoimentos de profissionais que atuam em web rádios no Ceará, incluindo o presidente da ASSWEB-CE, que forneceu subsídios importantes sobre o atual momento das web rádios cearenses.

Parte-se da hipótese que a precarização do mercado de trabalho nos meios de comunicação, em que muitos profissionais não encontram mais espaço nas emissoras tradicionais de AM/FM ou não atuam da forma como gostariam, estaria motivando o processo de migração desses profissionais para as web rádios, algo que acabou confirmado a partir dos depoimentos coletados. O desafio de empreender, buscar novos conhecimentos e partir para onde a audiência se mostra crescente (nas redes sociais digitais), é outro ponto relatado pelos entrevistados da pesquisa.

2.1 A comunicação em meios radiofônicos

O *Dicionário de Comunicação*, organizado por Rabaça e Barbosa (1987), define o rádio como sendo “o veículo de radiodifusão sonora que transmite programas de entretenimento, educação e informação” e que opera como “serviço de prestado

mediante concessão do Estado², que o considera de interesse nacional, e deve operar dentro de regras preestabelecidas em leis, regulamentos e normais”. É sobre esse veículo que iremos no deter neste artigo.

Enquanto meio de comunicação, as mensagens radiofônicas são transmitidas por emissoras de rádio que, por sua vez, são categorizadas em diferentes tipos. A principal delas, que engloba a maioria das estações, é a chamada emissora tradicional ou comercial, que atua dentro de uma lógica capitalista de obtenção de lucro, por meio de publicidade. A operação delas ocorre em ondas de rádio eletromagnéticas, também chamadas de hertzianas, em duas modulações: o AM (Amplitude Modulada) e FM (Frequência Modulada).

Dentro do universo do FM, além das emissoras comerciais, atuam também outros três tipos de estações: as rádios educativas, comunitárias e livres. As educativas são aquelas sem fins lucrativos, mantidas pela União, governos estaduais ou municipais fundações, constituídas com esta finalidade e universidades. Já as comunitárias são as que operam com transmissores de baixa potência, de até 25 watts, com a proposta de atender as comunidades onde estão instaladas, difundindo ideias, elementos culturais e prestando serviços de utilidade pública. (FERRARETTO, 2001). Também seguindo a essa cartilha de engajamento social atuam as rádios livres. Estas, porém, diferente das comunitárias, operam sem regulamentação, daí o fato de serem taxadas como rádios piratas ou clandestinas.

Mais recentemente, já no final do século XX, surgiram as web rádios, inserindo o meio radiofônico na era digital, para além das ondas hertzianas, com emissoras que operam exclusividade no meio virtual, livres de exigências reguladoras e com alcance

² No Brasil, o sistema radiodifusão foi instituído em 1931, através do Decreto 20.047, em que o governo assegura a sua condição de poder concessório e prevê a criação de uma rede nacional sob controle do Estado.

ilimitado, podendo chegar aos quatro cantos do mundo, através da internet.

2.2 As web rádios: conceito e inovações

A primeira web rádio que tem notícia surgiu nos Estados Unidos, em setembro de 1995. Trata-se da rádio Klif, instalada na cidade de Dallas, no Estado do Texas e que foi a pioneira entre as emissoras comerciais que passaram a transmitir de forma contínua e ao vivo através da internet. A iniciativa quebra pressupostos conhecidos até então sobre radiodifusão, como necessidade de concessão, presença de elementos visuais, interação em tempo real e sem necessidade de um aparelho de rádio para que pudesse ser ouvida. No Brasil, essas experiências começaram a dar os primeiros passos em 1997, com o surgimento da Rádio Totem, considerada a primeira emissora brasileira com existência apenas na internet. O movimento das emissoras online começou discreto nos primeiros anos, mas setembro de 2000 já era possível notar o surgimento de 191 emissoras online, de acordo com Prata (2009).

De maneira simples, podemos dizer que web rádio é uma emissora com presença exclusiva na internet. Tal distinção se faz necessária para quem não haja confusão com ‘rádio na web’, que são as emissoras de rádio tradicional - que operam no *dial* no AM e do FM - que podem ser ouvidas em sites da internet, seja através de transmissão ao vivo ou por *podcast* (programação gravada). Como destaca Neuberger (2012), ‘web rádio’ ou ‘webrádio’ se caracteriza por ser um novo formato de mídia, que não existe de forma física, atuando apenas em ambiente virtual. Nesse caso, diz a autora, a rádio também pode estar somente em *streaming* ou utilizando-se de todos os recursos disponíveis na web, como componentes gráficos, tabelas, fotografias, textos escritos, imagens de vídeo e outros elementos que complementam a informação. (NEUBERGER, p. 125).

Prata (2009) vai além ao afirmar que a web rádio marca uma grande ruptura, do ponto de vista da linguagem, na história da radiofonia, ao instaurar um novo modelo que altera e reconfigura os gêneros e as formas de interação presentes no rádio.

A interação é, dessa forma, a palavra-chave desse novo modelo de rádio que surge na internet e, com toda certeza, a sua marca mais importante. A diferenciação entre as emissoras certamente se dará por esta via pois, quanto mais possibilidades de interação, maior será o número de acessos à webrádio. (PRATA, 2009)

As web rádios também apresentam como ponto característico o fato de não precisarem de concessão governamental – como as emissoras tradicionais, que operam no AM/FM – para sua existência, uma vez que atuam livremente pelo espaço virtual da internet, sem limites de alcance de propagação, podendo ser escutadas em qualquer canto do mundo, através da internet. Nesse ponto, as web rádios se aproximam do conceito de rádios livres, que promovem, conforme o pensamento Guattari (2005), uma afronta ao monopólio e que, em pouco tempo, popularizaram-se e abriram novos horizontes comunicacionais:

Rapidamente, o fenômeno [das rádios livres] ganhou uma força incrível, produzindo um impacto sobre a grande mídia, como se esse ato de ilegalidade tivesse criado uma rachadura no edifício do monopólio. Parece que, de repente, implantou-se uma dúvida sobre a legitimidade desse monopólio. É como se uma vidraça, já trincada, se partisse totalmente sob o impacto de um simples pedregulho. (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 122)

Outra semelhança das web rádios com as rádios livres é que ambas estão enquadradas naquilo que o próprio Guattari (2005) rotulou como “minorias na mídia”, já que esse movimento das emissoras radiofônicas exclusivas de ambiente online, apesar de emergente em todas as regiões do Brasil, ainda é minoritário,

diante do mercado de radiodifusão no País como um todo, dominado por emissoras comerciais de Rádio e TV.

Mais do que liberdade de produção, que não necessita de concessões estatais, as web rádios promovem a democratização da comunicação, por atuarem com uma lógica de produção que pode ser executada de forma independente e com poucos recursos técnicos e financeiros - diferente de uma emissora tradicional de rádio - uma vez que agora qualquer pessoa pode criar sua própria web rádio, necessitando apenas de internet e de um aplicativo ou programa que viabilize a veiculação da emissora no ambiente online, através da tecnologia *streaming*, que viabiliza a geração de áudio e vídeo em tempo real ou nas ondas da web.

Como consequência desse cenário, o público tem a possibilidade de não apenas ser espectador das transmissões radiofônicas, mas também de ser ele mesmo um produtor do conteúdo midiático, como frisam Barbeiro e Lima (2001):

Com a internet o internauta é, ao mesmo tempo, operador de áudio, editor chefe, repórter, editor de reportagem, âncora, programador, etc. O conteúdo pode ser de qualquer espécie, o que mostra um avanço na capitalização da difusão de notícias. Nasce o ouvinte internauta conectado via web, com o rádio globalizado que ajuda a derrubar as fronteiras nacionais. (BARBEIRO; LIMA, 2001, p.47).

Diante de tantas inovações, as web rádios encontram terreno firme para firmarem espaço no mercado radiofônico da comunicação. No Brasil, o número de emissoras web cresce a cada dia. O cenário não é diferente no Estado do Ceará, onde concentra-se a análise deste trabalho.

2.3 O cenário das web rádios no Ceará

De acordo com o site RádiosNet (<http://radios.com.br>), principal agregador de web rádios no Brasil, o estado do Ceará

possuía 1.234 emissoras de rádio atuando em ambiente online até o fim do primeiro semestre de 2019. Destas emissoras, segundo a mesma fonte, 878 podem ser enquadradas como web rádios, com atuação exclusiva na internet. Não há estudos com detalhes sobre a distribuição dessas emissoras no território cearense e nem da divisão dos segmentos em que atuam. Contudo, numa busca pelo site RadiosNet é possível verificar a representatividade de emissoras em todas as regiões do Estado, assim como a diversidade de sua programação, que engloba desde ao gênero musical a nichos mais específicos como esporte, educação e cultura.

Diferente das emissoras tradicionais, congregadas há bastante tempo em volta de uma entidade, a Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACERT), fundada em 1977, as web rádios do Estado do Ceará só passaram a contar com uma instituição que as representasse em julho de 2018, quando foi formalizada, através de inscrição de CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), a criação da Associação Cearense de Web Rádios e Web TV's do Ceará, constituída com a sigla ASWEB-CE. As finalidades da entidade estão estabelecidas no Artigo 2º de seu estatuto³, que prega o seguinte:

Congregar em torno de si os profissionais que trabalham com ferramentas de mídias digitais, e transmitem vídeos e/ou áudios através de Streaming | Codec | Internet do Estado do Ceará; Encarregar-se da defesa jurídica dos seus associados, quando solicitada e quando tais façam jus, e a critério da DIRETORIA eleita, que decidirá em reunião extraordinária; Conhecer e solucionar os conflitos surgidos entre associados, relacionados com suas atividades profissionais praticadas na área (webs), com assessoramento do Conselho Superior; Garantir proteção aos seus associados contra opressões e transgressões ao livre exercício das atividades profissionais; Oferecer o melhoramento

³ O documento do estatuto de criação da ASWEB-CE o foi repassado ao autor do artigo por meio do presidente da entidade, Gualber Calado.

cultural, educacional e profissional dos seus associados; Defender os legítimos interesses dos segmentos de web rádios, web tv's e web vídeos, bem como solidarizar-se com todos os movimentos que visem defender o livre direito a expressão e pensamento; Fazer representar-se na pessoa de seu Presidente ou Vice-Presidente. Na impossibilidade, para quem a Diretoria designar, sempre que se fizer necessário, dentro e fora do País; Desenvolver o espírito de camaradagem entre seus associados, bem como propiciar ações sociais visando o bem estar de todos; Promover eventos educacionais, seminários, workshop ou quaisquer outros eventos que tenha como objetivo, a prática e o desenvolvimento do segmento de webs em geral.

Interessante observar que mesmo depois de quase duas décadas da presença das primeiras web rádios no Ceará, a articulação dessas emissoras em um movimento mais organizado é bem recente, tendo em vista que apenas nos últimos dois anos houve um *boom* de surgimento de estações radiofônicas exclusivas em ambiente virtual, impulsionadas pela possibilidade de atuação e difusão de suas programações através das redes sociais digitais, por meio da tecnologia via *streaming*, em sites como *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, que liberaram o recurso das *lives* (transmissão ao vivo) de 2016 pra cá. Dessa forma, além de serem ouvidas em sites próprios ou de links disponíveis em páginas de busca de estações de rádios, como o do RádiosNet, as web rádios propagam seu conteúdo nas redes sociais digitais, numa lógica que Kischinhevsky (2016) definiu como *Rádio Expandido*, em que:

A escuta se dá em múltiplos ambientes e temporalidades, graças a tecnologias digitais que franqueiam também a produção, a edição e a veiculação de áudios a atores sociais antes privados do acesso a meios próprios de comunicação. (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 279).

A iniciativa do surgimento da Associação de Web Rádios e Web TV's do Ceará foi capitaneada por Gualber Calado, publicitário, radialista e proprietário da web rádio Passaré. A partir de sua liderança desse processo, ele se tornou também o presidente da

ASWEB-CE. Apesar de não contar com sede própria, a entidade conta com o apoio da Associação Profissional de Cronistas Esportivos do Estado do Ceará (APCDEC), que cede sua sala de reuniões para a realização das assembleias da ASWEB-CE. Desde o início de 2019, os encontros ocorrem no último sábado de cada mês.

De acordo com Calado (2019), o projeto de criação da entidade transcorreu de forma planejada, com reuniões, pautadas a partir das carências e demandas dos proprietários e integrantes de web rádios, pensando principalmente em dar suporte aos comunicadores no sentido da profissionalização do trabalho das web rádios, tanto do posto vista estético quanto técnico:

A ideia surgiu pela necessidade de alguns colegas que possuem web rádios terem de interesses comuns como troca de ideias. No primeiro ponto, pensamos: quais os melhores equipamentos, os melhores custos destes equipamentos; Onde posso achar material de software para web rádios; Quem pode indicar um bom estúdio para vinhetas, etc. Além disso, a necessidade de formarmos uma rede de web rádios com programação disponível entre elas para que ambas tenham, a um menor custo, excelentes programações. No segundo momento a necessidade de interagir com outros colegas com o mesmo objetivo. Fizemos duas reuniões antes da Assembléia Geral para a criação da associação onde teve uma boa aceitação por parte de alguns convidados. O terceiro passo foi criar a associação propriamente dita. Um grupo de trabalho criou algumas diretrizes, traçamos objetivos e algumas metas. O 4º passo assembleia geral de formação da entidade com leitura do estatuto e aprovação do mesmo, com eleição da primeira diretoria e disponibilidades de trabalhos. (CALADO, 2019)

Até o fim do mês do primeiro semestre de 2019, a Associação de Web Rádios do Ceará contava com 51 emissoras associadas, oriundas de diferentes cidades do Estado, com concentração especial na Capital e na Região Metropolitana de Fortaleza. A projeção, segundo o presidente da ASWEB-CE, é contar com 200 associados até o fim de 2020. Para impulsionar o trabalho de adesão de novos associados, a entidade promete realizar

campanhas de divulgação e mobilização direta dentro da categoria de radialistas e cronistas esportivos do rádio, que compõem hoje uma parte expressiva dos produtores e integrantes de web rádios do Ceará.

3 O perfil do comunicador de web-rádio no Ceará

Em pouco mais de um ano de atividades, a ASWEB-CE desenvolve suas ações voltada também com o objetivo de traçar um perfil do profissional de web rádio no Ceará, a partir de sua base de associados e no conhecimento que seus dirigentes possuem acerca do mercado radiofônico online. De acordo com Calado (2019), grande parte dos comunicadores que atuam no segmento de web rádios é formada de radialistas e jornalistas graduados, que já carregam em suas trajetórias de vida experiências em emissoras tradicionais, educativas ou comunitárias. Isso é perceptível a partir de um olhar sobre a composição da diretoria da Associação, em que nove dos dez integrantes são radialistas e apenas um não possui registro profissional de radialista - que pode ser obtido através de curso de formação no sindicato estadual da categoria.

Entre os perfis que atuam no segmento web rádios no Ceará, um dos que se destaca é o do profissional que migrou das emissoras tradicionais para as web rádios. Ou seja, que passou das ondas do AM/FM para o universo virtual, das rádios que operam via *streaming*, que é a tecnologia de transmissão instantânea de dados de vídeo e áudio pela internet. Na avaliação de Gualber Calado (2019), presidente da Associação das Web Rádios e Web TV's do Ceará, esse processo de migração dá oportunidade de o comunicador se reinventar enquanto profissional de rádio, buscando novos conhecimentos na área. Segundo o dirigente da ASWEB, esse cenário faz com que esse profissional passe ele mesmo a ser o responsável por viabilizar sua própria comunicação, sem depender da estrutura oferecida pelas emissoras convencionais de rádio:

As web rádios, queiram ou não, trazem outro movimento, que vai muito além de ser o locutor. O profissional de web rádio tem que aprender a fazer programação, tem que aprender tem que fazer edição musical, edição de voz, tem que aprender a trabalhar com as mídias sociais, a criar novos ambientes interativos, que dificilmente ele teria condição se ele tivesse engessado numa rádio tradicional AM/FM. Por isso acredito que o perfil do profissional de web-rádio é esse. Muitos optam por desenvolver o próprio negócio. Acredito que 80% do pessoal que possui web rádio no Ceará já tem o seu próprio equipamento, já tem sua própria edição, própria locução, já faz o seu trabalho de uma forma semi-profissional, digamos assim. Para chegar a uma situação mais profissional, falta muito pouco. Diferente do profissional que tem por trás dele toda uma condição, de estrutura tecnológica, pronta e montada para ele só chegar ao estúdio e fazer sua locução ou um comentário. (CALADO, 2019)

Pegando o recorte desse ‘novo profissional’ de rádio, apresentamos neste artigo, como breve estudo de caso, dois exemplos de profissionais, reconhecidos no setor radiofônico dos veículos de comunicação do Ceará, que migraram das emissoras tradicionais para se aventurarem profissionalmente no universo das web rádios: os jornalistas Aguiar Júnior e Kaio Cezar.

Aguiar Júnior trabalhou em emissoras comerciais de AM/FM por cinco anos, com passagens pelas rádios Cidade AM, Metropolitana e Ceará Rádio Clube. Nestas emissoras atuou como âncora em programas esportivos, plantonista e operador de áudio em gravações externas. No final de 2016, por ocasião do encerramento parcial das atividades jornalísticas da Ceará Rádio Clube, emissora em que trabalhava, Aguiar começou a pensar na ideia de empreender no ramo da comunicação, montando sua própria web rádio:

Quando a rádio encerrou as atividades, o Marquinhos, que era o operador de áudio da emissora, me chamou para fazer parte da web rádio que ele estava montando e me perguntou se eu não queria dividir as despesas com ele, já que ele queria alugar uma

sala. Como moramos distantes um do outro, vi a opção como inviável. Mas disse a esse meu amigo que iria montar a minha própria web rádio. Fiz pesquisas na internet e encontrei um bom provedor e de boa qualidade. Feito isso, o passo foi rápido. Desde que entrei no rádio convencional, sempre tive interesse em manusear equipamento, montar e desmontar, fazer a regulagem de uma mesa de som, enfim, o trabalho de um operador de áudio, interno e externo. Daí resolvi encarar o desafio de fazer essa minha web rádio crescer. Já tinha uma base de programação de músicas. Tive ajuda de alguns amigos, com dicas. Pesquisei bastante, li. Daí foi o começo de tudo. (JÚNIOR, 2019).

No início de 2017, Aguiar deu início às operações da web rádio Active, emissora que idealizou e concebeu como empresa desde o princípio, com direito a inscrição de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A estrutura do empreendimento foi montada em um escritório que funciona em um dos cômodos de sua residência, que Aguiar transformou em estúdio, com equipamentos de som, microfones, computadores, monitor de TV e webcams, já que a ideia do projeto era operar na web não só com áudio, mas com imagens, realizando transmissões da programação via *streaming* pelas redes sociais através de *lives* (ao vivo) no *Facebook*.

Após dois anos de atividades, a Web Rádio Active conta com uma grade estabelecida de programas, de diferentes segmentos, incluindo atrações musicais, esportivas, além de programas que abordam a área de saúde e novidades do universo digital. A Active pode ser localizada no site agregador de rádios online *RadiosNet*, além de contar com perfis nos sites *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Youtube*. Diante dessa estrutura, Aguiar Júnior conta que vive e obtém sua renda familiar apenas através do funcionamento de sua web rádio, que conduz como um micro-empreendimento no setor de comunicação. Na condição de diretor-geral da web rádio Active, Aguiar Júnior assume papéis que vão desde o fechamento de contratos com arrendatários de programas na emissora, montagem da grade de programação, operação de áudio e direção

técnica das transmissões dos programas em sites de redes sociais digitais.

Entre os *cases* de sucesso da Active, está a montagem de uma equipe de esportes para transmitir jogos de futebol, a chamada “Seleção de internet”, constituída através de uma rede de parceiros, de arrendatários a integrantes de outras web rádios, que se juntam para formar uma cadeia de transmissão, envolvendo comunicadores que atuam na crônica esportiva, entre narradores, repórteres, comentaristas e plantonistas. A iniciativa ocorre não só com transmissões dentro do estúdio da emissora, como também nas cabines de rádio dos estádios de futebol cearenses, sobretudo os localizados em Fortaleza. As jornadas esportivas são transmitidas pelas redes sociais e mostram a equipe narrando e comentando os jogos, porém, sem exibir os lances dos jogos, uma vez que as web rádios - a Active e as demais parceiras - não possuem os direitos de imagem de transmissão das partidas.

Diante do envolvimento com o projeto, da repercussão positiva e do espaço conquistado no meio digital, Aguiar Júnior garante hoje não ter vontade de retornar ao rádio convencional AM/FM. Diz também até já ter recusado propostas para voltar a atuar em emissoras tradicionais. O jornalista foi taxativo ainda ao afirmar que pretende seguir atuando exclusivamente no segmento das web rádios:

Hoje, não tenho nenhum interesse em voltar para o rádio convencional. Eu acredito no trabalho que eu desenvolvo. Para que outras pessoas possam se juntar a mim e fazer com que esse empreendimento cresça, porque hoje a Active é uma empresa, um ponto comercial isolado dentro da minha residência. Acredito e quero que as pessoas acreditem. Por isso, mostro os números de audiência e alcance. Queremos um padrão de qualidade e isso será alcançado em pouco tempo, assim espero. (JÚNIOR, 2019)

Outro exemplo de profissional, também egresso do rádio tradicional e hoje dedicado inteiramente às web rádios, é o do

jornalista e narrador Kaio Cezar. Durante dez anos, o profissional atuou no Sistema Verdes Mares de Comunicação, com passagens nas funções de narrador, comentarista e apresentador na TV Diário, TV Verdes Mares e Rádio Verdes Mares. Nesse período, participou das principais coberturas futebolísticas exibidas pelas emissoras onde atuou, incluindo a Copa das Confederações, Copa América e Copa do Mundo, sendo estas duas últimas como correspondente internacional, narrando os jogos *in loco*. Em fevereiro de 2019, por motivos pessoais, Kaio Cezar pediu demissão do Sistema Verdes Mares, após uma década de serviços prestados ao grupo de comunicação, que é um dos principais conglomerados de mídia do Estado do Ceará.

De acordo com Kaio Cezar (2019), a sua migração da rádio/TV tradicional para o universo das web rádios ocorreu de forma despreziosa e surgiu, num primeiro momento, a partir da iniciativa que teve em narrar jogos de futebol através de seus perfis nas redes sociais digitais:

Não foi nada planejado. Após a minha saída da emissora onde eu estava, fiquei um pouco desiludido com a profissão. Aí, num dia que teria um clássico entre Ceará e Fortaleza, postei alguns vídeos de lembrança nas minhas redes sociais com narrações que eu tinha feito de transmissões pelo rádio e na TV, daí algumas pessoas começaram a comentar porque eu não narrava no Instagram, colocando uma câmera virada pra mim, do celular. A primeira impressão que tive é que era uma loucura. Vai que faço esse negócio e ninguém veja a vergonha que eu vou passar. Mas, como já estava essa ideia de não atuar mais no meio, decidi fazer, ver no que dava. Tudo sem pretensão nenhuma. Na época, tinha mais de 20 mil seguidores no Instagram. Fiz a *live* com a minha esposa, a Mirela, e deu mais de 600 pessoas online, só na *live* do Instagram, sem estrutura nenhuma, só com o celular ligado virado pra gente. Fiquei feliz, isso deu uma injeção de ânimo em mim. Depois alguns amigos ligados a redes sociais viram ali uma coisa com muito potencial, começaram a me ligar, dar instruções, com o pessoal do canal Suricate Seboso. Assim, fui evoluindo, fazendo parcerias, fui crescendo nas transmissões. Depois um

amigo arranjou uma mesinha de som, um microfone. E foi assim, nada planejado. A receptividade foi boa, a audiência foi bacana. Daí, comecei a investir tempo, trabalho e com muitas pessoas ajudando. Acabou dando certo. (CEZAR, 2019).

Com o êxito das primeiras transmissões, Kaio Cezar decidiu criar também um canal no *Youtube* (intitulado de Canal do KC), para passar a exibir via *streaming* seu trabalho na tradicional plataforma de vídeos. Outra consequência da repercussão de sua nova atividade foram os convites, através de parcerias, para narrar jogos de futebol diretamente de bares de Fortaleza. Em uma dessas exibições públicas, Kaio Cezar recebeu o convite para ingressar no universo das web rádios, como narrador e comandante de jornadas da web rádio *Siará News*, emissora radiofônica 100% online já consolidada na capital cearense, com estrutura de estúdio profissional e transmissão de sua programação pelas principais redes sociais digitais:

No dia em que estava fazendo a narração em um bar, o Eduardo Callegary, que é coordenador da Rádio Siará News, estava passando por lá e viu aquilo, já tinha acompanhando transmissão minha pelo Instagram, percebendo que era uma coisa bacana. Viu que eu tinha conteúdo, mas não tinha estrutura. Quando ele veio fazer o contato comigo, vi que ele não tinha o conteúdo esportivo dentro da rádio dele e que ele tinha estrutura que eu não possuo. Então, casou certinho. Entrei com o conteúdo e a rádio entrou com a estrutura, que é fantástica. Eles possuem uma rádio feita pela internet, partindo do princípio que a transmissão é feita para quem assistindo pela internet. Desde então, conseguimos muitas parcerias. São 13 web rádios retransmitindo a gente. Dois perfis e já vamos para um terceiro perfil de Instagram retransmitindo a gente. Então, as pessoas da internet estão vindo ao nosso encontro para alavancar a nossa audiência, o que tem acontecido, e também vendo que é um case interessante, que é um trabalho bem desenvolvido. Não só pela minha narração, pelo meu currículo, mas também pelos comentaristas convidados que estão comigo, também gabaritados. (CEZAR, 2019).

Satisfeito com os números de audiência de pessoas que acompanham as transmissões por suas redes sociais e agora através da *Siará News*, Kaio Cezar celebra os primeiros meses como profissional de web rádio, em que tem conquistado um público cativo de espectadores em suas transmissões, que costumam contar com bastante interatividade. O jornalista também tem firmado parcerias e anúncios que tem gerado renda, viabilidade financeira para sua investida e base para a continuidade de seu trabalho no segmento de narrações esportivas via web rádio.

4 Considerações finais

Diante das observações percorridas no artigo, fica evidente que existe hoje um movimento articulado no Estado do Ceará, especialmente em Fortaleza, através da Associação de Web Rádios e Web TV's (ASWEB-CE), criada em 2018 e que oferece suporte ao surgimento de novos comunicadores radiofônicos digitais no Estado. As web rádios oferecem a quem se predispõe a atuar na área, sobretudo aqueles formados e oriundos do rádio tradicional, a possibilidade de se aventurar em uma experiência independente e empreendedora, por meio da criação de suas próprias emissoras, que atuam exclusivamente no ambiente online, veiculando suas produções por meio de site oficial, agregadores de emissoras web, com o *RadiosNet*, e também com transmissões audiovisuais via *streaming*, viabilizadas por sites de redes sociais digitais, como *Youtube*, *Facebook* e *Instagram*.

Conforme este trabalho exemplificou, já existem experiências de web rádios e web-comunicadores radiofônicos em processo de afirmação no Estado, como o caso dos jornalistas Kaio Cezar e Aguiar Júnior, que já colhem bons resultados de audiência e engajamento com seus públicos de web-ouvintes. Pelo depoimento dos entrevistados, fica evidente que uma das motivações para essa migração do rádio tradicional para as web

rádios se deve em parte pelo desafio que esses profissionais assumiram de se reinventarem enquanto profissionais radiofônicos, motivados também pela demanda crescente de público interessado em acompanhar conteúdos radiofônicos em plataformas digitais e não apenas mais pelas ondas hertzianas do rádio.

Diante da projeção da ASWEB-CE de contar com 200 filiados até o fim de 2020, vislumbra-se um cenário de cada vez mais expansão para as web rádios cearenses, fortalecendo o cenário emergente de comunicadores radiofônicos da web.

Há que se considerar também os desafios dos que já militam e pretendem ingressar nesse segmento, que só agora dá os primeiros passos na construção de um modelo de negócio que permita as web rádios se tornarem autossustentáveis economicamente, de forma a consolidarem no já fragilizado mercado dos meios de comunicação no Brasil, atingido fortemente nos últimos anos pelo cenário de crise econômica no País. Apesar de não serem consideradas ‘rádios piratas’ ou clandestinas, as web rádios ainda não são regulamentadas no Brasil, diferente das rádios tradicionais e comunitárias, um cenário que também dificulta a consolidação e profissionalização dessas iniciativas.

Referências

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio - o Veículo, a História e a Técnica**. 2. ed. Porto. Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001

GUATTARI, Félix., & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2016.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. **O rádio na era da convergência das mídias**. Cruz das Almas-BA: Editora UFRB, 2012.

PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. Florianópolis: Insular, 2009.

Entrevistas

CALADO, Gualber. Depoimento concedido ao autor em 20 de maio de 2019.

CEZAR, Kaio. Depoimento concedido ao autor em 3 de junho de 2019.

JÚNIOR, Aguiar. Depoimento conceito ao autor em 29 de maio de 2019.

Narrativas de empoderamento no grupo cearense Samba Delas e o olhar da mídia sobre as sambistas

*Maria Isabella Sousa Miranda*¹

*Thais Jorge de Freitas*²

1. Introdução

No dia 24 de novembro de 2018, mulheres sambistas foram às ruas de várias cidades do Brasil para o I Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba, em homenagem à cantora e compositora Beth Carvalho, falecida em 2019. Com a meta de estimular a presença e a proximidade das mulheres no gênero musical, a primeira edição ocorreu em dez capitais do País e em La Plata, na Argentina. Na capital cearense, a roda se formou no Largo da Mocinha, na Praia de Iracema, um local conhecido por receber bambas do samba da cidade. No entanto, mesmo com a Dona Mocinha, dona do bar que deu nome ao local, não havia na cidade uma tradição de colocar compositoras e instrumentistas no centro da roda, lugar ocupado quase que exclusivamente por homens.

A situação não é observada somente na capital cearense. A própria formação do samba como gênero musical atesta esse local central aos homens, mesmo que as conhecidas “tias e avós” do samba tenham importância na história desde o nascimento no Recôncavo Baiano até a consolidação no Século XX no Rio de Janeiro, sendo a principal delas a Tia Ciata. Todavia, a importância das mulheres no

¹ Mestranda; Universidade Federal do Ceará; mariaisabellasm@gmail.com

² Mestranda; Universidade Federal do Ceará; Thaisjorge.tj@gmail.com

samba nos primeiros anos do século XX para a solidificação do samba ainda é pouco explorada e relatada historicamente, principalmente pela “dificuldade de documentação e pelo desprezo que as elites intelectuais e políticas da época manifestavam por tudo que não tivesse a chancela da alta costura européia” (LOPES, 2000, p.29).

Desde o lançamento de “Pelo telefone”, considerado o primeiro samba gravado no Brasil segundo a Biblioteca Nacional, de 1916, por Mauro de Almeida e Donga, o gênero musical teve mulheres em destaque: Beth Carvalho, Jovelina Pérola Negra, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara e Teresa Cristina. Mas, devido ao machismo e ao preconceito, muitas foram invisibilizadas dentro desse processo.

“Na verdade, assim como muitas mulheres negras tratadas como reverencialmente como ‘tias’ pela comunidade - Tia Bebiania, Tia Celeste, Tia Dadá, Tia Davina, Tia Gracinda, Tia Mônica, Tia Perpétua, Tia Perciliana, Tia Sadata e Tia Veridiana -, Ciata desempenhava uma liderança comunitária e um protagonismo indiscutível no cotidiano dos moradores toda a região da Saúde, Cidade Nova e Bamboa.” (NETO, 2017, p. 41)

O I Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba foi um grito contra a exclusão das mulheres como instrumentistas que mobilizam outro tipo de relação com o público. Em Fortaleza, o grupo escolhido em 2018 foi o Samba Delas, formado por cerca de 80 mulheres, que levantam a bandeira do empoderamento e da luta contra o machismo, prioritariamente, na música cearense. Por conta dessa trajetória histórica e do anseio de discutir a questão no âmbito da comunicação, nasceu a problemática central da pesquisa: de que forma se reconfigura o samba como construtor e demarcador identitário de gênero no grupo cearense Samba Delas? Como esse grupo é retratado na mídia e, mais exclusivamente, no Jornal O Povo, o mais antigo do Estado do Ceará?

Para a discussão, iremos considerar o processo de construção do gênero, com base nas questões levantadas por Guattari e Rolnik (1996) e os estudos de Bell Hooks (2019). Para

angular sobre a mídia, tomares como procedimento metodológico a análise crítica da narrativa (Motta, 2013).

2. Samba Delas: Um Movimento Musical

O Samba Delas começou a se reunir como movimento musical em dezembro de 2017, comandado pela produtora geral Michele Militão, no Mercado dos Pinhões, tradicional local de música em Fortaleza. Em entrevista, Michele narra a criação do grupo:

Lancei o desafio de fazer uma roda de samba só por mulheres e fui na busca, a primeira foi a Sambista Marilene Sales, que no meu entendimento é uma grande sambista de voz e ouvido e fomos na busca de outras mulheres. Não foi fácil, pois achar a harmonia foi um grande desafio, a primeira roda aconteceu e a partir disso partimos para a construção. O Instituto Iracema e a Secretaria do Turismo de Fortaleza, foram os grandes incentivadores do grupo, pois oportunizaram primeira vez ao mês a Roda de Samba Aberta de frente ao mar no Estoril no Projeto Quarta Iracema. (MILITÃO, 2019).

Na capital cearense, o Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba fez parte do projeto Sábado Feira, que é promovido pelo Instituto Iracema e ocorre uma vez por mês em ruas da Praia de Iracema. A atividade tem como objetivo movimentar o comércio e incentivar os pequenos negócios de moradores locais. Em junho de 2019, o Samba Delas era composto por cerca de 80 mulheres, entre compositoras, instrumentistas e intérpretes.

“As mulheres falam: ‘que bom que você me deu coragem para cantar e pegar meu instrumento e vir para a roda de samba’. Começamos a rodar pela cidade. Não nos apresentamos em bar. São 50 instrumentistas e 30 cantoras. Perceba, dificilmente você vai observar uma cavaquinista na roda de samba masculina. Além dessa demarcação de gênero, a gente não repete repertório, toca samba de terreiro, da Bahia (troca violão pela viola), tocamos Dona

Ivone Lara. Algumas compositoras do Samba Delas vêm do rap para o samba. O samba não tem gênero.” (MILITÃO, 2019).

A pesquisa foi realizada a partir das histórias de vida das participantes, através das entrevistas. Em todos os relatos, foram trazidos casos de machismo. Os homens dizem que alguns sambas não cabem na voz feminina ou querem ensinar às instrumentistas a tocarem na cidade. A principal bandeira de luta assumida pelo Samba Delas é a de igualdade de gênero no contexto da música. Mas a representatividade também está presente na luta de musicistas negras, lésbicas, bissexuais, de mulheres com filhos e separadas. O movimento musical acolhe as mais diversas minorias e dá um outro tipo de vivência em torno do samba e até mesmo da cidade.

Hoje, o Samba Delas tem dois principais canais de comunicação: o Facebook (SambaDelas) e o Instagram (@SambaDelasFortaleza):



Nas postagens, é possível analisar que o feminismo e a luta contra a homofobia são atos políticos do grupo, estando costumeiramente nas pautas e postagens do *feed* oficial do grupo.

3. As lutas através do samba

O samba, desde as origens, é um ambiente majoritariamente masculino. As mulheres, pelo próprio ambiente machista, passaram a ocupar lugares de não-centralidade nas rodas, ocupando papéis de “tias” do samba, ligadas à dança e à cozinha, e até mesmo compositoras, mas invisibilizadas em sua maioria se comparadas aos homens. O samba virou uma bandeira de luta e de identificação principalmente das mulheres negras, mais isoladas neste processo de “embranquecimento” do gênero. Bell Hooks (2019) reflete sobre a opressão internalizada na vida das pessoas negras.

Uma cultura de dominação exige a autonegação de todos os seus cidadãos. Quanto mais marginalizados, mais intensa a demanda. Uma vez que as pessoas negras, especialmente as mais pobres, são bombardeadas com mensagens de que não temos valor, de que não somos importantes, não é surpreendente que caiamos na armadilha do desespero nihilista ou nas formas de vício que fornecem um escape momentâneo, ilusões de grandeza e libertação temporária da dor de encarar a realidade. (HOOKS, 2019, p. 62)

Micaela Gomes, de 30 anos, é uma mulher negra e lésbica do Grupo Samba Delas. Segundo Micaela, o Samba Delas tem uma característica de ser várias faces para cada uma, de acordo com as histórias de vida. Para umas é trabalho, para outras é lazer, para outras é terapia. Pessoalmente, para Micaela, é um desafio constante. O Samba Delas veio com essa necessidade das mulheres que assistem e que tocam. Segundo a cantora, a pegada sambista da mulher é diferente, tem mais sensibilidade, doçura, técnicas, as

mulheres têm ligação com detalhes. Ela relata como nos locais mais boêmios de Fortaleza e ligados ao samba, como o Bar da Mocinha e o Zé Bezerra, os homens ainda têm domínio sobre os instrumentos e as narrativas.

Um ano antes da roda nacional, em 2018, eu não via nenhuma mulher fora a Marilene fazendo algo nas rodas. As pessoas chamavam, mas quando eu ia tinha muito homem batendo cabeça. Tem muita roda aí que é complicada de mulher chegar. Eu cheguei no samba para fazer e a Michelle me pediu para liderar a roda no Estoril. A priori, ia ser uma roda. Depois foi mais. Tem o bar da Mocinha, Zé Bezerra, esses cantos assim é uma galera das antigas, geralmente homens. Os homens têm uma relutância com as mulheres na roda de samba. Sempre tiveram. Eu já passei no Zé Bezerra, de a galera não deixar a gente tocar. Depois que a gente prova, é que a galera desarma. Eu pessoalmente respeito a qualidade musical, mas não crio amizade. (GOMES, 2019)

Guattari (1996), no livro com Rolnik, teoriza que a prática de micropolítica é o agenciamento dos processos de modo que eles “se apoiem (sic) uns aos outros, de modo a intensificar-se” (p. 79). Assim, são diversas lutas, para além do feminismo, que reúnem mulheres negras, bissexuais, lésbicas, mães de família, mulheres mais velhas em um mesmo grupo musical. “É nesses devires que se dá a articulação entre o nível molecular da integração subjetiva e todos os problemas políticos e sociais, que hoje perpassam pelo planeta” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 78).

4. Construção De Narrativas

“Somos seres narrativos, narradores natos, atores, personagens e ouvintes de nossas próprias narrativas” (MOTTA, 2013, p. 17). Como opção metodológica, optamos pela análise pragmática da narrativa, analisando as matérias do jornal O Povo sobre o grupo Samba Delas.

Quando narramos construímos nossos costumes e nossas tradições, impomos e transmitimos nossos valores, nossos mitos pessoais e coletivos e nossas instituições. Motta (2013) afirma que narrar é uma experiência enraizada na existência do homem, sendo um metacódigo universal. Assim, todos os povos se apresentam através de narrativas, “Construímos nossa biografia e nossa identidade pessoal narrando. Nossas vidas são acontecimentos narrativos” (MOTA, 2013, pg.17).

Devemos ressaltar também quanto a questão da identidade, que dentro da narrativa é construída para convencer, e no caso do Samba Delas, a representação feita do grupo nas matérias também perpassa por este caminho. Para construir a história a ser contada, é transmitido e reafirmado como a forma pela qual cada um se vê e quer ser visto no mundo. Perspectiva reafirmada por Hall (1998):

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a "identidade" e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, 1998, p. 38)

Para Motta (2003), complementando a questão da identidade de Hall, as narrativas são mais que representações, são estrutura que trazem sentido a experiência, sendo o fato de narrar a forma de criar representações de “nós mesmos e nossas identidades individuais”:

Estudar as narrativas como representações sociais pode ensinar muito sobre a maneira pelas quais os homens constroem essas representações do mundo material e social. Grande parte dessas representações mentais se estrutura na forma de narrativa (...) As narrativas não representam simplesmente a realidade: elas apresentam e organizam o mundo, ajudam o homem a constituir a realidade humana. (MOTA, 2003, pg. 33-34)

Nesta opção de metodologia, três instâncias da narrativa são destaques: plano da expressão (discurso, linguagem), plano da estória (conteúdo, enredo, intriga) e plano da metanarrativa (tema, fábula, modelos de fundo). É relevante ressaltar que essas são instâncias de expressão que agem simultaneamente na ação comunicativa e discursiva, separadas metodologicamente apenas para efeito de análise.

Seguindo a ordem proposta pelo autor, o plano da expressão é o plano da linguagem, seja esta verbal, sonora ou gestual. Analisar este plano “tem uma importância fundamental na análise porque a retórica escrita, visual ou sonora é fartamente utilizada como recurso estratégico para imprimir tonalidades, ênfases, destacar certos aspectos e imprimir efeitos dramáticos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 136).

Neste plano de análise, as intencionalidades do narrador podem ser bem desveladas. Benjamin acredita que a narrativa “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”. (BENJAMIM, 1994, p. 205). Ou seja, a narrativa não tem como função primordial entregar com clareza e precisão as intencionalidades, ela oferece espaços para que os leitores percebam a história de forma diferente.

Para esta questão o autor instrui observar “o uso de certos recursos de linguagem como a ocorrência de metáforas, hipérboles, exclamações, interrogações, ironia (...) que vão produzir no leitor determinados efeitos de sentido” (MOTTA, 2013, pg. 142).

Partimos agora para a segunda instância, denominada como plano da estória ou conteúdo, que remete à questão da significação:

É neste plano que Ricoeur (1994) privilegia sua reflexão sobre o *mythos* aristotélico, igualando-se à diegese da estória, o mundo possível imaginado que se confunde com a tessitura

propriamente: a disposição dos fatos em síntese para representar a vida e as ações humanas (processo mimético, imitativo da vida). (MOTA, 2003, pg. 136)

Nessa instância de análise as ações causais desempenhadas pelos personagens estruturam uma intriga, o objetivo é identificar os princípios de organização da narrativa para compreender como é elaborado o ato de contar a história. Neste plano o autor apresenta como se deve investigar a lógica e a sintaxe e como elas funcionam dentro da história, compondo o enredo e os conflitos. Uma das características analisadas nessa instância é a caracterização dos personagens.

O plano analítico da estória complementa o da expressão, e apresenta as intencionalidades e as estratégias discursivas que devem ser analisadas. Como terceiro nível, o autor apresenta a metanarrativa. Motta (2013, p. 144) o define como “plano da estrutura profunda, relativamente mais abstrato e evasivo, que evoca imaginários culturais”. É neste último plano que temas, fábulas ou motivos de fundo moral se integram às outras ações da estória e situações éticas se fundem ao narrador no momento em que a narrativa é construída para o público.

5. O olhar do jornal o povo sobre as sambistas

Não só nos centros das tradicionais rodas de samba de Fortaleza as mulheres pouco aparecem. Na mídia, mais especificamente no Jornal O Povo, o mais antigo do Estado do Ceará com 91 anos, as participantes do Samba Delas têm raríssimo espaço. Em pesquisa realizada desde a fundação do grupo, em dezembro de 2017, até julho de 2019, são apenas nove aparições relacionadas ao grupo cearense composto somente por mulheres, na edição impresso. Apenas duas matérias mais profundas, de 25 de setembro de 2018 falando sobre o próprio grupo, e de 22 de novembro de 2018 sobre o Encontro Nacional de Mulheres na

Roda de Samba em Fortaleza. Nas demais citações, apenas notas em colunas e agendas culturais sobre programações da cidade.

Analisaremos, portanto, apenas as narrativas na instância discursiva nas duas matérias principais sobre o Samba Delas. As duas, por sinal, assinadas por mulheres: a primeira, intitulada “Samba é lugar de mulher”,³ da jornalista Teresa Monteiro, e a segunda “As bambas do samba”⁴, da jornalista Bruna Forte. No caso da primeira matéria, o mote é o retorno do projeto especial do Samba Delas ao Estoril, reduto boêmio e histórico de Fortaleza, cantando o tema “Amor”. A reportagem começa com a seguinte afirmação feita pela jornalista: “Samba tem nome de mulher, sim senhor!”. Em seguida, a lembrança de outras sambistas nacionais: Tia Ciata, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Leci Brandão. De Jovelina Pérola Negra, Alcione, Beth Carvalho, Clara Nunes, Teresa Cristina, Mariene de Castro, Nilze Carvalho. E cita a versão feita da música “Mulheres”, de Martinho da Vila, mas sem trechos machistas.

Em meio a um universo ainda predominantemente masculino, rodas de samba formadas só por mulheres surgem a cada dia com mais consistência, reafirmando não só a capacidade e o talento das mesmas, como também levantando a bandeira da representatividade. “*Nós somos mulheres de todas as cores/ De várias idades, de muitos amores*”, canta a compositora pernambucana Doralyce que, ao lado da carioca Sílvia Duffrayer (grupo Samba Que Elas Querem), reativou a conhecida *Mulheres* (Martinho da Vila) para uma versão nos moldes feministas: “*Sou mulher, sou dona do meu corpo e da minha vontade/ Fui eu que descobri prazer e liberdade/ Sou tudo que um dia eu sonhei pra mim...*”

Imagem 2: Matéria 1 – Samba é lugar de Mulher

³ Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5rwNza9tiIAJ:https://www.opovo.com.br/jornal/vida_e_arte/2018/09/11358-e-lugar-de-mulher.html+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 25 de Julho de 2019

⁴ Disponível em <https://www.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2018/11/as-bambas-do-samba.html> . Acesso em 26 de Julho de 2019



A matéria dá curta voz às narrativas de só quatro participantes, com declarações restritas a pequenas frases. O espaço do jornal impresso é determinante para isso. Michele Militão, Micaela Gomes, Clarisse Aires (flautista) e Patrícia Trajano (intérprete) são as únicas que falam sobre a importância do Samba Delas neste processo de empoderamento. Michele ressalta, na matéria, que as mulheres só eram convidadas para os sambas pontualmente, no “Dia da Mulher” e como já foi minimizada por frases de homens a exemplo de “É samba de mulheres, então eu não vou”. Micaela ressalta sobre a força da roda: “Um show”. Clarisse Alves amplia a narrativa, falando que o machismo não há só no samba, mas também em outro gênero musical: o choro. Patrícia Trajano traz a narrativa que vive: a falta de oportunidade para aquelas que “só” cantam.

Dentro do processo, Clara Galvão (cavaco), Joyce Farias (violão), Kássia Oliveira e Flávia Soledade (percussão), que fazem parte da banda-base, seguem sem voz dentro da narrativa.

No caso da matéria “As bambas do samba”, a jornalista abre citando justamente o trecho de um samba composto por um homem, Jorge Aragão, na música Coisa de Pele.

Imagem 3: Matéria 2 - As Bambas do Samba

Portal Jornal O POVO | Notícias | Esportes | Diversão | Vídeo & Arte | Vídeos | FALE COM A GAZETA | O POVO

Bem-vindo ao seu mundo Sua área exclusiva OPOVO

Shows e Espetáculos

Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba acontece em Fortaleza neste sábado

22/11/2018 09:36:00



[FOTO1]
"Arte popular do nosso chão! É o povo quem produz o show e assina a direção". Ao som da canção Coisa de Pele, cerca de 150 mulheres sambistas - entre percussionistas, ritmistas e cantoras - se reúnem no colébre Largo da Biocidade para o Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba neste sábado, 24. Gratuito, o evento acontece simultaneamente em várias cidades brasileiras e internacionais. Em Fortaleza, a programação está dentro do Sábado Festa e conta com um diferencial: além da roda de samba, bastantes de cinco blocos carnavalescos abrem o encontro com muito gingado e animação.

Mais Lidas

- 1** POLÍCIA FEDERAL: São honras dadas mortas ao tentar roubar avião que transporta dinheiro em Pernambuco
- 2** LITÉRIA: Mega Sena Concurso 2082 vai para apenas um operador: confira resultado
- 3** LITÉRIA: Lotofácil Concurso 1716: prêmio acumula para R\$ 4 milhões e 500 mil: confira resultado

A matéria tem como mote o Encontro Nacional de Mulheres na Roda de Samba e, mais uma vez, escuta a produtora cultural e idealizadora Michele Militão. E cita os outros grupos que participam do Encontro: ritmistas dos blocos Camaleões do Vila, Baqueta, Unidos da Cachorra, Caciques do Urubu e Bonde Batuque. Membro do SambaDelas e de outros grupos em toda a cidade, a sambista Marilene Sales é considerada a madrinha do samba cearense e é ouvida pela repórter. O discurso é pautado por emoção.

"Eu tenho 56 anos de idade e comecei no samba muito cedo, ainda com 15 anos. Já nasci do reduto, ali na Praia de Iracema, e o samba resolveu se tatuar no meu sangue. Eu sou sambista assim com um orgulho imensurável, eu amo, amo o samba. Sem ele, eu nada seria. O samba tem grandes mulheres, como Dona Ivone Lara, Alcione, Jovelina Perola Negra, Clementina de Jesus, Clara Nunes e a própria Beth Carvalho. A nova geração também não deixa o samba morrer, como a Mariene de Castro. O samba é amor, o samba é harmonia, o samba é alma do Brasil, o samba é o samba. Neste sábado, eu já sei que vou me arrepiar e chorar."

6. Considerações finais

Percebe-se pela narrativa das integrantes do Samba Delas, que há um movimento de tornar as mulheres interlocutoras do samba. Fica evidente a importância da discussão acerca do tema e das inúmeras problemáticas que envolvem gênero e representação. Logo, desponta como indispensável que mulheres produzam, interpretem e pesquisem o gênero musical samba como uma importante frente de combate à distinção. Quanto à questão do papel da mulher no samba, e a interseção entre gênero, Militão, como produtora geral, decorre:

Bem e o papel da mulher? Neste meio tempo tivemos uma evolução, mas ainda de nicho, temos bares na cidade que abrem portas para as mulheres tocarem e cantarem, mas vejo que somente porque são mulheres que são donas de empreendimentos, como o Teresa & Jorge que possui três donas (Carla, Raquel e Fernanda), o Mambembe (Luana), o Café Couture (Nelida e Clarisse), o Vintage (que são duas donas) ... e isso é bacana, sabe? (MILITÃO, 2019)

É imprescindível destacar a importância do Samba Delas como demarcador na luta da presença feminina nas rodas. E ainda mais relevante a afirmativa, por meio das participantes, da contínua ainda tentativa de supremacia masculina na cultura musical deste gênero.

Preconceito, tem sim, variados, vivemos em uma sociedade patriarcal, muitas vezes rola no costume da piada... Vamos rompendo barreiras, não vejo o Sambadelas com uma bandeira de luta específica, sempre digo que nosso gênero é o samba, nossa bandeira principal, precisamos fazer natural a mistura sabe, entendo que assim rompemos barreiras. (MILITÃO, 2019)

Conclui-se que há uma tentativa de supremacia histórica do homem na cultura e estética do samba em Fortaleza, mas existem movimentos de resistência. As relações de gênero no interior do samba estão em constante processo de adaptação e reformulação, em que a presença feminina ganha força conforme o apoio e

solidificação de grupos voltados para o processo de inserir mulheres como produtoras da música. Pelas entrevistas realizadas, percebemos, portanto, que as mulheres musicistas do grupo Samba Delas se articulam e se movimentam no sentido de estabelecer novas relações de poder de gênero no movimento do samba em Fortaleza, mas que ainda há um longo caminho a ser seguido e estudado.

7. Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica arte e poética**. Editora Brasiliense. 1994
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GUATTARI, FÉLIX; ROLNIK, SUELY. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, [1986] 2011.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOPES, Antônio Herculano. **Vem cá, mulata!** Revista Tempo. Vol.13, n.26, p. 80-100, 2009.
- MOURA, Roberto M. **No princípio, era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes**. Rio de Janeiro, Rocco, 2004.
- NETO, Lira. (2017), **Uma história do Samba, Vol. I (As origens)**. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTANNA, Marilda. **As bambas do samba: mulher e poder na roda**. UFBA, 2016

Jaime Lauriano: Limite e Rizoma em Diáspora

*George Ulysses Rodrigues de Sousa*¹

*Allan Gomes Menezes*²

1. Uma introdução

Este artigo fala sobre Jaime Lauriano, um artista, e sua obra, sob a lente do *Limite* de Eugénio Trías, importante filósofo espanhol, e do *Rizoma* de Félix Guattari e Gilles Deleuze, dois dos mais influentes pensadores contemporâneos. São dois conceitos bastante estudados e que não se esgotam, porque gerenciam, cada uma à sua maneira, uma forma de superar a crise na qual a pessoa contemporânea se encontra. Contudo, trago contribuições dos estudos decoloniais, principalmente na figura de Frantz Fanon, e, metodologicamente, com a afrocentricidade proposta por Molefi Asante. Além disto tomo a análise da imagem como ferramenta para um estudo das obras de Lauriano, seguindo as abordagens de Mitchell, Susan Sontag e Jacques Rancière.

Segundo Asante “a Afrocentricidade é uma crítica da dominação cultural e econômica e um ato de presença psicológica e social diante da hegemonia eurocêntrica” (1980). Apesar de trazer termos como “alteridade” e “marginalidade”, Asante se recusa a encarar a pessoa negra como “a outra”. Também eu utilizo o termo

¹ Mestrando em Comunicação; Universidade Federal do Ceará; george.rodrigues.sousa@gmail.com

² Mestrando em Comunicação; Universidade Federal do Ceará; allangomes55@gmail.com

numa maneira muito mais individual, porque pretendo falar aqui de um sujeito para outro. Asante desenvolve ainda:

Afrocentricidade, começa-se com a presença, isto é, o direito de africanos a estar onde quer que estejam e a reivindicar a agência na localização, no espaço, na orientação e na perspectiva. Historicamente isso significou confronto com estruturas e epistemologias opressivas. Tal desafio cultural, no entanto, desafia muito do quadro conceitual recebido que vê os africanos e, de fato, a África como marginais para a criação da realidade. (ASANTE, M. 2016, p.11)

Jaime exercita sua alteridade para tocar outros irmãos e irmãs em diáspora, porque é a estas pessoas que se endereça. As pesquisas sobre artistas afrodescendentes no Brasil não são novas, no entanto, é necessário fazer saber que nem de longe são suficientes em números. Uma das referências de análise estética e política do trabalho de grupos artísticos negros é a tese de Deivison Moacir Cezar de Campos (2006), de nome “O Grupo Palmares (1971-1978): um Movimento Negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico”, onde analisa o coletivo cultural citado no título.

Propondo uma revisão da história do Brasil, Deivison de Campos elabora em sua Tese todo o caminho de um grupo de militantes da causa negra em busca de criar espaços de fala, referências culturais e resgatar e reforçar laços entre as comunidades de afrodescendentes na cidade de Porto Alegre dos anos 70. Sobre seus conceitos, ele afirma:

“Nesta pesquisa, *ressignificação* foi pensada a partir do termo significado, usado na semiótica, como o que o signo representa. Resignificar, portanto, constitui-se numa nova representação. Resistência é utilizada como oposição a um determinado obstáculo real ou simbólico. Por último, subversão é entendida como enfrentamento no sentido de modificar uma situação pré-existente.” (2006, p.11)

Destarte utilizo o que De Campos situa como “ressignificação” para observar o trabalho de Lauriano com imagens e imaginário institucional. Iniciemos agora um percurso.

Imaginemos, então, o grande oceano que separa europa³ da américa do norte, África da américa do Sul. Sou um viajante e minha nau balança. Sei que a noite chegará e que me orientarei por estrelas, sei que haverá uma ou duas tormentas, haverá sol. Tudo isso eu imagino. Eu não sei dessas coisas, elas me foram contadas: escritas, sim, por séculos de tradição. Eu acredito em naus que viajam pelo Atlântico, acredito na sífilis e nos espelhinhos dados aos povos nativos porque li em livros. Esse exercício de alteridade é custoso, especulativo, frágil. E é maravilhoso, porque é exatamente quem eu sou: eu existo em exercício de alteridade. Esse é o meu *Limite*⁴.

Eugênio Trías dá a esse meu *Limite* um estatuto ontológico. Esse Limite é o que eu sou, é como estou no mundo – não é o *limes* freudiano, não é o *limite do conhecimento* de Kant, nem o *limite linguístico*, as barreiras que definem o mundo, para Wittgenstein⁵. Sobre isto, em seu texto *Ética e Estética*, Eugênio Trías diz:

Ese límite lo es entre lo que puede decirse y lo que debe callarse; o entre lo decible y lo indecible. Pero ese limes no es sólo un Muro (de silencio) que impide todo acceso a lo inaccesible; es más bien, como sucedía en todo antiguo trazado de límites de la ciudad que se construía (que era una forma abreviada y ritual de recrear y repetir la inauguratio del cosmos), un trazado mural que permitía aperturas, o puertas, mediante las cuales se podía promover cierto acceso a lo inaccesible. Ese acceso es, a mi modo de ver, de naturaleza simbólica. (TRÍAS, E. 2001, p.153)⁶

³ Nos reservamos o direito às minúsculas ao citar lugares usualmente encarados como *centro*. Temos o interesse em falar de um Brasil e do continente Africano. Ainda sobre este tema, dispensamos o uso do artigo feminino quando falo de África, à moda de seus habitantes lusófonos (que usualmente escrevem “Em África”).

⁴ Utilizamos o termo em maiúsculo, conceito, para diferenciar do limite dicionarístico.

⁵ Ver mais em *Crítica da Razão Prática*, 1959, de Kant e *Lógica del Limite*, 1991, de Wittgenstein.

⁶ “Este limite está entre o que pode ser dito e o que deve ser silenciado; entre o dizível e o indizível. Mas esse limes não é apenas um Muro (de silêncio) que impede todo acesso ao inacessível; é mais ainda, como ocorria em todo antigo traçado dos limites de uma cidade a ser construída (que era uma

Trías tem uma abordagem nova desse objeto e a utiliza para conceituar o que se chama *o homem fronteiroço*. O homem fronteiroço não apenas vive em fronteira: seu mundo, suas possibilidades, suas vontades e imaginações são a fronteira. E sendo sujeito fronteiroço me é impossível experimentar o enjoo que os portugueses sofriam em suas embarcações: eu o imagino porque tenho a capacidade de imaginar, e enquanto faço isso, fabulo, construo minha própria narrativa desta viagem marítima.

É na construção dessa narrativa que encontro o trabalho de Jaime Lauriano, um jovem artista da cidade de São Paulo. Seus trabalhos são leituras críticas de uma História do Brasil; suas obras revisam a História pós-colonial brasileira, são contundentes e revisitam não apenas imagens e seus modos de proliferação, como também o ambiente museológico e suas proposições. Jaime habita dois espaços em um mesmo tempo – trata de uma questão silenciada, a da pessoa negra no Brasil, ocupando um espaço institucional (o museu), destinado usualmente a discursos que nascem de homens e mulheres brancas, portadores de uma legitimidade outorgada pelo pensamento ocidental. *Habita o Limite*

2. Uma Análise da Imagem

Em “Justiça e Barbárie”, de 2017, Lauriano une comentários de internautas em sites de notícias à imagem de um jovem negro amarrado a um poste – caso atual de linchamento. Ao estabelecer uma relação entre imagem e texto por meio de montagem (e paisagem sonora), Jaime escancara o elitismo e “justiceirismo” de certas camadas sociais brasileiras, bem como a naturalização do corpo negro em posição desumana. Resgata um sujeito silenciado, um corpo marginal e o coloca em centralidade. Sobre isto, o autor escreve:

forma abreviada e ritual de aberturas, ou portas, mediante as quais se podia promover certo acesso ao inacessível. Esse acesso é, ao meu modo de ver, da natureza simbólica”. TRÍAS, E. Ética y Estética. p.153, 2001 (tradução nossa).

Nas décadas de 1910 e 1920, nos Estados Unidos da América, eram comuns fotografias mostrando corpos de afro-americanos enforcados por uma população branca. Exibidos como troféus, estes corpos configuravam verdadeiros monumentos que exaltavam a supremacia branca. Não obstante, eram exibidos em cartões postais com a naturalidade de uma paisagem digna de ser exaltada. [...] Separados temporalmente por mais de 100 anos, e após diversas revoltas e manifestações, as duas situações mostram como a violência contemporânea aos corpos afro-americanos está diretamente ligada com as práticas de violência colonial: linchamentos públicos, aprisionamento em postes e praças públicas, etc. (LAURIANO, J. in: Justiça e barbárie, 2016).

Como um guardião de passagens, o sujeito limítrofe, esse artista do Limite, põe em movimento periferia e centralidade, *dobra* os espaços, saindo da marginalidade e ocupando o centro. Importante no trabalho de Lauriano é a relação entre uma imagem “colonizada”, isto é, programada com signos estabelecidos por um olhar “branco” e o que se pode fazer para reprogramá-la. Não apenas denúncia, “Justiça e Barbárie”⁷ é um projeto de revelação das problemáticas da mediação humana. Lauriano reforça que a violência contra a população negra não é apenas da ordem física, atual, mas da ordem cultural, virtual, isto é, atualiza-se sempre a partir de suas representações de poder. Jaime Lauriano trabalha com a mídia do vídeo. A partir de uma foto de um caso de “justiçamento social”, como identifica o artista, o vídeo desenvolve-se, acompanhado de uma trilha sonora instrumental, legendas e uma montagem que fragmenta a imagem.

O caso retratado é só mais um de uma série de linchamento que parte dos denominados “justiceiros”, grupos de civis comuns que promovem linchamentos contra pessoas acusadas de delitos, geralmente furtos e assaltos, sendo essas pessoas em sua maioria pobres e negras.

⁷ O vídeo pode ser acessado no link: <https://pt.jaimelauriano.com/justica-e-barbarie>, disponível em 21/07/2019

Antes de nos ser apresentada por completo, a fotografia, retirada de um algum grande veículo de imprensa brasileiro nos mostra um aglomerado de populares, ao lado de autoridades policiais, que passivamente olham uma vítima dos “justiçamentos”. Mas tal cena não nos é primeiramente apresentada por inteira, a partir de uma fragmentação espacial, nos é apresentado as partes da cena, primeiro o olhar dos populares, depois o símbolo das autoridades estampado no seu veículo, outros populares e um zoom ainda maior em seu rostos, sem se importar com a perda de qualidade da imagem, formando uma espécie de “mosaico narrativo”, onde as partes da cena se relacionam formando sua narrativa.

Como um olho que lê a imagem dentro da lógica do “eterno retorno” flusseriano⁸, o artista nos apresenta a cena, elencando ali os personagens dessa cena e sua relação com o momento vivido. Nesse trabalho, a montagem toma parte do movimento que nosso olho deveria realizar, atitude que torna-se algo que fica entre a manipulação, da qual o artista nos dita por onde olhar e a pedagogia, ao nos deixar claro a relação de cada um daqueles personagens com a cena.

Em conjunto com essa apresentação da imagem, na parte inferior da tela vemos uma série de declarações, em forma de legendas, que são comentários extraídos de matérias que noticiam os ditos “justiçamentos”, de grandes jornais digitais da imprensa brasileira. Em sua totalidade, as mensagens são de apoio à tais atitudes, “Lei do cão: quem com ferro fere, com ferro será ferido.”, ou “Olho por olho, dente por dente. Não existe mais justiça no Brasil.”.

A partir da crueza de como tais mensagens são postas na imagem, distanciando a legenda do autor da obra, como de costume ocorre no universo artístico, nessa situação, quem dita a relação palavra e imagem é o “público”, antes mesmo do autor, no

⁸ “O tempo projetado pelo olhar sobre a imagem é o eterno retorno.” (FLUSSER, 1985, p. 7)

sentido do público não enquanto espectador, mas do público enquanto sujeitos que interagiram com tal imagem.

Diante do absurdo de tais mensagens, o autor leva para o campo das palavras, enquanto agente de montagem, uma vez que não é propriamente autor delas, a mesma ambiguidade que levou para imagem ao fragmentá-la, ficando entre a manipulação do espectador, ao causá-lo uma aversão aos comentários pela carga de ódio que todos carregam, em sequência, e, de maneira pedagógica, escancarar o pensamento autoritário vigente.



Figura 1. Justiça e Barbárie.

Aqui encontramos a semelhança entre a forma como se trabalha imagem e palavra nesse trabalho, que convergem em seu objetivo: explicitar, deixar claro.

John Mitchell, teórico americano, nos propõe pensar não o que as imagens podem, como geralmente fazem as análises, da psicanálise à semiótica, mas “o que elas querem”, pensá-las como objetos dotados de personalidade própria, em seu ensaio “O que as imagens realmente querem?”, depois de investigar alguns casos de imagens marcantes da modernidade, chega à conclusão que podem haver também imagens incapazes de dizerem o que querem:

O que as imagens querem não é o mesmo que a mensagem que elas comunicam ou o efeito que produzem, não é sequer o mesmo que elas dizem querer. Como as pessoas, as imagens podem não

saber o que querem devem ser ajudadas a lembrá-lo através do diálogo dos outros. (MITCHELL, 2015, p. 185).

É nessa categoria que podemos entender a imagem trabalhada por Jaime, ela não foi produzida como uma imagem publicitária, almejando convencer alguém de algo, nem por um viés poético, buscando um efeito estético, nem mesmo ao se encontrar vinculada, através das legendas, a uma ideologia ultraconservadora é possível entendê-la como algo produzido em prol daquele fato, ou seja, ela é um registro.

Talvez essa imagem até “nada queira”, como defende Rancière em resposta a Mitchell (2015, p. 200), mas como ele afirma “Nada fazer, tal é a virtude paradoxal, a virtude indissolúvelmente estética e política das imagens” (2015, p. 199), na imagem em que nos detemos agora, vemos que sua existência, por mais que tente se resumir a um registro, compõe uma existência política.

O que devemos considerar a partir dessa constatação é que, como nos demonstra Susan Sontag, “as intenções do fotógrafo não determinam seu significado” (2003, p. 36). Dessa maneira, mesmo que consideremos que a posição do fotógrafo na imagem do trabalho seja de uma não exaltação do ocorrido, ao considerarmos a cautela em relação à exposição da vítima, distanciamento dos possíveis participantes e a escolha por uma fotografia que não exponha o momento em si da agressão, evitando a criação de alguma espécie de figura de culto, não podemos afirmar que o significado dessa imagem, para parte dos espectadores, limita-se a um registro imparcial.

Mas mesmo com esses cuidados, vemos através das legendas que a imagem acaba por ser tornar quase um objeto de culto da perversão contra aquele corpo, aqui podemos constatar a incapacidade da imagem. É com isso que podemos justificar e entender a necessidade da relação ambígua anteriormente descrita que o autor traz à obra.

“Tem o vídeo dele sendo arrastado?” pergunta um dos comentários que são apresentados como legendas, com esse comentário constatamos que “o desejo que a imagem desperta em nosso olhar é exatamente aquilo que não pode mostrar” (MITCHELL, 2015, p. 179), vemos que o desejo que a imagem traz para esses sujeitos que perpetuam a prática do linchamento, agora no espaço virtual, nesse “quase-corpo”, que é a imagem (RANCIÈRE, 2015, p. 201), não está trabalhado na imagem em si.

Ao final do vídeo, após a apresentação completa da cena e das legendas e de algumas explicações por escrito sobre o ocorrido que vem por parte do autor, nos é apresentada rapidamente e relampejando, uma famosa gravura que retrata uma das práticas mais comuns de torturas às pessoas escravizadas no século XIX no Brasil, o chamado “tronco” – que muito se assemelha, do ponto de vista da materialidade, ao poste, da imagem trabalhada por Lauriano –, instrumento que era utilizado para amarrar enquanto chicoteia o punido e então o vídeo se encerra.

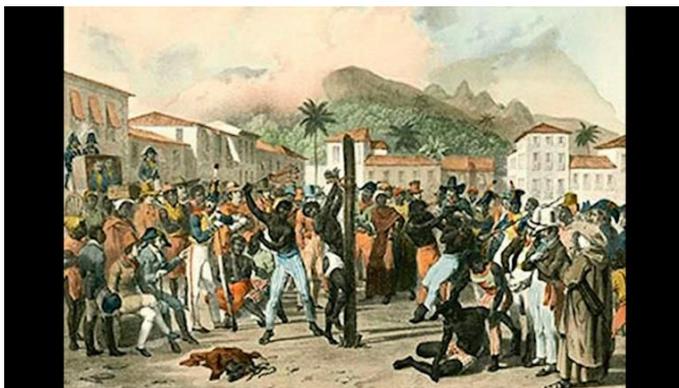


Figura 2: Justiça e Barbárie.

“A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.” (BENJAMIN, 1987, p. 224), é essa imagem, de um corpo acorrentado e sendo torturado publicamente que “passou veloz”,

colocá-la ao lado da imagem do rapaz que sofreu linchamento em 2017 é a busca pela fixação dela, pois pela justaposição a reconhecemos, o espectador é capaz de apontar e perceber a reprodução dos fatos, pois “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” (BENJAMIN, 1987, 229), e nesse caso a montagem é o instrumento de “desomogeneização” da história por parte do artista.

Já em “Morte súbita”, de 2014, Lauriano também utiliza-se do vídeo, mas de maneira bem diferenciada de como vemos em “Justiça e barbárie”, nesse caso o vídeo não se desenvolve a partir de uma imagem estática, ou de arquivo, já existente.

Nessa obra, projetada em *loop*, nos deparamos com uma linguagem bastante diferente do vídeo anterior, já que se aproxima mais do cinema e da televisão do que da fotografia hibridizada e fragmentada pelo vídeo.

Vemos uma série de homens lado a lado, vestidos com a blusa da seleção de forma que elas cubram seus rostos, enquanto a câmera desliza e nos apresenta esses sujeitos não identificados, com um movimento de câmera que remete ao momento em que são filmados os jogadores no momento da execução do hino nacional. Também ouvimos, em primeiro plano, uma série de nomes pessoais remetendo a um narrador de futebol que apresenta a escalação de uma seleção de futebol, mas que de fato são nomes de pessoas vítimas da ditadura civil-militar brasileira e, em segundo plano, ouvimos sons ambientes que ora soam como um estádio de futebol, cheio de torcedores, ora como um protesto sendo reprimido com tiros.



Figura 3: Morte Súbita

Nesse vídeo a idealização e direção é do artista, ou seja, em relação a imagem do trabalho, não identifica-se o gesto de apropriação como na obra anteriormente citada, que a partir de uma imagem já existente em meios de comunicação, gera uma obra. Ou seja, ao contrário da imagem presente na obra anterior, podemos afirmar que essa foi bem planejada e tem um “desejo” nítido, pensando ainda como Mitchell nos propõe. Mas nem por isso o gesto de apropriação de imagens do passado deixa de existir, já que o vídeo, apesar de ser uma criação do artista, apropria-se de uma série de signos que remetem ao período da ditadura civil-militar brasileira. Nesse caso, não se apropria de uma imagem literalmente, mas de “fragmentos” da imagem presente no imaginário do passado, seja ele a seleção tricampeã, sejam os protestos contra o regime, da mesma época.

Essa combinação de signos gera várias camadas de significações. Percebemos que os nomes que são ditos são de militantes contra a ditadura assassinados pelo Estado e ao vermos isso ao lado da camisa da seleção brasileira, logo lembra-se do tricampeonato mundial conquistado por ela em 1970, no México. Tal fato foi amplamente utilizado pelo Estado como propaganda ao nacionalismo e distrações dos sérios problemas econômicos e sociais que ocorriam no país.

Ao ouvirmos o nome de pessoas assassinadas pela ditadura e a euforia dos torcedores do estádio identificamos aí uma das camadas de significação da presente obra: tratar da alienação promovida pela ditadura à população. Enquanto o Estado violava direitos humanos, a massa estava nas ruas a comemorar um título que nada os traria de benefícios.

Outra questão que podemos interpretar a partir desses signos parte dos corpos que são apresentados, mesmo vestindo a camisa da seleção vitoriosa e, no momento, principal promotora do amor à pátria, apresentam-se todos com as mãos na cabeça e o rosto coberto pelas camisas.

A mão na cabeça remete à posição em que a polícia efetua a revista, remetendo ao Estado policialesco vigente, enquanto que o rosto coberto pode ser entendido de várias formas, o desaparecimento dos militantes contra a ditadura, nunca identificados depois de mortos, a homogeneização promovida pelo Estado através do seu controle, ou até alguma técnica de tortura recorrente. Percebemos que, essa combinação de elementos, criam camadas de significados, que podem sugerir diversas reflexões sobre o período abordado.

Enquanto que em “Justiça e Barbárie” a sua questão política da imagem vem sem determinação, como se constata na diferenciação de discurso entre as legendas apresentadas e o discurso crítico do artista, seja através dos textos inseridos por ele, ou da montagem que apresenta uma relação com práticas dos tempos de escravidão no Brasil, em “Morte súbita” o caráter político da imagem já existe desde sua concepção, até mesmo porque o que a torna política são as combinações de imagens e signos, ou seja, o som de protesto, combinado com o nome dos militantes sendo narrado como em uma transmissão de futebol, a suposta seleção com a cara coberta filmada como apresentação de elenco de time antes do jogo, etc. Podemos pensar que se considerarmos esses elementos separadamente não ficaria clara a mensagem política por trás dessa imagem, o que nos leva a concluir que tal politização da imagem é prévia à sua

existência, já que surge diante do processo de montagem e combinação desses signos.

Podemos perceber que a politização das imagens presentes nessas duas obras se dá de maneira inversa, já que em “Morte súbita” o artista não age a partir de uma imagem que alimenta o imaginário perverso do público que exige tortura, como em “Justiça e Barbárie”, mas gera uma discussão sobre tortura a partir de uma imagem que criou proveniente do imaginário dessa população.

O barco no qual estamos segue adiante e carrega consigo essa elaboração sobre o trabalho artístico de Jaime – é sobre ele que se fala durante este texto e de sua potência criadora, dos tensionamentos de quem é limítrofe.

3. Alteridade

Thomas Nagel, em 1974, escreve o artigo “Como seria ser um morcego?”, em que fala da problemática da questão Corpo-Mente. Nagel diz que tudo o que podemos obter da possibilidade de uma experiência enquanto morcego é um esquema, uma teoria: nada nos garante que saberemos como é ser um morcego, mesmo que lentamente tornemo-nos um, porque o resultado é inevitavelmente inacessível, permeado de inúmeras variações. Sendo humanos, entendemos o mundo de uma maneira diversa da do morcego – as nossas formalizações são diferentes. Thomas pode ser posto em diálogo com Trías porque busca tratar deste Limite, explorado na introdução deste texto, como algo da ordem numérica, concreta. Não falamos da alma, do problema de deus e da busca de deus, mas daquilo que nos é fundamental, do que nos faz ser quem somos. É uma virada do metafísico ao ontológico. É a *paixão* que nos mobiliza à ação.

Sem abandonar a dimensão metafísica do Limite, mas integrando-a a um estatuto ontológico, Trías aponta com seus estudos para uma superação daquilo que é niilismo; busca fugir de falsos universalismos, fundamentalismos religiosos e tendências

nacionalistas⁹. É nessa busca que o autor discorre sobre os termos da relação “Ser-no-Outro”: estou no Outro enquanto este Outro sou eu mesmo.

Quero agora pensar no que nos move ao exercício da alteridade. Ou ainda: qual a potência deste exercício? O filósofo Frantz Fanon, em seu *Os condenados da Terra* (1961) fala de um mundo compartimentado, um mundo onde o Limite é o programa: “a linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia, [...] o porta-voz do regime de opressão é o polícia e o soldado”. Este mundo é o mundo colonial.

O mundo colonial é, por excelência, um mundo de intenso conflito. Necessita atropelar limites, realizar holocaustos e suprimir epistemologias. O colonizador, em solo novo, apresenta suas máquinas produtoras de sentido (senão o narcísico espelho, seus canhões de guerra); o colonizado, em sua terra, necessita gerenciar da maneira que for possível sua própria existência – o colonizado, mais do que qualquer outro sujeito, percebe que o Limite é sua forma de estar no mundo. O exercício de alteridade do colonizado é sempre um exercício de sobrevivência; alteridade no colonizador é lucro, legitimação de massacres, violações, expurgos.

Voltemos ao navio. Ele encontra um litoral onde ancorar, desce sua meia dúzia de homens brancos e espera, inquieto, que este grupo volte com outra centena de pessoas negras. Essas pessoas serão escravizadas. Dentro deste navio, às centenas, mulheres e homens se deslocam. Vão levando consigo suas marcas, identidades, subjetividades. Ao desembarcarem em novo solo sofrerão processos de formalizações. Essas formalizações funcionarão em maior ou menor grau, mas sobretudo os colocarão na condição de sujeitos sem

⁹ Domingos Lamana cita Trías: “En nuestra época esa reflexión es necesaria ya que nos hallamos zarandeados por falsos universalismos (como lo que ciertas formas economicistas o tecnológicas de “globalización” proponen) y por irredentos e irritantes particularismos (como los que ciertos modos de integrista religioso o nacionalista disponen.” p.07

pátria¹⁰, numa degeneração que os levará a um processo de desumanização por parte de seus captores.

Essas formalizações, como afirma Flusser em seu *Pós-História: Vinte instantâneos e um modo de usar* (1983, p.81), são sincronizadas. O tempo de viagem nos navios negreiros corre ao passo da expansão colonial dos europeus. A criação de uma nova noção de alteridade, também. Por sermos progressistas, sugere o filósofo tcheco naturalizado brasileiro, somos irremediavelmente reacionários. É nesse processo de reação que progredimos para nos afastar do *passado*, como se a embarcação na qual navegamos caminhasse os mares a despeito do peso de seus porões negreiros, da antiguidade de suas celas. Passados 131 anos do fim da Escravidão institucional no Brasil, temos diversos produtos do processo de epistemicídio¹¹ narrado nos parágrafos acima, entre eles o projeto de democracia racial (visto em Gilberto Freyre, 1983 e problematizado por diversos pensadores, entre eles Jessé de Souza em seu “A elite do atraso”, 2017) e as religiões de matriz africana – estas inseridas dentro de um contexto mais positivo, principais mantenedoras de uma unidade identitária dos povos negros em diáspora.

Se a Democracia Racial é utilizada para eliminar o exercício de alteridade, nos colocando a todos como “brasileiros” (e não como descendentes de povos nativos, portugueses e africanos), as religiões de matriz africana nos firmam novamente no processo de *jogo de alteridade*. Porque é da natureza das religiões “Lessé Orixá”

¹⁰ Isto é, *apátridas*, pessoas sem um lugar para retornar, ou ainda sem raízes. Esta é uma tradução escolhida por Flusser do termo *Bodenlos*, que também nomeia sua autobiografia. (p.27, 2010). Em seu livro *Pós-História*, Flusser também disserta sobre os expatriados, os refugiados – aqueles que não possuem um chão onde pisar. A questão do sujeito deslocado de seu território original é muito explorada pelo autor, de origem Judia. Toda a sua obra, pode-se dizer, leva esta marca de sujeito em eterna passagem.

¹¹ Sueli Carneiro, pesquisadora, ativista anti-racismo e uma das principais referências em feminismo negro no Brasil estabelece epistemicídio como: “É um conceito extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de seqüestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca”. p.10

(isto é, em Iorubá, *aos pés do Orixá*) estar em constante contato com o Outro, seja de natureza mística ou social. É neste ponto que sobressai a figura de Exú, Orixá do movimento, da encruzilhada, do vir-a-ser. Exú é quem modifica as estruturas do mundo, aquele que vindo ao *Àiyé* (casa da humanidade) elimina os papéis de gênero, quem faz o negativo ser positivo.

Aqui retornamos a Trías, que, como já citado, recusa certos sincretismos esvaziadores e totalitarismos religiosos. O Exusíaco¹², posto em paralelo com culturas eurocentradas, perde força, mescla-se talvez ao dionisíaco na tradição greco-romana e ao demoníaco na tradição judaico-cristã (muito embora estes dois últimos não sejam exatamente intrínsecos, embora relacionáveis). Perde porque facilita leituras eurocêntricas das doutrinas do Candomblé, como a de Simone de Beauvoir em seu *A força das coisas*, de 1963, aonde, quero acreditar, que inocente e erroneamente, afirma que os descendentes dos negros escravizados ligam-se a “espíritos imaginários” para se deslocarem do status de rebanho humano, ignorando que estes cultos já eram praticados em África, ainda que a religião Candomblé seja brasileira. Muito para fugir deste crivo eurocêntrico e defender-se do racismo institucional, os cultos aos Orixás amalgamaram-se nas mesas brancas do espiritismo kardecista e na contemplação das imagens católicas, originando a Umbanda; apenas um povo em estado de ameaça poderia tão bem aceitar este fundamento do Limite e cair em processo de alteridade, traduzindo-se e, assim, criando uma cisão dentro de sua própria comunidade.

Refaço a pergunta: qual a potência do exercício de alteridade? É através da força exusíaca que Lauriano media esse exercício em suas obras buscando mostrar que *apesar* do aparato estatal estar programado para o genocídio das populações nativas e

¹² Termo com poucas citações acadêmicas, mas ainda em construção. Luiz Rufino define como “as invenções, rasuras e transgressões se dão nos atos de praticar as frestas. Essas ações táticas, de invenção nos vazios deixados pela lógica dominante, são aqui interpretadas como ações de caráter exusíaco”.

negras, microrrevoluções ¹³ podem ser estabelecidas, principalmente porque séculos de epistemicídios deram à pessoa negra (assim como à indígena) uma existência *limitrofe*, onde sua própria condição é a do sujeito sem chão, criatura envolvida em processos de alteridade que vão além das relações interpessoais – de fato, Lauriano percebe que *toda pessoa negra* fala não apenas de si, mas de um continente, de um culto. Percebe a potência da recriação dos cultos africanos em terras brasileiras e utiliza de suas práticas em seus processos artísticos.



Figura 4: Amazônia Atlântica.

Em sua obra “Amazônia Atlântica”, vista acima, da série de trabalhos “invasão, etnocídio, democracia racial e apropriação cultural” Jaime utiliza a pomba branca, uma espécie de giz utilizado em cerimônias da Umbanda, para desenhar um mapa das américas, rememorando o momento da descoberta do Novo Mundo em contexto de Grandes Navegações. Sobre a obra o autor diz:

¹³ Ou revoluções moleculares, como define Guattari, “uma atitude ético-analítico-política” objetivando uma ruptura como processo de autonomização, isto é, de criação de novos territórios e refrães sociais. Micropolíticas, p. 122, 2011.

Diferentemente de sua versão original [do mapa do novo mundo], com cores prontas para retratar a exuberância da região recém-explorada, opera um rebaixamento visual, pautado pelo branco sobre preto. Trata-se, portanto, de uma releitura dos primeiros esforços de representação do sistema de colonização, e sua exploração da madeira e da mão de obra indígena, o primeiro proletariado do que mais tarde seria consolidado como um “país”. Nestas cartas, a presença da população nativa é assinalada por meio de figuras humanas em situação de nudez dispersas do litoral até a parte central do continente. Nestes desenhos, encontram-se homens caçando com arco e flecha, cortando árvores e em contato com a fauna. Em uma alegoria de trabalho e ócio. A harmonia encontrada, e exaltada, nos originais é perturbada pela inscrição dos termos invasão, etnocídio, democracia racial e apropriação cultural retirados de livros que pautam a construção da História do Brasil. Tal operação reforça a violência presente nas ilustrações, e na “Invenção do continente Americano”. LAURIANO, J. 2017.

Em outro trabalho no qual utiliza a mesma técnica de desenho sobre tecido negro, Lauriano constrói uma obra onde aplica diversos verbetes do “Dicionário da Escravidão e Liberdade” (2018) organizado por Flávio Gomes e Lilia Schwarcz. Ilustra a escravização dos povos indígenas, o tráfico de africanos e os movimentos originários dessas duas circunstâncias – tanto de reação quanto de manutenção de ambas. A obra, que também é capa do livro de Gomes e Schwarcz, conta como um dos verbetes do dicionário. Ele põe em dois polos do mapa os verbetes “Africanos Livres” e “Quilombos” – sinônimos de vida em conjunto, vida livre, mas cada uma com significados bem diferentes. No lugar onde se situa África, Jaime escreve: “Família”, “Muitas Áfricas”, “Emancipação”, “Crianças”. Não se desafia a habitar apenas o continente africano, mas superar a viagem forçada, estabelecer um chão onde possa fincar raízes. A experiência de diáspora no artista é semelhante ao que define Flusser como “experiência da solidão” em seu “Bodenlos”; Rainer Guldin, no livro “Pensar Entre Línguas: A teoria da tradução em

Flusser”, obra que fala dos processos de tradução nos escritos do filósofo tcheco-brasileiro, sintetiza esta vivência como:

Cada experiência da apatridade é uma oportunidade subjetiva profunda, vinculada às realidades existenciais de cada um. Essa “experiência da solidão (“Bodenlos”, p.20) não deve ser discutida em público, porque assim ela perde seu caráter próprio. Ela pode, contudo, ser de tal forma representada que se torna um modelo por meio do qual outros podem reconhecer-se. A experiência da apatridade em Flusser é, portanto, modelar, exatamente por sugerir uma possível saída dessa situação. (GULDIN, R. 2011, p.29)

O artista paulista cria novos modelos a partir da já conhecida imagem cartográfica; tensiona uma narrativa de progresso para reforçar sua condição de sujeito à deriva: vive no limite, habita fronteiras, recria experiências de África em novo solo para superar os anos de subalternização dos povos negros. Rainer conclui a passagem anterior com o seguinte trecho: “Não se trata de se instalar nesse ínterim de apatridade, ao contrário, trata-se de experienciar e superar essa apatridade como condição fundamental de sua própria existência” (p09, 2010).

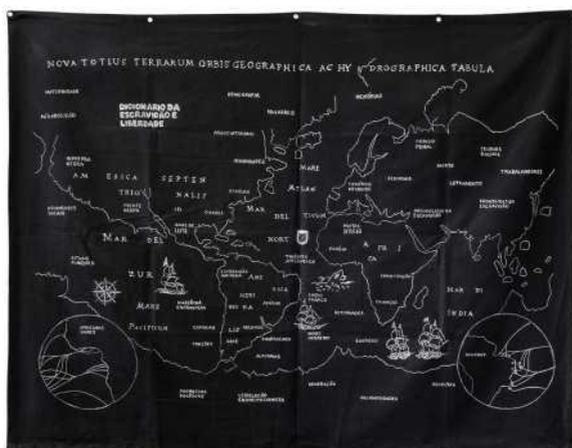


Figura 5: Escravidão e Liberdade.

Para superar os eventos traumáticos da viagem forçada ao continente americano, Jaime age nas fissuras do pensamento ocidental, transformando o registro criminoso da violação de dois continentes pelos povos europeus numa obra de arte. A verdade é que após o trauma colonial, o Novo Mundo segue adiante com passos de pessoa manca – com a vontade de ir em frente, mas deixando sempre aparente a marca de sua condição traumática. O velho mundo, pós-histórico, alienado pelas imagens técnicas, completamente midiático, segue para a realização de seu programa (isto é, sofrer eternamente as consequências do holocausto judeu, já que devem *continuar progredindo a despeito de tudo*, como diz Flusser, 1983, p.24). Já o que resta das sociedades pós-coloniais é embaralhado pelo ruído de uma série de processos reacionários aos exercícios de alteridade.

Quando Trías quer eliminar, por exemplo, o nocivo nacionalismo, sua Filosofia do Limite sugere uma postura de ser e estar no mundo que seja crítica, que se perceba enquanto sujeito fronteiriço e, portanto, em devir do Outro. O pensamento de Trías convida o brasileiro a entender que muito do que é o venezuelano é também o flagelado da seca nos sertões do Brasil – parte de um projeto governamental que conta com suas perversões regionais, mas também com o apoio de um globalismo que ignora diferenças, ocasionando avanço de políticas que, mais uma vez, põem em risco nossa capacidade de estar-no-outro.

3. O lugar “entre”

A composição que Trías desenvolve ao longo de seus trabalhos surpreende não apenas por sua aplicabilidade, como também por seu diálogo com outras composições: o que então não é surpresa, já que Trías exige de nós a consciência do Limite enquanto categoria ontológica, logo, exige o diálogo e a aceitação das fraturas neste

diálogo. Pensando o rizoma deleuze-guattariano¹⁴ podemos encarar o limite, a fronteira e o aquilo que está “entre” estes, como o espaço da criação, o espaço da busca pela alteridade.

Enquanto o rizoma é uma espécie de raiz que põe em diálogo diversos corpos vegetais, o Limite é um algo estabelecido, é a noite para os povos na era pré-histórica, o passar do tempo estruturado, isto é, o correr das horas. A fronteira não é o espaço, muito menos o tempo, mas aquilo que se coloca entre estes dois conceitos. O sujeito fronteiro, esta pessoa em devir, tem algo de objeto rizomático, agenciador entre dois tempos e duas nações, ponte que liga margens.

Se largamos o navio a esmo e nadamos da europa à america do norte, compreendemos um pouco melhor a fronteira, o Oceano, porque experimentamos, com nossos corpos, a travessia. Jamais saberemos como é ser um morcego ou um jovem Colombo em busca de terras sonhadas, mas Trías tenta nos dar pistas dentro desse trabalho de filosofia que é a compreensão de nossa existência através do que *pode o Limite* enquanto Estatuto Ontológico. Sua conceituação de Fronteira e Limite submete a Razão Crítica às suas próprias sombras. Domingo Cía Lamana, que faz uma leitura de Trías, cita o pensamento do autor, enquanto este fala do *jogo arquitetônico* das cidades revelado em suas praças, em uma frase que aqui traduzo: “Aqui, dentro de nós, diante de nós, no interior-exterior de nós mesmos, puros limites, puras linhas, puros habitantes fronteiros, se faz a monumental revelação. Você, você mesmo, é a praça, é sua essência de pura fronteira ou limite”.

4. Conclusões

Durante estas páginas intentamos explicitar como Lauriano, este intelectual e artista negro, elabora em sua produção um trabalho que tem como marca a experiência do sujeito limítrofe e

¹⁴ Para os filósofos, o Rizoma é um modelo epistemológico, que Guattari exemplifica como um “dispositivo vivo”, ou seja dispositivos “encarnados no próprio campo social, em relações de complementaridade, de escoramento - enfim, de relações rizomáticas.” Micropolíticas, p125, 2011.

de como suas conexões dão vida a rizomas, elos de ligação, agenciadores de novas percepções. Estas percepções, óbvio, tem muito a ver com o que chamo de trauma pós-colonial – a realização de que vivemos em uma sociedade onde o projeto ocidentalizador vence sob a sombra de sua própria derrota, porque não elimina por completo aqueles que podem reconfigurá-la.

Jaime, no seu fazer artístico, dispara questões que criam diálogos entre diversos grupos minoritários. Faz o que Guattari aponta como estratégia diante da atual crise mundial (ascensão das formas de fascismo, despotencialização de devires). Para o filósofo, um diálogo entre minorias é muito mais potente do que um simples acordo entre grupos oprimidos, já que esta conversa pode caminhar para uma atitude positiva, ofensiva ainda, que questionará a própria “mola mestra”, a própria “finalidade das sociedades atuais” (2011, p123). O jovem paulista sugere em sua arte uma possibilidade de conversa, que exige do interlocutor uma movimentação para dentro da experiência diaspórica e periférica.

Um navio sem rumo é apenas um grande amontoado de peças de madeira, ferro e tecido; não navega, mas deriva, gira ao sabor de qualquer força da natureza. Entende nada de si, mas existe e talvez isso baste. Finalizamos este artigo sugerindo que ainda não nos tornamos um navio desregulado – seguimos para algum lugar, ainda que nebuloso e incerto. Artistas como Lauriano são os responsáveis pela luneta que busca terras habitáveis, novos solos. Já sem medo de perder o chão, Jaime fala de uma História que foi construída para silenciá-lo. Talvez aí esteja seu truque, pois ele abre sua boca e toma de assalto seu direito à fala. Sem Lauriano e sua luneta ficaríamos perdidos. O território da comunicação (enquanto campo) tem sido cada vez mais habitável por vozes como a de Jaime. Este artigo, apesar de apontar uma relação entre teorias e práticas, não pode existir sozinho. Como é de costume nas pesquisas preliminares, dizemos que “mais pesquisas são necessárias para trazer luz a este tema”. Ficamos na espera de que

esta luz venha das frestas do sujeito fronteiriço ou surja, dramática, do fundo da terra.

5. Referências

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental**: Introdução a uma ideia. In: Ensaios Filosóficos. Vol. XIV – Dezembro 2016

BEAUVOIR, S. **A Força das Coisas**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1995.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e a história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 222-234

CAMPOS, Deivison de. **O GRUPO PALMARES (1971-1978)**: Um Movimento Negro De Subversão E Resistência Pela Construção De Um Novo Espaço Social E Simbólico. PUCRS, 2006.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNÁNDEZ DE ROTA, José Antonio. **Limite y Cultura**: El Contenido de Una Forma.

FLUSSER, V. **Pós-História**: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **Filosofia da caixa preta**: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985. 48 p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes; Edição: 12^a, 2011.

GULDIN, Rainer. **Pensar entre línguas: a teoria da tradução em Vilém Flusser**. São Paulo: Annablume, 2010.

LAMANA, Domingo Cía. **Itinerario Filosófico de Eugenio Trías**. Revista de Antropologia Social, n.03. Editora Complutense. Madri, 1994.

LAURIANO, J. in: Justiça e Barbárie. 2017, 2'31". Disponível em: <<https://pt.jaimelauriano.com/justica-e-barbarie>>. Acesso em 20 de março de 2019

_____ in: Invasão, etnocídio, democracia racial e apropriação cultural. 2017; Disponível em: <<https://pt.jaimelauriano.com/invasao-etnocidio-democracia-racial-e-apropriacao-cultural>>. Acesso em 20 de março de 2019.

MITCHELL, W.T.J. **O que as imagens realmente querem?** In: ALLOA, E. (Org.) *Pensar a Imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. P. 165-190

NAGEL, Thomas. **Como é Ser um Morcego?** Revista da Abordagem Gestáltica – Phenomenological Studies – XIX(1): 109-115, jan-jul, 2013.

RANCIÈRE, J. **As imagens querem realmente viver?** In: ALLOA, E. (Org.) *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015. P. 191-204.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TRÍAS, Eugénio. Ética y Estética. In: Isegoría, n25. P.147-175. 2001.

A Indústria Cultural e a Tradução como Produto

*Thiago de Sousa Almeida*¹

Introdução

O conceito de Indústria Cultural, criado pelos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, mostra-se extremamente atual apesar de ter sido originalmente cunhado há mais de 70 anos, em 1947. O homem/operário continua servindo ao capital, assim como a arte, que deveria ter justamente a função contrária: de se insurgir contra a manipulação do capital. O tradutor, apesar da natureza intelectual de sua atividade, não foge a esse destino.

Podemos perceber, relacionando o conceito de Indústria Cultural com os ensinamentos de Lawrence Venuti (teórico dos Estudos da Tradução) que, com o passar das décadas, a liberdade funcional e econômica do tradutor foi minada continuamente e também que existem momentos claros na história em que a atividade tradutória serviu mais como instrumento do capital do que como meio de disseminação de cultura.

A Indústria Cultural

O conceito de Indústria Cultural (do alemão *Kulturindustrie*) vem dos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, membros da Escola de Frankfurt, e surgiu em 1947 com a publicação do livro

¹ Mestrando em Estudos da Tradução; Universidade Federal do Ceará; Thiagoalmeida086@gmail.com

Dialética do Esclarecimento para designar o estado da arte e da cultura na sociedade da época: a sociedade capitalista industrial.

Temos, em meio à Segunda Guerra Mundial, a ascensão definitiva dos Estados Unidos como grande potência econômica mundial e o fortalecimento do modelo industrial como maior paradigma econômico da época. Tudo que era feito em solo norte-americano, e também o modo como era feito, tentava ser replicado em outros países a fim de tentar galgar melhores posições econômicas e reproduzir a ideia do sonho americano. Os Estados Unidos começaram a exportar não só produtos industrializados (principalmente armas, afinal o mundo estava em guerra) para o resto do globo, mas também valores, crenças e ideais de relacionamento pessoal e cultural.

Basicamente, na Indústria Cultural, tudo se submete ao modelo econômico e social vigente, tudo se transforma em negócio. É o poder absoluto do capital exercendo sua influência em todos os âmbitos da sociedade:

A dependência em que se encontra a mais poderosa sociedade radiofônica em face da indústria elétrica, ou a do cinema relativamente aos bancos, caracteriza a esfera inteira, cujos setores individuais por sua vez se interpenetram numa confusa trama econômica (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p. 115).

O homem, por sua vez, não passa de mero instrumento de trabalho, um recurso material para ser utilizado a serviço do capital e, como tal, deve ser moldado para satisfazer os interesses dos detentores dos meios de produção. O trabalhador é manipulado ao ponto de até mesmo seu “lazer” servir a um propósito bem específico – mantê-lo preso ao sistema e em condições de continuar exercendo suas funções a contento: “A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo” (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p.128). O trabalhador vê no

cinema e na televisão todas as histórias de sucesso nas quais pessoas aparentemente comuns conseguem “subir na vida” e é condicionado a continuar trabalhando sob as piores condições possíveis pois, se personagem X de filme Y conseguiu riqueza (por conseguinte, acesso ao capital) somente como fruto de seu trabalho, isso também pode acontecer com ele. A arte, portanto, deixa de ser veículo contestador da realidade e passa a ser mais uma mercadoria, um objeto de consumo com uma função a ser desempenhada de acordo com os desígnios do capital.

Assim, com base na ideia de Indústria Cultural e no modelo socioeconômico que se originou à época do capitalismo industrial, discutiremos um pouco acerca de como o tradutor, enquanto trabalhador, se insere neste ambiente e como a tradução é utilizada, também, a serviço do capital relacionando os já mencionados Adorno e Horkheimer (*Dialética do Esclarecimento*, 1997) com o teórico de Estudos da Tradução Lawrence Venuti (*The Scandals of Translation*, 1998).

O Tradutor na Indústria Cultural

Intérpretes acompanhavam os navegadores portugueses durante as grandes navegações nos séculos XV e XVI a fim de facilitar o contato com comerciantes nas Índias e povos nativos de outras partes “desconhecidas” do mundo. Vários séculos antes disso, a Bíblia fora traduzida do hebraico para o grego e do grego para o latim, o que possibilitou a expansão do Cristianismo sobretudo durante o Império Romano. Atualmente, tradutores trabalham para que *bestsellers* possam ser publicados o mais rapidamente possível nos mais diversos mercados consumidores e para que pessoas dos quatro cantos do mundo tenham acesso ao conteúdo produzido pela *Netflix* disponibilizado em seu próprio idioma (entre outras inúmeras atividades, obviamente). Vemos, assim, que o papel e os modos de atuação do tradutor mudaram

muito ao longo do tempo e a ligação estreita entre a atividade tradutória e interesses comerciais.

Em sintonia com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no contexto da Indústria Cultural, mudanças efetuadas na legislação referente a direitos autorais tiveram grandes efeitos na atividade do tradutor. Seguindo uma tendência iniciada na década de 1950 e que se torna ainda mais popular a partir dos anos 80, Venuti diz que “most translations in the United States are done on a work-for-hire basis, whereby the translator receives a flat fee with no percentage of the royalties or subsidiary rights sales” (1998, p.47). Assim, se estabelece uma situação econômica desfavorável na qual inexistente incentivo para que tradutores invistam no início de projetos de tradução. Tal incumbência cabe, agora, às editoras.

Os tradutores, então, são forçados a se inserir nessa nova relação econômica diante das editoras destituídos de qualquer poder de barganha para negociar melhores condições de pagamento (a menos que se trate de um dos poucos tradutores que tenha conseguido alcançar reconhecimento público por ter seu nome associado a algum projeto de sucesso). Não há mais incentivo nem recompensa pelos esforços criativos dos profissionais, as editoras controlam tudo, até mesmo “o número médio de palavras da *short story* é algo que não se pode mexer” (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p.118). Sobre a influência do capital na atividade do artista (podemos relacionar artista e tradutor visto que a atividade de tradução, sobretudo tradução literária notadamente exige esforço criativo por parte de quem se propõe a levá-la a cabo), Adorno e Horkheimer ainda dizem que:

Só a obrigação de se inserir incessantemente, sob a mais drástica das ameaças, na vida dos negócios como um especialista estético impôs um freio definitivo ao artista. (...) Quem não se conforma é punido com uma impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do individualista (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p.125).

Portanto, podemos perceber a semelhança de condições entre o trabalhador industrial e o artista/tradutor inseridos no contexto da Indústria Cultural. Enquanto o operário se submete às condições impostas pelo capitalista detentor dos meios de produção, não possuindo qualquer poder de barganha para lutar por melhores condições de trabalho, situação semelhante vive o profissional da tradução frente ao poder das editoras. Ambos são manipulados para simplesmente aceitarem a situação como ela é e continuar servindo ao poder do capital indefinidamente.

A Tradução na Indústria Cultural

Mencionamos anteriormente como a arte, no contexto da Indústria Cultural, deixou um pouco de lado sua qualidade de veículo contestador e questionador da realidade e passou a ser consumida como uma mercadoria, um objeto servindo aos interesses do capital. Discutiremos agora o papel da tradução em si enquanto objeto artístico/cultural e sua função diante do poder do capital. Segundo Adorno e Horkheimer:

“A tradução estereotipada de tudo, até mesmo do que ainda não foi pensado, no esquema da reprodutibilidade mecânica supera em rigor e valor todo verdadeiro estilo, cujo conceito serve aos amigos da cultura para transfigurar em algo de orgânico o passado pré-capitalista” (ADORNO & HORKHEIMER, 1997, p.120).

Venuti, ao tratar da tradução enquanto agente formador de identidades culturais, fala sobre a influência da tradução na criação/destruição de estereótipos, quebra ou reforço de antigas rivalidades, estabelecimento de relações diplomáticas, além de outras funções, nos seguintes termos:

Translation patterns that come to be fairly established fix stereotypes for foreign cultures, excluding values, debates, and

conflicts that don't appear to serve domestic agendas. In creating stereotypes, translation may attach esteem or stigma to specific ethnic, racial, and national groupings, signifying respect for cultural difference or hatred based on ethnocentrism, racism, or patriotism. In the long run, translation figures in geopolitical relations by establishing the cultural grounds for diplomacy, reinforcing alliances, antagonisms, and hegemonies between nations. (VENUTI, 1998, pp. 67-68)

Vemos, portanto, a dimensão diplomática da tradução. O modo como determinado país ou povo é visto por outro país ou povo é influenciado pela atividade de tradução, na formação de identidades culturais para países estrangeiros. Perceber as ramificações econômicas dessa influência não é algo complicado. Como uma engrenagem cumprindo seu papel para o funcionamento da máquina capitalista, as editoras, ao publicar obras de autores estrangeiros em seus respectivos mercados internos, o fazem de acordo com o desejo maior do capital. Se há um desejo de se estabelecer relações comerciais com um determinado país, este (tanto quanto possível) deve ser visto com bons olhos pela população local. Na época da concepção da Indústria Cultural, uma época desprovida da tecnologia que temos hoje, como internet e comunicação instantânea envolvendo o mundo inteiro e na qual o acesso a produtos em idiomas estrangeiros era bastante restrito a uma elite intelectual e econômica, a tradução de obras era essencial para a formação da identidade cultural de um país estrangeiro.

Venuti menciona um exemplo claro dessa busca pelo estabelecimento de relações comerciais e a consequente manipulação da identidade cultural de um povo estrangeiro ao falar da tradução de obras japonesas para o inglês para publicação no mercado norte-americano durante as décadas de 1950 e 1960. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi criada, no imaginário do povo norte-americano, a ideia de que o Japão era uma nação bélica e uma ameaça ao modo de vida ocidental. Depois da guerra, a

literatura japonesa publicada nos Estados Unidos passou a se referir mais constantemente à cultura tradicional do país, à influência ocidental e até mesmo a lamentar todas as mudanças sociais trazidas pelo conflito militar indesejado.

Thus, the nostalgic image projected by the canon could carry larger, geopolitical implications: the aestheticized realms [in the novels selected for translation] provided exactly the right image of Japan at a time when that country was being transformed, almost overnight in historical terms, from a mortal enemy during the Pacific War to an indispensable ally during the Cold War era. The English-language canon of Japanese fiction functioned as a domestic cultural support for American diplomatic relations with Japan, which were also designed to contain Soviet expansionism in the East. (VENUTI, 1998, pp. 72-73)

Referências

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento:** Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VENUTI, Lawrence. **The Scandals of Translation:** Towards an Ethics of Difference. Londres. Routledge: 1998.

O terminal de ônibus heterotópico a partir da relação com vendedores ambulantes

*Rosana Roseo Batista*¹

1. Lugares, utopias e heterotopias

Antes que iniciemos uma discussão a respeito da relação que os vendedores ambulantes têm com os terminais de ônibus de Fortaleza e de como esta convivência altera a noção do que representa esse espaço, faremos um breve apanhado dos conceitos de utopia e heterotopia propostos pelo filósofo Michel Foucault, em 14 de março de 1967, em uma conferência no *Cercle d'Études Architecturales*². Nessa ocasião, o autor afirmou que vivemos em espaços heterogêneos, onde são as relações, mais do que a disposição de indivíduos e coisas num ambiente, que delineiam os lugares (FOUCAULT, 1986).

Foucault se diz interessado nos lugares que se relacionam uns com os outros, seja para confirmá-los ou contradizê-los, e os divide em duas categorias: as utopias e as heterotopias. Os espaços utópicos, para o autor, são “lugares que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade. Apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário. Seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irrealis” (FOUCAULT, 1986, p. 80). Assim, os espaços ditos utópicos

¹ Mestranda em Comunicação; Universidade Federal do Ceará; E-mail: rosanappgcom@gmail.com

² A palestra feita por Michel Foucault, na ocasião deste evento, foi transcrita e posteriormente publicada na Revista *Diacritics*, em 1986.

seriam uma forma ideal, com arranjos harmônicos de um lugar qualquer.

Em se tratando do espaço dos terminais de ônibus de Fortaleza, por exemplo, poderíamos crê-los como utópicos se considerássemos unicamente o intuito inicial para o qual eles foram criados, em 1993, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), em parceria com Companhia de Transporte Coletivo S/A (CTC)³. Na época, e ainda hoje se mantém esse objetivo, os terminais eram utilizados para integrar as viagens de ônibus entre si, de modo que os usuários do transporte coletivo não precisassem pagar outra passagem ao transitar de um coletivo para o outro dentro dos terminais de integração. A utopia aqui consiste na ideia de que esses locais existam exclusivamente para esse fim, de modo consensual, como sendo somente um local de passagem. Apesar de compreender os espaços utópicos como irrealis, Foucault vai admitir que alguns deles podem estar situados espaço e temporalmente (FOUCAULT, 2013).

Outro autor que vai tratar do espaço dos terminais de ônibus como locais de passagem é o antropólogo Marc Augé. Ele vai sugerir que esses tipos de espaços criados para a circulação de pessoas não seriam considerados, sequer, lugares e cunhou o termo não-lugares para exemplificá-los. Para o autor, “os não-lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais” (AUGÉ, 1994, p. 36-37). Os não-lugares seriam, portanto, segundo Augé, espaços que não se podem definir como históricos, relacionais ou identitários (AUGÉ, 1994).

Contudo, apesar da concordância desses conceitos que podem (também) definir os terminais de ônibus de Fortaleza, há de se considerar que estes espaços não são mais utilizados apenas

³ Disponível em: <<https://mobilidade.fortaleza.ce.gov.br/transporte/etufor.html>>. Acesso em: 21 de mai. 2019.

pela sua finalidade inicial. Quem faz uso dos transportes coletivos da cidade e, porventura, utiliza algum dos sete terminais integrados (Messejana, Papicu, Siqueira, Parangaba, Lagoa, Antônio Bezerra e Conjunto Ceará) ou dos dois abertos (Praça Coração de Jesus e Praça da Estação), conhece a rotina movimentada, diversificada e, por vezes, caótica desses lugares. Para além de passageiros e empregados das empresas de ônibus, circulam pelos terminais vendedores ambulantes, pedintes, performers, pregadores e, por mais que não haja uma só característica que os identifique, ladrões que se aproveitam da movimentação para furtar os transeuntes mais desatentos.

Considerando essa diversidade de relações que se estabelecem nos corredores dos terminais de ônibus de Fortaleza, deparamo-nos com a necessidade de considerar que esses locais vêm sendo modificados pelos encontros que se dão neles. Precisamos, então, de um referencial teórico que abranja essas mudanças e que – mesmo que não supere os conceitos de utopia e não-lugar, até porque esse não é o intuito deste trabalho e também porque acreditamos que o espaço do terminal de ônibus é híbrido e, portanto, caberiam análises sob variadas óticas para tal fim – ofereça condições que colaborem com a compreensão desse fenômeno. Assim, encontramos no conceito de heterotopia, também proposto por Foucault, uma melhor adequação ao que será analisado mais adiante. Segundo o autor, heterotopias são “lugares que foram desenhados pela própria instituição da sociedade, e que são tipos de contra-localizações, tipos de utopias efetivamente realizadas dentro das quais as localizações reais [...] são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas” (FOUCAULT, 1986, p. 80).

Essas contra-localizações a que o autor se refere podem ser percebidas nos terminais a partir das relações variadas que se desenvolvem dentro desses espaços. Cada pessoa ou grupo, através dos diferentes usos desses locais, é capaz de alterar toda uma configuração proposta pelos agentes oficiais (Estado, iniciativa

privada e suas legislações, no caso dos terminais de ônibus de Fortaleza) e propor uma nova significação desses lugares. Tatiana Ramos vai tratar dessa dualidade de forças nos espaços heterotópicos e apontar esse equilíbrio entre as forças institucionais e aqueles que realmente os utilizam, produzem e reproduzem no espaço (RAMOS, 2010).

São os indivíduos que “verdadeiramente usam” esses locais os que são capazes de reafirmar os usos instituídos oficialmente ou, como será o caso analisado aqui, servir de agentes transformadores da percepção que se tem destes, através das relações que estabelecem entre si. Augé vai dizer que as trocas são capazes de ressignificar os espaços e fazer deles lugares, lugares estes “se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos [...] cujo conteúdo é, ao mesmo tempo, espacial e social” (AUGÉ, 1994, p. 52). Segundo o autor, “o lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores” (AUGÉ, 1994, p. 73) e serão essas as características analisadas da relação que os vendedores ambulantes têm com os terminais de ônibus e de como isso faz desse lugar um espaço heterotópico.

2. Os vendedores ambulantes nos terminais de Fortaleza

Para compreendermos a relação que os vendedores ambulantes têm com os terminais de ônibus de Fortaleza e, conseqüentemente, como esta é capaz de modificar as percepções que se têm desses espaços, é preciso que conheçamos um pouco mais o perfil desses trabalhadores, assim como os contextos em que estão inseridos em sociedade e suas ambições com essa atividade profissional. Isso porque a profissão de vendedor ambulante, além de bastante antiga no país, é muito comum nos grandes centros brasileiros e, para que sobrevivam a todos os percalços colocados para sua continuidade, esses profissionais se adequam constantemente aos cenários que lhe são possíveis.

Não há dados oficiais sobre esses vendedores ambulantes, já que a profissão não é regulamentada. Sendo assim, o perfil socioeconômico, e também físico, destes precisa ser obtido a partir de observações diretas e, ao observarmos atentamente esses trabalhadores, chegaremos às seguintes características: são pessoas jovens e de meia idade, majoritariamente homens, negros e de classes sociais pouco privilegiadas. Em suas grandes sacolas, eles carregam, principalmente, gêneros alimentícios, desde balas, pastilhas, biscoitos de polvilho, até comidas preparadas em casa, como salgadinhos e pasteis. Mas não só. Apesar da intensa fiscalização, produtos falsificados de marcas famosas também podem ser encontrados à venda nos terminais.

O trabalho informal, categoria na qual se insere a venda ambulante, tem sido uma alternativa dos brasileiros para driblar os altos índices de desemprego no país, principalmente em momentos como o atual, em que 13,1 milhões de pessoas estão inclusas nessa condição⁴, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 29 de março de 2019. Em se tratando da cidade de Fortaleza, especificamente, 266 mil indivíduos acima de 14 anos estão fora do mercado de trabalho formal, o que corresponde a 51% do total no Estado do Ceará⁵.

Outros dados importantes que se relacionam com a realidade cotidiana dos vendedores ambulantes é que, segundo essa mesma pesquisa realizada pelo IDT, cerca de 110 mil cearenses estão em trabalhos por conta própria, mas possuem um

⁴ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), a taxa de desemprego no país no primeiro trimestre de 2019 corresponde a 12,4% da população. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/taxa-de-desemprego-sobe-e-fica-em-124-em-fevereiro>>. Acesso em 26 de mai. 2019.

⁵ Dados obtidos a partir de pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT no primeiro trimestre de 2018. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/PortalIDT/arquivos/publicacao/Nota%20T%C3%A9cnica%2001%20-%20Desocupa%C3%A7%C3%A3o%20PNAD_.pdf>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

rendimento médio mensal abaixo de um salário mínimo⁶. Além disso, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) feita em parceria com o IDT revelou que as taxas de desemprego são mais elevadas para as populações negras (13,4%) do que para as não-negras (11,6%)⁷ e também para as mulheres negras e não-negras, em comparação com os homens negros e não-negros⁸. Com isso, podemos entender minimamente o porquê de a grande maioria dos vendedores ambulantes que encontramos nos terminais serem negros, já que este grupo é o mais acentuado quando se trata de taxas de desemprego.

Um exemplo prático desses dados é a história da vendedora ambulante Maria Ivone Freitas de Sousa, uma mulher negra, pobre e moradora do Jardim das Oliveiras, uma região periférica da cidade. Hoje, com 49 anos, realiza essa mesma atividade dentro dos terminais de Fortaleza desde os 30, e um de seus três filhos, Marciano Jorge dos Santos, também a seguiu nessa mesma profissão. Ivone, como prefere ser chamada, se recusou a conversar comigo pessoalmente pois, segundo ela, isso atrapalharia seu dia de trabalho que já é bastante corrido. Mesmo assim, obtive algumas informações por telefone e outras por fontes secundárias, como reportagens em jornais e na internet. Ela conta que seu principal produto de venda atualmente é o “bulim” (um biscoito de goma doce, facilmente encontrado à venda nesses espaços), pois é mais fácil de vender andando pelo terminal.

A trajetória de trabalho de Ivone, assim como a de todos os outros vendedores ambulantes nos terminais, é marcada por

⁶ Segundo essa mesma pesquisa realizada pelo IDT, o rendimento médio mensal dos trabalhadores por conta própria em Fortaleza é de R\$ 868, quando o mínimo estabelecido por lei na época da pesquisa era de R\$ 954.

⁷ Essa pesquisa fez um levantamento comparativo dos anos 2009 a 2016 e foi divulgada em novembro de 2017. Nela, foi possível observar as desigualdades entre as populações negras e não-negras na capital fortalezense, no quesito econômico. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2017/2017pednegrosfor.html>>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

⁸ A população negra foi compreendida, neste estudo, por pretos e pardos e a não-negra, por brancos e amarelos.

muitos conflitos. Em 2002, ela enfrentou uma ação judicial que durou dois anos contra a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (ETUFOR) para garantir o direito de vender no terminal⁹, ao passo que a empresa afirmava não haver espaço para o comércio que ela se propunha a realizar, visto que já existiam os quiosques no local. Contudo, a vendedora obteve sucesso na ação e foi autorizada a vender no terminal da Parangaba, modificando a dinâmica do espaço em que estava inserida. Rodrigo Valverde vai dizer que alterações na estrutura urbana são possíveis quando se trata de espaços heterotópicos, mesmo que ocorram em caráter provisório, já que o conflito ocorre visando o saciamento de um desejo ou necessidade e isso está à mercê de circunstâncias pontuais. (VALVERDE, 2009). Assim, tão logo um objetivo inicial seja alcançado, iniciam-se outros embates.

Uma prova disso é que, ao passo em que lutava pela sua autorização para vender nos terminais de ônibus, Maria Ivone fundou a AVATOF¹⁰, em 12 de setembro de 2002. A instituição sem fins lucrativos, com sede no antigo endereço residencial da vendedora, tinha por finalidade, segundo seu estatuto, a prestação de serviços voltada para a organização, desenvolvimento, defesa e interesses econômicos, sociais e culturais de seus associados, sempre atrelada ao compromisso de incentivo à geração de emprego e renda. Na prática, os 40 associados à AVATOF tinham permissão para vender nos terminais de ônibus desde que obedecessem algumas normas, tais como utilizar farda e crachá, permanecer nos terminais para os quais estavam designados e vender apenas gêneros alimentícios e artesanato.

⁹ Essa informação foi obtida no Jornal Sob Pressão, desenvolvido pelos alunos do curso de Jornalismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em junho de 2015. Disponível em: <http://portaldonic.com.br/jornalismo/wp-content/uploads/2018/04/Jornal_Sobpressao_40.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

¹⁰ A associação possui um site em que contém o estatuto da instituição, bem como a lista de vendedores associados na época de sua criação. Disponível em: <<http://www.avatof.xpg.com.br/index.html>>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

Assim, durante muitos anos, os vendedores ambulantes estiveram amparados legalmente para exercer sua atividade, mesmo que ela divida opiniões dos transeuntes que, ora compram os produtos desses trabalhadores, ora reclamam da presença deles no espaço. De um modo ou de outro, é inegável que a presença dos vendedores afeta a dinâmica do lugar, já que é impossível não os notar, dada a sua quantidade e características comuns. De acordo com Rodrigo Valverde, “todo esforço em definir arranjos espaciais é voltado para suprir elementos à vida cotidiana, ainda que tais arranjos se concretizem em detrimento de um equilíbrio em relação aos atores ou a ordem pública” (VALVERDE, 2009, p. 22). O autor ainda vai chamar atenção para o caráter informal e temporário desses agrupamentos e afirma que, na medida em que “os atores sociais ganham maior consciência de si mesmos e promovem uma auto-regulação, deixa-se claro que o que está em jogo são as necessidades de cada um dos atores, e não um interesse coletivo” (idem, p. 25).

Essa luta individual pelos interesses de cada um dos atores torna-se evidente no momento em que a associação é extinta, 15 anos depois de sua fundação. Isso ocorreu porque no dia 18 de julho de 2017, a Prefeitura de Fortaleza, por meio da portaria nº 86, passou a proibir a entrada e circulação de mendigos, mascates ou vadios nas dependências dos terminais de ônibus do município, sob a pena por infração aos artigos 59, 61 e 62 da Lei de Contravenções Penais¹¹. Ao conversar com Maria Ivone sobre a proibição, ela delega a responsabilidade dessa decisão à Socicam, a empresa privada que administra os terminais de ônibus de Fortaleza. Segundo a vendedora, foi após a privatização dos terminais que eles foram expulsos do local, mesmo que estivessem organizados sindicalmente.

¹¹ Disponível em: <<http://apps.fortaleza.ce.gov.br/diariooficial/downloaddiario.php?objectId=workspace://SpacesStore/aef3e493-0510-4715-9c41-831ee4221fdf;1.0&numero=16060>>. Acesso em: 27 de mai. 2019.

Apesar da proibição e da extinção da AVATOF, os vendedores ambulantes ainda permanecem nos terminais de ônibus, só que agora de modo ilegal e com eventuais represálias do poder público, situações em que seus produtos são apreendidos e eles são multados. Mesmo assim, Maria Ivone disse estar recorrendo da decisão da Prefeitura na Justiça, e seu filho Marciano relatou que os vendedores ambulantes eventualmente se encontram na casa da mãe para tentar se articular. Segundo ele, mesmo que de modo clandestino, cada terminal de ônibus possui um líder, sendo ele o do Parangaba e Maria Ivone a do Papicu. Rodrigo Valverde vai dizer que os espaços heterotópicos renovam seus arranjos de organização socioespacial de modo informal, mesmo que encontrem barreiras no poder público e estejam à margem da política (VALVERDE, 2009).

Contudo, independentemente da existência, ou não, de organizações sindicais, são evidentes as transformações socioespaciais ocorridas nos terminais de ônibus de Fortaleza, ocasionadas pela presença dos vendedores ambulantes neles. A utopia de um espaço exclusivo para inícios e fins de viagens foi contestada não só, mas também pela atuação desses trabalhadores, que, inconscientemente, inseriram esses locais nos cinco princípios dos espaços heterotópicos elencados por Foucault. O autor vai falar sobre eles na conferência do *Cercle d'Études Architecturales*, em 1967, e nós discutiremos mais adiante a correlação entre eles e os terminais de ônibus que, diariamente, os recebem.

3. O terminal de ônibus heterotópico

Durante a conferência do *Cercle d'Études Architecturales*, em 1967, Foucault sugeriu a possibilidade de um estudo sistematizado das heterotopias. Segundo ele, não seria o caso de criar uma ciência, mas uma descrição detalhada de algumas características básicas presentes em heterotopias de qualquer sociedade, seja ela qual for. A essa sistematização, ele deu o nome de heterotopologia

(FOUCAULT, 1986) e elencou cinco princípios básicos que facilitam a análise, a descrição e a leitura desses contra-lugares. Nesta parte da discussão, relacionaremos essas noções aos terminais de ônibus de Fortaleza para compreender como os vendedores ambulantes têm participação nesse processo de transformação de utopias em heterotopias.

O primeiro princípio elencado por Foucault para os espaços heterotópicos foi o de que “não há nenhuma cultura no mundo que não deixe de criar as suas heterotopias. É uma constante de qualquer e todo o grupo humano. As heterotopias assumem variadíssimas formas e não se poderá encontrar uma única forma universal de heterotopia” (FOUCAULT, 1986, p. 80). Já a priori, podemos identificar duas características que dividem esse princípio em dois subprincípios: o de que não há sociedade que não crie suas heterotopias e de que elas não têm um formato universal. Sendo assim, desde que um determinado espaço cause “contestações, fragmentações e inversões de regras devido aos seus conflitos” (VALVERDE, 2009, p. 11), ele já seria classificado como heterotópico. Sendo assim, os terminais de ônibus estariam inseridos nessa classificação graças aos diferentes usos que são feitos de seus espaços. Obviamente, não poderíamos creditar essa mudança de percepção do local apenas aos vendedores ambulantes, pois este é disputado por vários indivíduos e interesses. Contudo, precisamos considerar que são esses trabalhadores os que estão à frente de lutas, até certo ponto, organizadas, em prol da utilização dos terminais para além de inícios, meios e fins de viagens.

O segundo princípio levantado é “cada heterotopia tem uma função determinada e precisa na sua sociedade, e essa mesma heterotopia pode, de acordo sincrônico com a cultura em que se insere, assumir uma outra função qualquer (FOUCAULT, 1986, p. 81). Aqui, o fator cultural é primordial para a compreensão do conceito e isso é comprovado se observarmos a realidade dos países sul-americanos, por exemplo, onde os trabalhos informais

existem como alternativas aos altos índices de desemprego e desigualdade social. Logo, os espaços públicos dessas localidades facilmente são transformados em grandes feiras livres, modificando quase que completamente suas dinâmicas. No Brasil, a presença de vendedores ambulantes nos terminais rodoviários é uma realidade cotidiana em todas as capitais brasileiras, já que são nelas que se concentra a maior parte da população em idade produtiva e, com a incapacidade do Estado de oferecer oportunidades de trabalho para todos, os indivíduos recorrem a alternativas empregatícias paralelas para sobreviver, mesmo que precisem agir na ilegalidade. Assim ocorre na cidade de Fortaleza, onde os índices de emprego estão em baixa, ao passo em que são reprimidos os trabalhos informais nos espaços públicos.

O terceiro princípio do espaço heterotópico diz respeito à materialização dele e afirma que “a heterotopia consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários lugares que por si só seriam incompatíveis” (FOUCAULT, 1986, p. 82), e esse é um dos aspectos melhor percebido quando tratamos dos terminais de ônibus como um local heterotópico. Isso porque dedicamos toda uma discussão para apresentar como este é modificado pelas relações que tem com os vendedores, mas não podemos deixar de apresentar que suas funções originais permanecem, embora não intactas. Dessa forma, apesar de ser o palco de grandes conflitos entre as forças institucionais e aqueles que fazem de seus corredores um comércio informal, o terminal de ônibus jamais perdeu sua característica de um local de passagem. Pelo contrário, essas funções coexistem, mesmo que de forma antagônica. Se tratarmos essa dualidade pela ótica de Augé, considerando a classificação de lugares e não-lugares, ele vai nos apresentar que estes misturam-se, interpenetram-se (AUGÉ, 1994) e vai admitir que não há, necessariamente, uma hierarquia de classificação, pois o não-lugar de uns pode ser considerado o lugar de outros (AUGÉ, 2006). Assim, mesmo com a presença de vendedores, pedintes, performers, policiamento e tantos outros atores sociais, para

muitos usuários aqueles espaços nada mais são do que seus destinos finais ou espaços de transição.

O quarto princípio trata da relação espaço-tempo e diz que “as heterotopias estão ligadas a pequenos momentos, pequenas parcelas do tempo - estão intimamente ligadas àquilo que chamarei, a bem da simetria, heterocronias” (FOUCAULT, 1986, p. 82). Aqui, se levarmos em consideração o contexto socioeconômico em que estão inseridos os vendedores ambulantes, veremos que a ocupação e, inevitável, transformação do espaço público se dá no intuito de preencher uma lacuna aberta pela não-inserção destes indivíduos no mercado de trabalho formal. Assim, essa relação heterocrônica pode ser evidenciada quando eles afirmam se tratar de uma alternativa temporária encontrada para sobreviver, ou então ao observarmos o estatuto da AVATOF, que diz claramente que a associação pode deixar de existir a qualquer momento (capítulo IV, artigo 3)¹². O professor Rodrigo Valverde vai explicar que os espaços heterotópicos não estão preocupados com a sustentabilidade ou durabilidade de seus arranjos, já que eles admitem que se desenrolam de modo temporário, visando suprir elementos da vida cotidiana (VALVERDE, 2009). Logo, tem-se a possibilidade de que essa relação entre os vendedores e os terminais pode deixar de existir a qualquer momento, visto que é caracterizada como efêmera e condicional.

Por fim, o quinto e último princípio levantado por Foucault diz que “as heterotopias pressupõem um sistema de abertura e encerramento que as torna tanto herméticas como penetráveis. Geralmente, uma heterotopia não é acessível tal qual um lugar público” (FOUCAULT, 1986, p. 83). Essa característica dialoga bastante com o terceiro princípio e, para isso, basta que consideremos as diferentes e, também, conectadas relações que são possíveis haver com o mesmo espaço. Assim, não basta apenas que entremos nos terminais de ônibus para que façamos parte de sua

¹² Estatuto da AVATOF. Disponível em: <www.avatof.xpg.com.br/7.html>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

heterotopia. Um passageiro apressado pode facilmente transitar por todos os corredores dos terminais e não vivenciar nenhuma outra experiência além da de esperar por seu transporte e seguir viagem. Ao passo que um transeunte mais observador, mesmo que chegue na intenção de tomar um ônibus, pode se envolver com uma série de acontecimentos cotidianos dos terminais, tal qual a venda de “bulim”, e acabar por se deter mais alguns instantes. Desse modo, é preciso considerar que os espaços heterotópicos estão postos de uma forma em que não há um modo único de adentrá-los ou sair deles. Tudo depende da relação que se estabelece com o espaço em que o indivíduo se insere. Foucault vai dizer que há heterotopias que constituem pura e simples abertura, em que todos podem entrar, mas ao fazerem, veem que não entraram em parte alguma, pois elas possuem a propriedade de nos manter de fora (FOUCAULT, 2013). Assim são os terminais de ônibus heterotópicos: para conhecê-los é preciso buscar por eles, mas com a consciência de que eles dividem seus espaços com a utopia de um local de passagem.

Considerações finais

Por tudo o que foi posto, podemos reconhecer os terminais de ônibus de Fortaleza como espaços heterotópicos e indicar que essa condição se dá, principalmente, pela existência do trabalho de vendedores ambulantes em seus corredores. Isso porque o local foi concebido a partir de uma necessidade de locomoção identificada em determinado momento histórico da cidade e, mesmo que hoje desempenhe sua função rodoviária, ele também se tornou um espaço de convivência para todos os seus usuários e de trabalho para os profissionais em questão. Ao se estabelecerem entre os passageiros e seus transportes, esses trabalhadores alteram toda a dinâmica do local, tanto para si, ao fazerem de um local de passagem o espaço do seu trabalho, quanto para os demais, que

agora precisam lidar com a presença de suas mercadorias, gostando ou não de dividir terreno com elas.

Importante salientar também que, apesar de a presença dos vendedores modificar toda a dinâmica do trânsito e da convivência nos terminais de ônibus de Fortaleza, essa alteração dos espaços não chega para todos os que estão presentes neles. Isso porque, como vimos nos princípios das heterotopias indicadas por Foucault, é necessário que os indivíduos busquem adentrar nessas contra-localizações para que elas sejam efetivamente realizadas, já que não existe um ponto específico dos locais que se possa indicar como utopias e heterotopias. Elas simplesmente coexistem. Augé defende algo semelhante quando diz que os lugares (espaços de convivência, com relações, identidade e história) e os não-lugares (locais de passagem, baseados em relações comerciais) não precisam, necessariamente, se anularem entre si, mas que eles podem, e muitas vezes o fazem, se interpenetrar, e que são as relações entre os indivíduos e as espacialidades que definirão a classificação dessas localizações. Logo, o não-lugar de uns pode ser o lugar de outros.

Por fim, para além da relação entre indivíduos e espaços, o fator temporal é extremamente importante para a definição de locais como sendo heterotópicos. Como apresentado por Foucault, as heterotopias são condicionadas pelo tempo em que estão inseridas e, mais uma vez, isso se comprova no diálogo entre vendedores ambulantes e terminais de ônibus. Esses trabalhadores, segundo dados de institutos de pesquisas e entrevistas, mantêm essa profissão marginalizada e ilegal por não conseguirem uma colocação nos espaços formais de trabalho, seja pela baixa escolaridade, pela falta de experiência, por não atenderem aos pré-requisitos ou, até mesmo, por questões raciais veladas. Sendo assim, eles preferem ter um emprego informal e temporário, do que sucumbir ao mundo da criminalidade, por exemplo. Contudo, é preciso ter em mente que tão logo eles consigam um emprego de carteira assinada ou sejam expulsos dos

terminais pelas instituições estatais e privadas que gerenciam o espaço, a profissão deixa de existir nesses locais. O fator temporal, e temporário, é tão evidente que, mesmo quando estavam articulados através de uma associação, eles tinham em seu estatuto que poderiam precisar abandonar seus postos de trabalho a qualquer momento.

Com todas essas características em mente, podemos afirmar que os terminais de ônibus de Fortaleza são localizações heterotópicas, pois as relações que se estabelecem e se mantêm em seus espaços são, mesmo que de modo temporário e involuntário, responsáveis pela modificação física e sensorial deles. Além disso, é preciso ter em mente que essa é uma condição socioespacial que não abrange todos os seus usuários e que não permite que seja previsto a sua duração ou alcance. Fenômeno semelhante também ocorre com os transportes coletivos, mas que carece de uma análise mais detalhada em trabalhos posteriores.

Referências

ABDALA, Victor. **Taxa de desemprego sobe e fica em 12,4% em fevereiro.**

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/taxa-de-desemprego-sobe-e-fica-em-124-em-fevereiro>>. Acesso em: 26 de mai. 2019.

ACUÑA, Janina; NETO, João. **Vivendo do comércio nos ônibus.** Jornal Sob

Pressão, ano 11, n. 40, jun./2015. Disponível em: <http://portaldonic.com.br/jornalismo/wp-content/uploads/2018/04/Jornal_Sobpressao_40.pdf>.

Acesso em: 15 de mai. 2019.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução à uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papyrus, 1994.

AUGÉ, Marc. **Para que vivemos?** Lisboa: 90 Graus, 2006.

AVATOF. **Estatuto da AVATOF.** Disponível em: <<http://www.avatof.xpg.com.br/7.html>>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. **Portaria nº 86/2017**. Disponível em: <<http://apps.fortaleza.ce.gov.br/diariooficial/downloaddiario.php?objectId=workspace://SpacesStore/aef3e493-0510-4715-9c41-831ee4221fdf;1.0&numero=16060>>. Acesso em: 27 de mai. 2019.

FOUCAULT, Michel. **“Of other spaces”**. Tradução: Pedro Moura. Diacritics, v.16, no.1. Baltimore, 1986.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições, 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO. **Rendimento médio real mantém relativa estabilidade e desemprego volta a crescer no Ceará, no primeiro trimestre de 2018**. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/PortalIDT/arquivos/publicacao/Nota%20T%C3%A9cnica%2001%20-%20Desocupa%C3%A7%C3%A3o%20PNAD_.pdf>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Etufor**. Disponível em: <<https://mobilidade.fortaleza.ce.gov.br/transporte/etufor.html>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro. **Polis Revista Latinoamericana [online]**, 27, 2010.

SISTEMA DE EMPREGO E DESEMPREGO. **Com crise, desigualdade entre negros e não-negros aumentam pelo segundo ano consecutivo na RMF**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/2017/2017pednegrosfor.html>>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **Sobre espaço público e heterotopia**. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 7-26, jul. /dez. 2009.

Análise sobre uma biblioteca livre e o seu potencial de transformação social

Maria Luíza Viana de Aquino ¹

1 Introdução

“Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância” é a primeira missão elencada no Manifesto² da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, datado de 1994, em uma relação de 12 itens que devem orientar as ações destas instituições e dos organismos envolvidos neste tipo de trabalho.

Numa outra parte do documento, a possibilidade de transformações sociais é posta como dependente do acesso à informação por parte das populações mais pobres. Tal afirmação demonstra a importância que envolve disponibilizar, de forma estruturada e fácil, o acesso a conteúdos.

A UNESCO é um organismo internacional que acompanha as transformações sociais e tenta orientar as gestões internacionais quanto aos melhores caminhos a serem traçados para as suas populações.

Alguns indivíduos em suas rotinas ordinárias, mesmo alheios a regras e instituições macrossociais, alimentam em si o propósito de ser vetor de mudanças em sua comunidade. Por isso, tomam iniciativas aparentemente simples, mas que, na verdade, preenchem

¹ Mestranda; Programa de Pós Graduação em Comunicação – UFC; malu_vianaaquino@hotmail.com

² <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acessado em 26 de junho de 2019.

lacunas nos espaços públicos e suprem seus grupos de matéria prima tangível ou intangível indispensável para a transformação social.

Foi este aspecto da Livro Livre Curió que despertou o meu interesse para produzir esse trabalho. Uma iniciativa que precisava mobilizar um grupo considerável de pessoas e motivá-las a agir, que depende de constantes esforços para manter uma estrutura mínima em funcionamento e que tenta se tornar viável, autogerido e, mais do que isso, abraçado pela comunidade onde está.

Essas atividades não são simples mesmo para iniciativas administradas pelo poder público. Quando se percebe isso por parte de pessoas físicas, geradas por ações individuais, fica mais impressionante e interessante de ser estudado.

O presente artigo é resultado de um início de pesquisa etnográfica sobre essa experiência e o esforço empregado por um grupo de indivíduos para tornar real e autossustentada uma proposta diferente de socialização da literatura.

As teorias utilizadas para analisar essa experiência e o seu impacto na comunidade onde está inserida dá pistas de um caminho difuso mas promissor quanto aos resultados possíveis. Se essas expectativas se concretizarão, somente o tempo poderá dizer.

2 Como surgiu

Meu primeiro contato com o Talles Azigon, fundador do LLC³, foi em um Clube de Leitura de uma Cafeteria de Fortaleza. Chamou-me atenção aquele rapaz articulado, que conversava com várias pessoas sobre obras da literatura das mais variadas. Posteriormente, adicionei ele em minha rede social e passei a acompanhar sua rotina, que estava sempre preenchida por atividades ligadas à literatura, seja eventos ou produções pessoais.

Algum tempo depois, recebi um convite virtual seu nesta mesma rede social para seguir a página de uma biblioteca que ele

³ Para fins deste trabalho, a biblioteca Livro Livre Curió será nomeada com a sigla LLC, formada com as iniciais do nome.

estava montando no bairro onde mora, o Curió, e que funcionaria de maneira aberta, sem grandes controles quanto a empréstimo e devolução. O acervo seria constituído a partir de doações organizando no seu bairro e se chamaria Livro Livre Curió.

A LLC é cria do Talles, mas a iniciativa de compartilhar livros de forma aberta e espontânea com quem se interessasse surgiu, em Fortaleza, através de uma outra pessoa. Annita Moura, psicóloga e amante dos livros, tomou conhecimento de uma iniciativa como essa durante o tempo em que viveu na cidade de Brasília.

Durante seu período de estadia na cidade, aproximou-se de um movimento que consistia em disponibilizar livros a quem estivesse interessado na leitura sem a necessidade de registro dessas pessoas ou controle quanto à devolução. Essa ação acontecia em um açougue da cidade e chamava-se Açougue Cultura.

Voltando a Fortaleza, Annita Moura começou um movimento chamado Livro Livre CE, primeiro deixando exemplares em lugares aleatórios da cidade para que os passantes pudessem pegá-los e, depois, organizando uma biblioteca livre num pet shop, projeto chamado Garrateca Biblioteca Livre.

Talles e Annita se conheceram durante uma oficina de produção de eventos literários ministrado por ele. Na ocasião, ela relatou sua experiência e despertou o interesse dele por fazer algo parecido.

Talles aproveitou seu aniversário, dia 31 de março de 2018, e pediu aos amigos que ao invés de presentes dessem livros para a formação de uma biblioteca livre. Uma amiga sua soube da iniciativa e ofereceu uma estante para ajudar na organização do acervo. E, assim, surgiu o primeiro espaço da LLC, uma estante repleta de exemplares na sala de visitas da casa do Talles.

Um segundo espaço foi constituído posteriormente, a uma quadra de distância da casa do Talles. Neste espaço, uma casa alugada, mais estruturado e mantido através de um rodízio de pessoas, amigos do Talles, que se responsabilizam pela organização e limpeza, há mais livros em três estantes, uma mesa de estudos

guarnecida de canetas e papéis, um cômodo com recursos áudio visuais, como TV e DVD, outro cômodo que funciona como despensa, além de um quintal amplo utilizado para reproduções de audiovisuais e eventos diversos.

A LLC tem também um perfil na rede social Instagram, onde costuma serem divulgados os novos livros que chegam na casa, fotos com visitantes do projeto, cobertura de eventos onde o Talles e o grupo de organizadores comparecem, além de conteúdos diversos sobre o universo literário.

Este é um projeto que não nasceu por acaso, parido por alguém que teve um insight repentino. Talles Azigon, o organizador, participa da cena literária cearense há algum tempo e em diversos espaços, como a presença em clubes literários e a gestão de uma editora.

Todos esses fatos fazem da LLC um caso que pode ser estudado a partir de diversas perspectivas, todas elas vislumbrando a possibilidade de que indivíduos ajam de maneira difusa no intuito de gerar mudanças conjunturais em seus meios. Por isso, vale a pena debruçar-se sobre isso.

3 Primeiro contato

Nossa primeira conversa se deu na cozinha da casa do Talles, sentados à mesa e tomando um café recém passado, enquanto sua mãe cuidava da limpeza do espaço e o seu namorado preparava o almoço.

Depois que me apresentei como estudante de Mestrado e expliquei brevemente meu objetivo com aquela visita, dona Rita, sua mãe, tomou a palavra. Desejou-me boas vindas, que eu tivesse um bom resultado com a minha entrevista e explicou a LLC era uma tentativa de melhorar a realidade daquele local, “fazendo algo acontecer em relação à literatura”, conforme suas palavras. Tudo se tratava de “um esforço em prol da cultura.”

Chamou-me atenção o seu movimento de iniciar a conversa sobre o projeto, pois deu indícios de que ela possuía um papel naquilo tudo. No mínimo, estava ali a matriarca, a patrona, apresentando a si e ao empreendimento. E ao relatar um pouco de sua trajetória, pude compreender o como e o porquê de ter surgido ali naquele grupo uma biblioteca livre.

Dona Rita foi educadora infantil numa creche estadual, no bairro Alto da Paz, região da Granja Lisboa, em Fortaleza. Na época, década de 80, Talles estudou nessa escola e, lá, teve o aprendeu a ler. Foi nesse espaço que ele teve os primeiros estímulos do que, posteriormente, se transformaria em amor à literatura.

A avó materna de Talles morava no bairro Maraponga, região que se formou através de ocupações de terrenos. Lá, ela mantinha um bar e, nesse ambiente de grande socialização, havia sempre muitos “causos” sendo contados tanto da senhora quanto de seus frequentadores. Formava-se então, o ambiente fértil para o apaixonamento desta família pelas histórias.

4 Talles Azigon

O protagonista desta história explica seu interesse pela literatura como consequência de uma avó que gostava de contar e ouvir histórias, de uma mãe educadora, de uma escola que possibilitou aos alunos do ensino fundamental participar da criação da sua biblioteca e do contato com os livros da Coleção Vagalume, popular nos anos 80.

Estes foram os fatos elencados por ele na primeira conversa que tivemos, para justificar sua paixão pelos livros, a sua escolha em atuar na cena literária cearense e seu consequente esforço em constituir a LLC. Mas fiquei a perguntar-me se estava diante de alguém fruto do seu meio ou de um literário nato que se dedicou a juntar os pontos disponíveis para trazer a tona uma subjetividade latente.

Durante a apresentação, expliquei que aquilo se tratava de uma entrevista para a produção de um artigo que precisava apresentar uma minoria organizada, assim como teorizar e problematizar a atuação desta. O termo minoria lhe causou e ele iniciou sua fala dizendo que era necessário “atentar para o que as palavras significam”.

Considereei inadequado iniciar a conversa que seria base para a produção deste artigo com uma discussão sobre minorias, posto que poderia enfraquecer a empatia ainda em construção e desviaria o foco do que interessava, que era compreender a gênese e a gestão do projeto. Porém, em sua fala Talles demonstrou ter propriedade para debater não apenas literatura: “somos uma maioria que é minorizada. Há um projeto político de nos minorizar. Mas não somos.”

A atuação de Talles na cena literária cearense é um aspecto importante para se compreender a LLC. Ele é escritor, editor, frequentador de grupos de leitura, produtor de eventos literários e organizador de oficinas sobre o assunto, tanto no Estado do Ceará como fora dele.

As oficinas surgiram como oportunidade de negócio, pois há uma visível popularização dos clubes de leitura desde as últimas edições da Bienal do Livro de Fortaleza mas poucas pessoas qualificadas para atuar especificamente nesse segmento, que exige mais espaços de interação do que outros eventos culturais, como de dança e de música.

Talles também é escritor e editor. A Substância, sua editora em parceria com alguns amigos, publica literatura contemporânea, ensaios sobre arte, traduções e outras obras “que forem interessantes”, em suas palavras.

Consta na sua trajetória a passagem pela graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, custo que ele não concluiu e acabou jubilado por faltas. Questionei o porquê desse fato, que julguei um contrassenso, e tive como resposta uma crítica contundente sobre a rigidez da formação acadêmica.

“Eu sempre fiz muita coisa, dentro do campo da arte também. E aí, quando eu tava na universidade, tipo, tinha aula de segunda a sexta, cinco disciplinas, eu ficava pensando que eu tava perdendo muito tempo, porque o tempo que eu tava ali eu podia tá fazendo outra coisa. E aí, tipo, perder tempo para algumas disciplinas totalmente irrelevantes, e com professores péssimos, com visões ultrapassadas. O curso de letras é muito ruim assim da UFC... é parado no tempo. Agora é que tem uma Suênia Honorato, que tem um Atílio Bergman, que tem um outro professor que são mais, que têm uma visão mais atual, contemporânea e interessante. Mas na época que eu fiz tinha pouco professor que me interessava como ideia, como conteúdo.”

Conversamos também sobre a popularização dos grupos de leitura e sua participação neles. Seu objetivo é se atualizar e aprimorar as habilidades de curador de conteúdo literário. E sobre o grande número de espaços para leitura e discussão de obras (ele frequenta os da Livraria Lamarca, Cafeteria Sublime, Clube de Leituras da Bel, Picnic Literário da UFC, Clube de Poesia do Pablo – Bandileitores), ele os percebe como um sintoma do desenvolvimento do mercado literário e, também, da carência da relação que seria típica da contemporaneidade, uma “sociedade cada vez mais carente de vínculos mais fracos”.

Para compreender a importância do projeto, vale a pena também dar uma olhada na comunidade onde ele foi constituído. Ao pesquisar sobre o bairro no Google, me deparo com duas matérias que demonstram extremos de uma mesma realidade. Na primeira matéria, encontro o depoimento de moradores sobre a tranquilidade de uma comunidade que conserva hábitos de municípios do interior, com muita convivência na rua entre vizinhos.

Há também a descrição de um lugar bucólico, com muitas árvores tanto nos espaços públicos como no terreno das casas, pedaço de Mata Atlântica ainda conversado e algumas lagoas próximas, apesar de não estarem disponíveis para banho no momento por causa da poluição.

Encontro, também, diversos relatos sobre uma chacina que aconteceu na região no ano de 2015, quando 11 pessoas foram assinadas por um grupo de policiais militares e cuja motivação até hoje não foi explicitada.

Esse acontecimento marcou a história do bairro como um estigma, e modificou o imaginário bucólico que antes ele possuía.

5 O projeto

“Uma biblioteca livre não tem cadastro, ela não tem registro, você não precisa preencher nenhuma ficha, e você não precisa devolver o livro num prazo determinado. Tipo você lê durante o tempo que precisa pra ler o livro, e aí você devolve na prateleira da biblioteca livre e, se o caso, passa o livro adiante se achar que outra pessoa se interessa em ler também.”

A ideia de uma biblioteca livre tem em comum com um espaço padrão apenas os exemplares disponíveis. O restante do funcionamento é diverso, ainda que o objetivo de difundir a leitura esteja presente no propósito do espaço.

Os livros dispostos nas prateleiras podem ser pegos por qualquer pessoa, sem a necessidade de que a mesma se cadastre ou forneça qualquer tipo de documentação. Também não há um acompanhamento sobre o tempo em que o leitor estará de posse do livro, podendo devolver a qualquer momento, ou mesmo não devolver. Na verdade, seria até mais interessante se aquele exemplar fosse passado para outras pessoas e, assim, circulasse ao máximo. “Não manter a leitura presa”, nas palavras de Talles.

O único registro pedido gentilmente que o visitante faça é um traço numa folha presa fixada na parede, para que, posteriormente, os organizadores possam fazer a contagem das visitas ao final do mês.

Enquanto conversávamos na cozinha, que fica no fundo da casa, uma turma de pré-adolescentes entrou na sala, cumprimentou a família com um grito e pegou alguns livros.

A concepção do projeto tem a premissa de construir uma biblioteca difusora de uma leitura sem barreiras, empecilhos ou dificuldades, de forma a garantir que o termo livre seja empregado em sua pureza semântica.

Talles relatou nunca ter havido comprometimento do acervo. Na verdade, a doação de livros é uma constante, além de haver campanhas de arrecadação através do perfil no Instagram com frequência. Além disso, ele percebe que mais da metade dos livros costumam ser devolvidos, alguns exemplares tendo retornado à casa mais de 4 vezes, de acordo com sua memória.

Alguns livros circulam entre os alunos das escolas do bairro. Essa informação foi repassada pelos pais das crianças, moradores do bairro, que estão sempre indo e vindo na rua da biblioteca.

A biblioteca funciona em dois espaços. O primeiro a ser constituído foi a estante na sala da casa da família (foto anexa). O segundo é uma casa alugada a uma quadra de distância.

Nesse espaço, bem estruturado, há uma mesa grande para estudos, mais três estantes, um quintal usado para projetar filmes e fazer eventos, uma sala nos fundos com equipamento audiovisual e uma saleta lateral que funciona como despensa.

Atualmente, a gestão do espaço é feita pessoalmente pelo Talles seu namorado e um pequeno grupo de amigos (ele não precisou a quantidade, mas percebi algo em torno de 4 pessoas). Há o desejo de que os espaços sejam sustentáveis, autogeridos com a presença da comunidade nessa função.

O grupo encara a iniciativa como de um grande potencial de engajamento popular, porém ainda é necessário que arquem com a maior parte dos custos, especialmente Talles e sua mãe. Além deles, existe um grupo de cerca de 50 pessoas que doam mensalmente 10 reais para o caixa da instituição. O ideal seria 200 colaboradores.

Questionei ao Talles a possibilidade de haver uma campanha de arrecadação colaborativa, nos moldes do que o site Catarse possibilita. Contudo, seu entendimento é de que ainda não há uma

cultura do financiamento coletivo no Ceará, ao contrário do que já acontece de forma consistente no Sul e Sudeste do país, região onde vivem os organizadores do site citado.

No momento, é mais importante para ele que haja um processo de conscientização consistente por parte daquela comunidade. O resultado disso, em sua visão, é que logo a importância da biblioteca estará clara para os moradores do bairro e estes se aproximariam do projeto de forma mais natural, além de se abrirem a possibilidade de mudança da sua realidade.

Para divulgação das atividades do projeto, o principal meio de comunicação utilizado é o perfil da LLC na rede social Instagram. No dia 26 de junho, havia 1.348 seguidores.

Costuma haver ao menos uma postagem por dia e o conteúdo se refere a atividades diversificadas relacionadas ao projeto, tanto no espaço da sede como fora, em eventos envolvendo literatura. Há também conteúdos sendo produzidos e postados na ferramenta IGTV, em especial vídeos abordando o tema mediação de leituras.

A LLC também edita e imprime um jornal local chamado Folha Curió com informações sobre o bairro.

A publicação constante de conteúdos tanto na rede social como as edições do Folha Curió mantém vivo o projeto para um público que não frequenta o local, mas que legitima o movimento por ser consumidor de literatura.

Os posts costumam mostrar tanto os visitantes do espaço como também a presença de Talles e do grupo em eventos literários diversos, além de registrar as novas doações, mostrando a amplitude do impacto causado pelo projeto, mesmo situado num bairro de periferia.

6 Reflexões teóricas

O esforço em disponibilizar à sociedade informações relevantes, que podem provocar mudanças em sua realidade,

costuma ser escopo de ações do poder público, ou, no mínimo, de grupos institucionalizados, cujo trabalho é construído a partir de verbas de planejamentos consistentes e perenes.

Ao deparar-me com uma ação que envolve responsabilidades pretensamente governamentais, organização profissional e planos de futuro, como é o caso da LLC, tive a atenção imediatamente capturada. Há aqui, certamente, algo diferente acontecendo.

Este tipo de ação difusa e local, ao mesmo tempo, tem sido estudado por diversos campos epistemológicos. Um conceito que fornece subsídios para compreender essa realidade é o de comunidades criativas.

Manzini observa que as mudanças sociais rumo a construção de vidas sustentáveis requer um processo de aprendizagem que possibilite aos indivíduos a assimilação e implementação de novas formas de estar em sociedade.

Para isso, será essencial haver uma diversidade de iniciativas locais que rompam com os padrões consolidados de comportamento para que novas maneiras de atuar e de pensar sejam possíveis e assim, novas respostas a problemas coletivos surjam.

Ainda que de maneira difusa e sem a expectativa de serem perenes, essas inovações nas respostas aos desafios rotineiros abrem espaço para rompimentos com modelos passados. Sua condição é essa mesma, a da experimentação.

“O conjunto da sociedade contemporânea, em sua complexidade e contraditoriedade, pode ser visto como um imenso *laboratório de ideias* para a vida cotidiana, onde modos de ser e de fazer se desdobram em novas questões e respostas inéditas. Isso corresponde exatamente ao que acabamos de definir com o termo *inovação social*: mudanças no modo como indivíduos ou comunidades agem para resolver seus problemas ou criar novas oportunidades” (MANZINI, 2008, p. 62)

Startups como Uber, cuja essência do serviço é a disposição de um proprietário de veículo, não profissional do transporte, em alugar

um espaço inutilizado no seu tempo/bem a terceiros, e AirBNB, mesmo raciocínio com o aluguel de espaços, são iniciativas como estas que deram certo, soluções para problemas cotidianos que envolviam mudanças de comportamento a partir de matéria prima e tecnologia já existente, por mais que posteriormente tenha sido desenvolvido novos aparatos necessários a um melhor desempenho.

A LLC, enquanto comunidade criativa, recria a práxis de uma instituição tradicional, que se desenvolveu junto com a sociedade como a conhecemos, mas que se propõe acessível, desburocratizada, pois o problema, a transformação de uma realidade de pobreza e violência, tornava necessário tirar qualquer tipo de barreira que suscitasse o distanciamento daqueles indivíduos.

O trabalho estava além do modelo tradicional de disponibilização da informação. Era necessário desenvolver empatia em relação àquela comunidade, antes mesmo de incentivá-la ao hábito da leitura. Somente a confiança de que a intenção era positiva e o resultado também poderia por parte daqueles indivíduos traria alguma possibilidade de sucesso à iniciativa.

Vemos no seu criador, Talles Azigon, a ocorrência do que Manzini chama de cidadão colaborativo, grupo de pessoas que colaborativamente resolvem problemas ou abrem novas possibilidades (e que novamente tornam-se coprodutores dos resultados obtidos).

Enquanto visitava a casa alugada, entraram dois meninos, moradores do bairro, para pegar livros. Tinham em torno de oito anos cada um e relataram ir frequentemente até o local para deixar o que pegaram antes e escolher exemplares novos. Um deles confessou não saber ler muito bem, mas que se divertia vendo as figuras.

A biblioteca preenche o tempo de lazer daquelas crianças e reconfigura o significado de um artefato relacionado ao ambiente escolar, mas que passa a fazer parte de um outro momento da sua rotina. Ao terem contato com essa mesma tecnologia na hora de se

divertirem, vê-se surgir novas possibilidades de subjetividades naqueles pequenos sujeitos, agora leitores.

Essas novas subjetivações são também objetivo da LLC, que pretende criar um universo de leitores. Tal pretensão aproxima a biblioteca do conceito de dispositivo de Foucault, apresentado por Agamben como

“Qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (AGAMBEN)

Um dispositivo se refere a uma práxis, a um conjunto de elementos, tangíveis e intangíveis, que vão orientar a maneira de agir dos indivíduos a partir da crença destes de que essas são regras corretas e que devem ser seguidas, ou seja, vão agir daquela maneira voluntariamente, ao mesmo tempo em que construirão sua subjetividade a partir dessas informações e condições.

Contudo, Agamben faz uma crítica à criação de dispositivos na contemporaneidade pelo caráter de dessubjetivação destes. Em outras palavras, por considerar que haverá regras sobre a forma de agir mas que não constituirão novas individualidades, mas apenas novos hábitos e obrigações, pois esvaziadas de sentido.

Não precisa haver cadastro algum para ter acesso aos livros. Essa condição estimula a aproximação exatamente pela desobrigação em estar ali. Ao mesmo tempo, o estímulo à circulação do livro aproxima o primeiro proprietário das demais pessoas do seu grupo e possibilita a criação de laços através do interesse comum sobre a obra.

Uma causa comum começa a ser desenvolvida, um clã que pode ser constantemente renovado pois está acessível tanto novas obras quanto a possibilidade de novos membros. É difícil não se envolver com algo que é tão espontâneo, com motivações nobres em um lugar carente.

Pode-se afirmar, também, que há uma sacralidade naquele livro, originário de doações. Há ali uma causa a ser suportada e as doações livres, sem compromisso, acabam gerando um estímulo para participar. Isso tudo afasta a possibilidade de uma dessubjetivação.

Investigações acerca da correlação entre consumo e cidadania apontam para movimentos de subjetivação em um campo até então acusado de alienação, como já foi o consumo.

Os estudos sobre esses dois campos apontam para um esgotamento dos espaços públicos e a ampliação das possibilidades de atuação enquanto cidadão, mesmo movimento encabeçado pela LLC ao vislumbrar-se como dispositivo de construção de novas subjetividades.

“Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade, tentar a reconquista imaginativa dos espaços públicos, do interesse pelo público. Assim o consumo se mostrará como um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e atuar significativa e renovadoramente, na vida social.” (CANCLINI, 1998, p. 92)

Canclini trava este debate ao analisar a interculturalidade resultante das relações entre a América Latina e a América do Norte. Antes o nacional, o patriótico, era a materialidade utilizada para construir subjetividades, enquanto que hoje os bens e as experiências são produções transnacionais, que tiram de questão a necessidade de identificar o deles e o nosso.

Canclini se referia à hibridação das culturas, mas podemos pinçar a questão das experiências para reforçar o pensamento de que o contato com a biblioteca constrói novas subjetividades para além dos circuitos tradicionais.

“No entanto, quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social, é preciso analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que

habitualmente recebem o rótulo de consumo(...). Se sim, será preciso aceitar que o espaço público transborda a esfera das interações políticas clássicas.” (CANCLINI, 1998, p.54-55)

Debates sobre o protagonismo do consumidor na construção de uma nova realidade devido aos impactos ambientais da vida moderna podem trazer reflexões aplicáveis à iniciativa da LLC.

Não é só no campo do consumo que esse protagonismo é exigido. Vemos a chamada do indivíduo sozinho, o cidadão, a agir pra transformar: nas passeatas, na escolha dos candidatos, na manifestação sobre o que não está bom. A falência do Estado, ou sua incapacidade em criar a sociedade utópica, gerou essa demanda por ação social. Não é mais aceitável “ficar na sua”, mesmo em um campo até então a serviço dos interesses individuais.

“Diversos autores exploram o uso de certas táticas dos consumidores – boicote, cooperativas de consumo, rotulagens etc. – como exemplos de *politização do consumo*. Ao analisar essas táticas, procuram refletir sobre diferentes formas de pressão política, mudando, porém, a arena dos conflitos, dos locais de trabalho para os locais de consumo.” (PORTILHO, 2005)

Ações difusas caracterizadas pela autorresponsabilidade são estudadas por essas novas correntes do consumo e guardam uma identidade com a ideia das comunidades criativas, pois contemplam a possibilidade de novas formas de ser, mesmo que num nível de experimentação, sem invalidar a iniciativa de mudança. Nas palavras de Portilho, “a imaginação moderna costuma vislumbrar apenas mudanças radicais, incapacitada de visualizar resultados intermediários e paradas temporárias no meio do caminho.” (PORTILHO, 2005, p. 168)

7 Considerações finais

Esta é uma aproximação inicial com o projeto, e que suscitou diversas reflexões que pendem continuidade, aprofundamento e

ampliação dos debates e dos conceitos a serem aplicados. Contudo, percebe-se aí uma iniciativa com possibilidades de frutos. Portanto, que merece atenção.

Torna-se cada vez mais constante a atuação do cidadão para solucionar problemas coletivos, e, ao mesmo tempo, criar novas formas de conviver em sociedade de maneira sustentável, inclusiva e criativa. A LLC é fruto do seu tempo no sentido de que nasceu num momento histórico em que se percebe a pulverização de iniciativas de mesma natureza.

A continuação da pesquisa etnográfica pode elucidar melhor a dinâmica de funcionamento desse dispositivo. Seria interessante, também, acompanhar a circulação dos livros emprestados. Assim, poderá surgir uma realidade ainda mais complexa, coma chegada do exemplar a mãos de pessoas que ou não teriam condições de acesso mesmo sendo uma biblioteca livre (talvez presidiários ou doentes internados), ou que pertençam a regiões muito distantes do bairro, ou ainda poderá haver histórias sendo construídas a partir do contato com a obra.

São estas as possibilidades que enxergo, ainda que haja muitas outras a serem desveladas.

8 Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo**. In: O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade**. Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

Sobralenses com saude de casa: a página da Associação dos que Querem Bem Sobral e Distrito Federal no Facebook

*Claudiene dos Santos Costa*¹

1 Introdução

A Associação dos Querem Bem Sobral e o Distrito Federal (AQQBSDF) foi fundada em maio de 2013, e possui sede física em Taguatinga, na região administrativa do Distrito Federal, ou cidade-satélite. Segundo imagem de capa de sua página no Facebook, resultou da iniciativa de sobralenses que residem no Distrito Federal e “contribuem para seu desenvolvimento, sem perder de vista os laços afetivos e culturais com a terra-mãe cearense e com sua cidade-berço Sobral”. Vemos a territorialidade como traço distintivo neste grupo, que compartilha entre os membros a origem sobralense, ou pelo menos cearense, em relação aos demais moradores do Distrito Federal, onde residem atualmente.

O foco deste artigo está na página do Facebook chamada “AQQB Sobral DF”, mantida pela associação, onde constam postagens regulares de seus eventos, reuniões e alguns compartilhamentos de perfis individuais sobre assuntos relacionados à cidade de Sobral (CE), seus locais, histórias ou referências. Este município se situa a 230 km de Fortaleza e possui mais de 206 mil habitantes (IBGE, 2018). Surgiu como vila em

¹ Mestre em Comunicação; Universidade Federal do Ceará; claudienecosta@gmail.com

1773, com o mesmo nome de vilas portuguesas com abundância do sobro, sobreira ou chaparro. É considerada a cidade mais desenvolvida da zona norte do Ceará, com seus cartões-postais de igrejas e casas tombadas, em 1999, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O uso de sua rede de ensino, saúde e assistência por cerca de 50 municípios faz de Sobral um polo para a região norte do Ceará, o que a faz conhecida como Princesa do Norte.

Quanto às etapas históricas de Sobral e aos respectivos reflexos na cidade, Diocleide Ferreira (2013, p. 9) apresentou uma fase de impulsão da economia com a criação de gado e depois com o cultivo do algodão para exportação e suas indústrias de beneficiamento no século XIX. Estes fatos promoveram a organização política e urbana da cidade, seu destaque na região norte do Estado, oligarquias que dominaram seu cenário e deixaram resquícios em sua arquitetura e em práticas políticas ainda em voga.

Já Freitas (2005, p. 29), fala da ideia de “sobralidade triunfante” como uma propagação de uma elite política e tradicional da cidade, por meio de uma memória coletiva que reverencia o passado de “pompa” e “glória”, discurso importante para justificar a necessidade da preservação do patrimônio histórico da cidade. Baseia-se em um processo elaborado pela elite da cidade, direcionado para a construção de uma autoconsciência coletiva expressa em um discurso ufanista, no qual a memória se reúne numa mobilização de desejo pelo futuro promissor, tentando construir uma unidade ou constância no tempo vivido, projetando esta unidade como necessidade para gerações futuras (2000, p.102).

Situamos assim a população de sobralenses morando no Distrito Federal como um recorte no grupo maior das demais origens naquele Estado, uma minoria num contingente de moradores de outras origens, que reconhece diferenças quanto à cultura da nova moradia, e valoriza os elementos e fronteiras que demarcam seu pertencimento à terra natal.

2 Desterritorialização e subjetividades

As possibilidades cada vez maiores de fluxos populacionais implicam também em alterações de paisagens urbanas, de interações mais amplas e difusas, além de globalizações de culturas. Neste cenário, Guattari e Rolnik destacam que a subjetividade opera em conexões, fluxos heterogêneos, movimentos, deslocamentos e dobras, de forma desterritorializada. Os sujeitos se envolvem em complexos processos de redefinições em diferentes níveis, e uma característica da contemporaneidade é justamente uma subjetividade que se apresenta fortemente afetadas por mudanças globais na esfera cultural.

Também os meios de comunicação de massa, e estendemos a consideração até a Internet, mais popularizada após a década de 90, quando originalmente se deu a escrita de Guattari e Rolnik, estimulam as subjetividades com a forças de toda espécie, vindas de toda parte. Com a pulverização de vivências e contatos, fica abalada a crença na estabilidade identitária. Porém, cabe aqui destacar que essa subjetividade aberta à modulação, ao acréscimo de peças e influências, abre espaço para a valorização de manifestações culturais que lhe parecem genuínas. É a situação dos membros da AQQB, atraídos pelo “pertencimento como linguagem de busca de identidade no contexto de um ausente comum aglutinador” (SOUZA, M. W., 2010, p. 34), que seria o conhecimento daquela identidade local de sobralenses, num momento em que os associados estão geograficamente apartados daquela cidade.

Uma notícia de 26 de agosto de 2013, do jornal Diário do Nordeste² narra o início da associação como “movimento de valorização da cultura e da história da importante cidade do CE”. Festa na Casa do Ceará teria marcado a fundação da AQQB e diz

² Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/sobral-cria-associacao-em-brasilia-1.406969>. Acesso em 20 de junho de 2019.

que esta se propõe a divulgar a arte, cultura e a economia de Sobral.

“O amor pela cidade fez com que muitos sobralenses, reunidos em Brasília, buscassem difundir a cultura e as imagens da cidade”, conta o jornal, sediado em Fortaleza mas com ampla distribuição em todo o Estado do Ceará e disponibilizado na Internet. “Para alavancar a recém-criada associação, acontecerá no próximo dia 31 de agosto, em Brasília, a Primeira Noite dos Sobralenses e Amigos”, continua. A decoração da festa prometia uma réplica do Arco de Nossa Senhora de Fátima na entrada da Casa do Ceará. O monumento é um dos cartões-postais mais conhecidos de Sobral.

O Arco de Sobral, que remete ao monumento de mesmo nome em Paris, França, foi erguido em 1953 por iniciativa de Dom José em homenagem à visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima. No mesmo local do arco, existia um Cruzeiro das Almas no fim do século XVIII, demolido em 1929 para dar lugar ao Arco de Nossa Senhora de Fátima. Seu correspondente francês representa as vitórias da burguesia, aliada a Napoleão, contra a aristocracia. “Nós saímos do Ceará, mas ele não sai de nós”, afirmou na nota do Diário do Norte o empresário Carlos Aguiar, chamado de criador da associação.

Estas festas importam para o grupo de associados por investirem em elementos que remetem à Sobral. A praça, o Arco, as Igrejas e casarões tombados pelo Iphan, as escolas onde certamente alguns membros da AQQB iniciaram a vida escolar certamente fazem aqueles migrantes sentirem o gosto do primeiro lar e justifica os propósitos de seu reunir. Pontuamos também o aspecto de “localidade” de eventos locais. Enquanto o “local” passou a não ocupar mais espaço na vida das pessoas, devido à globalização e rapidez contemporâneas, apresenta-se comumente na forma de festivais de convívio e pertença comunais, divertidos e prazerosos. “Submeter-se à “totalidade” não é mais um dever adotado com relutância, incomodidade e muitas vezes oneroso,

mas um “patriotamento”, uma folia procurada com avidez e eminentemente festiva” (BAUMAN, 2008, p. 98).

O professor da Universidade Estadual Vale do Ceará Alexandre Barbalho (2004) atenta que movimentos minoritários podem ser vistos, seguindo rastros de Foucault, como posicionamentos de “saberes sujeitados”, “saberes menores”, “saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 13). Estes movimentos podem se pautar por três grandes critérios: temporalidade, territorialidade, objetivos políticos e representação política. Quanto à temporalidade, observa-se se os movimentos são de natureza efêmera, temporária, que duram enquanto não alcançam determinada reivindicação, ou se perduram para além dos ganhos transitórios. Neste primeiro quesito não enquadrámos atuação dos membros da AQQB, considerando-os uma minoria de sobralenses com repertório cultural localizado e definido em relação à cultura dominante do local onde vivem, o Distrito Federal onde situa a capital administrativa do Brasil e que difere da região Nordeste e do Estado do Ceará quanto a fatos históricos e componentes de seu modo de ser. Situamos, sim, a AQQB no segundo quesito, de pautar-se pela territorialidade. Inclusive, sobre haver uma “sobralidade”, o modo de ser de um sobralense, Freitas (2000, p. 102-103) afirma que se trata de um “designador rígido, constante e durável, que identifica de forma genérica e imprecisa o habitante da cidade e serve para institucionalização de práticas e atitudes dos técnicos e burocratas do poder público municipal, introduzindo divisões nítidas, fixas e necessárias com habitantes de outras cidades”.

Os demais critérios sobre movimentos minoritários se referem aos objetivos políticos, se básicos ou mais amplos, ou, melhor definindo, se culturais ou só propriamente políticos; e se há demanda ou não por representação política e por auto-governo.

Quanto à identidade que desenvolvemos em relação a um território, a “identificação territorial”, esta foi tradicionalmente vinculada à cidade e à nação. Porém, atualmente, cede lugar a identificações de outras naturezas, nas quais os meios de comunicação têm importância decisiva. Contemporaneamente, a identidade é bem menos estável, fixa, enraizada. “De fato, é vista como algo a ser vivida livremente, constituída pelos indivíduos na multiplicidade de realidades culturais pelas quais trafegam. Nessas circunstâncias, os laços de fraternidade, de solidariedade se esvaziam ou se pluralizam ao extremo” (MAIA; CASTRO, 2006, p. 184).

Justamente por estarem os participantes da festa longe da cidade-natal, os eventos da AQQB tenham peso em estratégias de resistência que lembram o quanto a identidade dos participantes possui deste fator territorial, assim como cearenses se descobrem “nordestinos” quando fora da região, ou brasileiros se descobrem “latino-americanos” quando em continentes distantes. Deise Mancebo (2002) destaca que o contato com o novo não implica, necessariamente, a abertura para o estranho, não exclui o mal-estar que isto provoca, nem a solidariedade com o não familiar. “Pelo contrário, não é raro que a desestabilização exacerbada, aliada à manutenção da referência identitária, aponte para o risco de sentimentos de vazios de sentido e de valor”. A inclusão, a sensação de pertencer a um lugar, continua Mancebo, passa a ser uma grande preocupação, um desassossego trazido pela desestabilização, o receio de sentir-se deslocado ou sem lugar. “Como proteção diante da proliferação de estímulos e para impedir que eles atinjam a construção identitária, defesas são desenvolvidas, inclusive aquelas que podem anestesiar a própria criatividade dos corpos” (MANCEBO, 2002). No caso do nosso objeto, observamos que as manifestações tendem a se restringir ou exacerbar os pontos de enlace com a cultura da região de origem, como a realização de festas juninas no Distrito Federal, para se divertir de um jeito característico da Região Nordeste. Como estes festejos são comuns aos nordestinos, o grupo promove esses

eventos num caráter que ultrapassa a reunião ou divertimento, e traz consigo um investimento destas expressões como hábitos que solidifiquem inclusive para as próximas gerações de associados.

3 A comunicação e sua visão ritual

Destacamos os aspectos da Comunicação como processos através do qual se constroem, apreendem e utilizam formas simbólicas que trazem a realidade à existência humana. No caso dos associados da AQQB, o desejo de valores estáveis ligados ao pertencimento à Sobral pode ser associado à vontade de afastar a insegurança e instabilidade, que quando ocorrem provocam a busca por pilares como a família, a religião, o Estado. Na construção da realidade simbólica em que vivem os indivíduos, a comunicação tem papel preponderante na codificação de mundo e significados. Acenar, cumprimentar, conversar, dar instruções, partilhar conhecimento, trocar ideias significantes, procurar informação, entreter e ser entretido, são tão vulgares e mundanas que é difícil problematizá-las (SUBTIL, 2014). Porém, a abordagem cultural da Comunicação (CAREY, 1975) destaca, entre outros aspectos, a visão cultural ou ritual da Comunicação. As reuniões promovidas pela AQQB se enquadram neste último aspecto, por organizar momentos onde o que mais importa é o caráter de ritual participatório, no qual e através do qual os seres humanos geram, mantêm e transformam a cultura em que vivem.

Estes rituais participatórios se pautam pela condição de partilha de uma realidade compreendida, aponta James W. Carey, e caracterizam a Comunicação como um conjunto de mapas, ou sistemas simbólicos, que criam relações sociais. Estes mapas são representações, abstrações e simplificações, que guiam comportamentos e, simultaneamente, transformam espaços indiferenciados em espaços apreendidos e inteligíveis. “Viver dentro do dispositivo de mapas diferentes é viver dentro de diferentes realidades” (Carey apud Subtil, 2014).

Essas formas de pensar a Comunicação são denominadas por Carey como “visão transmissiva” e “visão ritual”. Na visão transmissiva, o objetivo é a própria transmissão de informações, e tem-se influência do pensamento weberiano com influência das doutrinas religiosas na cultura secular, e a indagação sobre o sentido ideológico ou normativo do comportamento humano. É a mais difundida nas culturas industriais, vinculando-se a noções como “enviar”, “transmitir” ou “dar informação aos outros”, seguindo modelos convencionais da transmissão de sinais e mensagens à distância para propósitos de controle. Como exemplo deste caráter transmissivo, destacamos outra frase da imagem de capa da página do Facebook da AQQB Sobral DF, “manter vivos tais vínculos e transmiti-los a descendentes e amigos é a missão a que se propõe”.

A visão ritual, por sua vez, refere-se à tradição sócio-antropológica de Durkheim (Formas Elementares da Vida Religiosa) e o argumento de que o sagrado se liga à força coletiva e impessoal que é uma representação da própria sociedade. Essa concepção associa a Comunicação a palavras como “partilha”, “participação”, “associação”, “companhia” e “posse de uma fé comum”. Carey assenta a abordagem ritual em noções como “comunhão”, “comunidade” e “Comunicação”. Contrapõe-se à visão transmissiva por orientar-se à manutenção da sociedade no tempo, e não à disseminação das mensagens no espaço, para a representação de crenças partilhadas e não para o ato de transmitir informação. “Enquanto o modelo transmissivo consiste na disseminação das mensagens à distância, a visão ritual centra-se nos efeitos de realidade da Comunicação no quotidiano e no cerimonial que atrai as pessoas para a partilha e a convivialidade”. Situamos aqui os propósitos da AQQB de realizar festejos juninos, que remetem fortemente à região Nordeste. O arraiaá, ou Chitão, também é o formato de um de seus momentos mais importantes do ano, o aniversário da associação, antes comemorado em Brasília, e anunciado em 2019 para ocorrer na cidade de Sobral.

Ao exercer papel preponderante na construção e manutenção no tempo de um mundo cultural significante e ordenado, conforme define a visão ritual, a Comunicação, destaca Carey, encontra a sua mais elevada e original manifestação. Serve de enquadramento da ação humana, em vez de apenas transmitir informações. Esta visão deriva de uma concepção religiosa que desmonta o papel do sermão, da instrução e da advertência, e que destaca as pequenas atividades do dia a dia, a festa, o cântico e a oração. Até os deslocamentos migratórios são vistos à luz da religião, como atos redentores na tentativa de trocar um mundo velho por um novo.

A Comunicação do ponto de vista do ritual contempla a dupla capacidade das formas simbólicas: não só produzimos realidade, como também mantemos aquilo que produzimos. Criamos mapas que representarão nosso mundo, e viveremos no mundo que essas representações (ou mapas) nos induziram a construir. Geramos cultura através da comunicação, e celebramos a comunidade por rituais, o que para Carey inclui eventos desportivos, jogos de cartas, dominó e xadrez, festas religiosas, profanas e cívicas, cerimônias de casamento ou de celebração da vida e da morte, entre outras comemorações e atividades da vida diária, onde se dão a interação simbólica, interpretação, participação e associação em contextos que marcam a vida em sociedade.

3 Metodologia e análise

Como técnica de análise de dados utilizaremos a análise de conteúdo representa, conforme descreve Bardin (2011) um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Apontamos como modalidade desta análise de dados a análise temática, que trabalha com a noção de tema, o qual está

ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo. Conforme Minayo (apud Gerhardt *et* Silveira, 2009), a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado. Espera-se representar cada quadro por uma palavra, frase ou resumo.

De maneira geral, as postagens em meses diversos mostram aniversários de associados, fotografias em comemorações grupais da AQQB Sobral DF, reuniões para organizar eventos como ações beneficentes, no Distrito Federal e no Ceará, e compartilhamento das fotografias destes atos, além de reportagens sobre os mesmos.

Especificamente no mês de maio de 2019, recorte de análise deste artigo, temos no dia 2 um cartaz de divulgação da festa “Arraiá da Casa do Ceará”. Outra iniciativa que reforça o comum entre estas pessoas que se identificam pelo pertencimento geográfico, e também marcam fortes elementos identitários, como as festas juninas comuns no Nordeste. Destacamos nesta postagem o festejo cearense como elemento distintivo dos que nasceram naquela região.

No dia 4 de maio de 2019, a publicação foi o compartilhamento de um estrato do programa Vídeo Show, quando mostrou o programa de TV “Os Trapalhões” com participação do cantor sobralense Belchior, ao lado do trapalhão sobralense Renato Aragão. O perfil da postagem original comenta que a “Rua Santo Antônio citada no vídeo depois virou a Rua Padre Fialho, nome que preserva até hoje”. O tom desta postagem foi claramente a familiaridade com que dois artistas conhecidos nacionalmente se referiram à cidade de Sobral (CE), fato que certamente gerou identificação com os telespectadores da época, o que se aplica aos atuais usuários do Facebook que compartilharam e curtiram o vídeo na rede social em questão.

Em 5 de maio, a página da AQQB Sobral DF traz uma fotografia de um homem, que seria facilmente reconhecido pelos

associados e/ou amigos na rede social Facebook, já que a postagem diz “é ele mesmo! Dedim Gouveia”. O texto segue com dados de “o maior chitão que Sobral já viu: o Chitão da AQQB”. Novamente o tema desta publicação é a identificação do público com uma figura da área de Sobral, um artista com muitos anos de carreira como sanfoneiro naquela região, e enaltecido como grande atração de festa promovida pela Associação. Poucos dias depois, em 9 de maio, a postagem é acompanhada de uma fotografia de um grupo de pessoas que o texto referencia como “associados de Fortaleza em reunião ontem”. Novamente refere-se ao Chitão da AQQB, quando será comemorado o aniversário da associação, e à reunião registrada por foto, que teve a motivação de “promover ações beneficentes” e que seja o “MELHOR Chitão que o Ceará já viu!!” (grifos da página).

Um compartilhamento foi feito em 10 de maio sobre uma postagem do perfil oficial da Prefeitura Municipal de Sobral onde se lê no primeiro parágrafo, entre cerca de três parágrafos, o relato do convite feito ao prefeito municipal Ivo Gomes para comparecer à “festa anual da associação, que em 2019 deve ser realizada em Sobral”.

Concluindo o recorte deste artigo, citamos a publicação de 25 de maio com fotografias e breve relato de visita da AQQB ao Lar Francisco de Assis, casa de idosos no Núcleo Bandeirante, em Brasília (DF). A postagem cita os itens doados à instituição, como a quantidade de carne, frango, leite e produtos de limpeza. Um evento semelhante, dos meses antes, havia sido reportado por um jornal local de Fortaleza quando a Associação fez o mesmo no Lar Amigos de Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de saúde, na capital cearense, no mês anterior.

4 Conclusões

Observamos nas postagens da Associação dos Querem Bem Sobral e o Distrito Federal a ênfase numa interação focada na importância daquele microcosmo de sobralenses que moram

naquele Estado e dizem sentir muita saudade de casa. Em pequenos sistemas sociais, e em lugares concretos onde se forja a construção de sentido, dá-se a importância do ritual como experiência social comunicativa, primária e intensa, de criação de emoções, conhecimento, moral e comunidade (SUBTIL, 2014). A face simbólica dos ritos, e os ritos como ação simbólica, constituem a cultura de uma comunidade ou sociedade.

No caso da AQQB e os eventos reportados em sua página do Facebook, o estar junto daquele grupo de sobralenses que se encontra minoritário em outra região geográfica, exposto à desterritorialização de sua subjetividade, encerra nele mesmo os objetivos daquela comunidade. Utiliza simbolismos que ligue-se à região pela qual nutrem um ideal de pertencimento, como festejos, fotografias e vídeos de conterrâneos e paisagens sobralenses, concatenando atividade simbólica e rituais participatórios, no reforço deste elo com a terra de que ora se encontra apartado. Essa vontade de se religar acalenta motivações estéticas, morais e políticas, ou, em resumo, significados.

Os próprios rituais, com cobertura midiática pelo Facebook ou ainda em fase de planejamento, são entendidos como uma ação simbólica, que constrói um mundo cultural e social, onde viverão os associados. O ritual cria e recria sentimentos, ideais morais e crenças em que se baseiam os laços da sociedade. Este é, portanto, o principal fim das atividades da AQQB publicizadas em sua página oficial no Facebook.

Born in Sobral and with homesickness: the page of the Association of Those Who Want So Sobral and Federal District on Facebook

Referências

BARBALHO, Alexandre. **Minorias, Biopolítica e Mídia**. In: IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/metamorfozes/article/download/21817/12156> Acesso em 20 de junho de 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

FREITAS, Nilson Almino de. **O Sabor de uma cidade: Práticas cotidianas dos habitantes de Sobral**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE.

_____. **Sobral - Opulência e Tradição**. Sobral: UVA, 2000.

GUATTARI, Felix, ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MANCEBO, Deise. **Globalização, Cultura e Subjetividade: Discussão a Partir dos Meios de Comunicação de Massa**. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Set-Dez 2002, Vol. 18 n. 3, pp. 289-295. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010237722002000300008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 21 de junho de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

SUBTIL, Filipa. **A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey**. In: Intercom - RBCC, São Paulo, v.37, n.1, p. 19-44, jan./jun. 2014.

TOURAINÉ, A. **Após a crise**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

Jogo é coisa de menino: A discriminação em *League of Legends*

Guilherme Pedrosa Carvalho de Araújo ¹

1 Introdução

League of Legends é um jogo pertencente ao gênero MOBA da desenvolvedora *Riot Games*, lançado em 2009. A sigla MOBA significa Multiplayer Online Battle Arena (arena de batalha online de multijogadores, em tradução livre) e caracteriza um estilo de jogo em que normalmente existem dois times adversários compostos de cinco jogadores, cujo objetivo é invadir e destruir o território inimigo.

O jogo, que em 2017 contava com mais de 100 milhões de jogadores², se tornou um fenômeno em escala mundial, deixando de ser um entretenimento caseiro para se tornar uma profissão, graças ao cenário competitivo e à popularização dos serviços de *streaming*, como o *twitch*, que transmitem ao vivo as partidas dos jogos.

Com a criação desse mercado de jogadores profissionais e campeonatos mundiais, diversos times começaram a surgir ao redor do mundo para disputar esses campeonatos. Nesse cenário competitivo oficial da *Riot Games*, surgiu pela primeira vez, em 2019, um time completamente feminino. A equipe feminina do

¹ Mestrando em Comunicação (PPGCOM - UFC); Universidade Federal do Ceará; guilhermepca@gmail.com

² Disponível em <<https://dotesports.com/br/news/quantidade-jogadores-lol-numero-19194>> acesso em 30 mai. 2019

time russo Vaevictis estreou sofrendo sob ataques e atitudes desrespeitosas por parte dos outros times³, de composição inteiramente masculina, principalmente por ser um time composto completamente por mulheres.

Vista pela primeira vez em um circuito oficial da desenvolvedora de *League of Legends*, esse tipo de atitude se repete também nas partidas casuais, principalmente associando um mau desempenho ao gênero feminino, além de outras ofensas, referentes à sexualidade, etnia dos jogadores, entre outras características, por mais que essas características pessoais dos jogadores não sejam expostas no ambiente de jogo durante as partidas.

No Brasil, por mais que até a data deste trabalho (2 de junho de 2019) não tenha surgido, no cenário competitivo do Campeonato Brasileiro de *League of Legends* (CBLoL), um time feminino ou pelo menos misto, dois jogadores profissionais, Kami e Minerva, se assumiram homossexuais, o que gerou uma grande movimentação na comunidade de *League of Legends*.

De forma a entender de que forma essa resposta se dá entre a comunidade, sem a figura de um jogador profissional envolvido, foi conduzida também uma pesquisa, tentando identificar os principais tipos de discriminação que os jogadores sofrem dentro do ambiente de jogo. De maneira a entender a discriminação no cenário competitivo de *League of Legends*, o presente trabalho analisará, em primeiro momento, a discriminação sofrida pela equipe russa Vaevictis e pelos jogadores brasileiros Kami e Minerva. Em um segundo momento, serão apresentados os resultados de uma pesquisa conduzida a partir de um questionário online sobre a discriminação sofrida pelos jogadores, podendo assim ter uma noção do comportamento da comunidade tanto no ambiente profissional quanto no casual.

³ Disponível em <https://www.espn.com.br/esports/artigo/_/id/5289513/primeiro-time-feminino-nol-mundial-vaevictis-estrela-com-desrespeito-na-liga-russa> acesso em 30 mai. 2019

2 A discriminação no cenário competitivo de *League of Legends*

Com o surgimento dos times profissionais e campeonatos mundiais, as partidas de *League of Legends* se tornaram atrações a nível mundial. Elevado à categoria de esporte eletrônico (ou *e-sport*), os campeonatos do MOBA da *Riot Games* reúne milhares pessoas em grandes centros de eventos e através de serviços de transmissão online para acompanhar as suas partidas.

Em 2018, a final do campeonato mundial de *League of Legends*, sediada em Icheon, na Coreia do Sul, bateu recorde de audiência, contando com 23 mil pessoas presentes no estádio da cidade e quase 100 milhões de pessoas acompanhando as partidas através das transmissões oficiais da *Riot Games*⁴.

No Brasil, a final do Campeonato Brasileiro de *League of Legends* (CBLol) de 2017, que ocorreu no Mineirinho, contou com a presença de 8 mil pessoas. Com a final transmitida ao vivo através do canal SporTV e pelo canal oficial da *Riot Games* no YouTube, a partida foi acompanhada através de transmissões por um público estimado de 2,6 milhões de espectadores⁵.

Como o cenário competitivo é dominado por times de composição inteiramente masculina, reforça-se a ideia de que o público de jogos também é majoritariamente masculino. Entretanto, segundo uma pesquisa da ESA (*Entertainment Software Association*) de 2014⁶, a público consumidor de jogos digitais, nos Estados Unidos, é em sua maioria (52%) do sexo feminino. Williams, Yee e Caplan (2008) afirmam em seus estudos que a idade média dos jogadores é de 33 anos, e não menor de 17, como se acredita. Em uma pesquisa de 2018, dez anos depois deste

⁴ Disponível em <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/12/mundial-de-lol-2018-bate-recorde-de-audiencia-em-final-do-campeonato-esports.ghtml>> acesso em 30 mai. 2019

⁵ Disponível em <<https://globoesporte.globo.com/sportv/e-sportv/noticia/26-milhoes-assistiram-a-final-do-campeonato-brasileiro-de-lol.ghtml>> acesso em 30 mai. 2019

⁶ Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/18/52-percent-people-playing-games-women-industry-doesnt-know>> acesso em 30 mai. 2019

estudo, a ESA confirma que, nos Estados Unidos, a idade média do público consumidor de jogos digitais é de 34 anos, mas que, em comparação aos estudos de 2014, a porcentagem de mulheres consumidoras de jogos diminuiu, configurando 47% desse público⁷.

No Brasil, o cenário não é diferente do que apontam as pesquisas norte-americanas. De acordo com a Pesquisa Game Brasil (PGB), a participação das mulheres enquanto consumidoras de jogos digitais é crescente, passando de 47,1% em 2015⁸ para 52,6% em 2016⁹.

Por mais que seja comprovado, através de pesquisas, que o público de jogos não é dominado por uma população masculina, a visão de que esse mercado é para este público acaba gerando uma série de atitudes sexistas e, como será visto posteriormente, homofóbicas, como é o caso do time russo Vaevictis e dos jogadores brasileiros Kami e Minerva.

2.1 A equipe Vaevictis e o sexismo em *League of Legends*

Apesar de existir desde 2015, o time Vaevictis ganhou destaque no ano de 2019 por trazer para a liga competitiva oficial da Riot Games o primeiro time composto apenas por integrantes do gênero feminino¹⁰. O time russo é composto por: Diana “TR1GGERED” Ivanchenko, Aida “Merao” Kazaryan, Elena “VioletFairy” Koval, Ksenia “Trianna” Mescheryakova e Nataliya “Ankote” Zayko (figura 1).

⁷ Disponível em <http://www.theesa.com/wp-content/uploads/2018/05/EF2018_FINAL.pdf> acesso em 30 mai. 2019

⁸ Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2108318/mod_folder/content/o/Perfil%20do%20Gamer%20Brasileiro%20-%20Sioux.pdf?forcedownload=1> acesso em 30 mai. 2019

⁹ Disponível em <<http://g1.globo.com/tecnologia/games/noticia/2016/03/mulheres-sao-526-do-publico-que-joga-games-no-brasil-diz-pesquisa.html>> acesso em 30 mai. 2019

¹⁰ Disponível em <https://www.espn.com.br/esports/artigo/_/id/5270642/vaevictis-sera-a-primeira-equipe-feminina-a-disputar-uma-liga-profissional-de-lol> acesso em 30 mai. 2019

Figura 1 – Composição da equipe Vaevictis



Fonte: Twitter da Vaevictis - www.twitter.com/vaevictisteam

Em uma das partidas disputadas no campeonato russo contra a equipe Rox, foram banidos 5 campeões do tipo suporte, reforçando a ideia machista de que as mulheres só jogam com esse tipo de personagem.

Antes de entrar na discussão sobre as implicações dessa atitude, é necessária a explicação dessa etapa de banimento das partidas e o que é um campeão do tipo suporte no universo de *League of Legends*.

De acordo com a *wiki* de *League of Legends*¹¹, suportes são campeões (nome dado aos personagens do jogo) de alta utilidade para ajudar seus aliados através de reforços, curas, escudos ou por interromper as linhas inimigas através do controle de grupo. Do começo ao fim do jogo, suportes criam vantagens e oportunidades para seus companheiros de equipe capitalizarem. Eles dão suporte à sua equipe e podem virar o jogo com apenas uma jogada oportuna, tendo como principal tarefa a proteção dos seus demais aliados.

No início de cada partida, cada equipe pode eliminar do jogo 5 campeões diferentes do jogo, não podendo mais ser selecionados

¹¹ Disponível em <<https://leagueoflegends.fandom.com/pt-br/wiki/Categoria:Suporte>> acesso em 30 mai. 2019

durante a partida, de forma a tentar desestabilizar o time adversário. Ao excluir 5 suportes, o time masculino Rox provocou o Vaevictis, como se afirmasse que, ao excluir 5 personagens desse tipo, estariam excluindo as possibilidades de jogo do time adversário.

A partir do entendimento de senso comum, é possível entender a origem deste tipo de comportamento. Segundo Geertz (1997), senso comum é um saber empírico e incompleto, passado entre gerações e que, dentre as suas características, é marcado por uma não-metodicidade, que é essa sabedoria vindo não através de métodos formais, mas de provérbios, piadas, relatos, entre outros.

A partir disso, ao analisar um dito popular como “Por trás de um grande homem, existe uma grande mulher”, é possível perceber a visão construída do papel da mulher não como realizadora de seus desejos, mas que serve de apoio para que os homens possam se realizar. Fazendo relação com o fato ocorrido com o time Vaevictis, a partir do momento em que se bane os heróis do tipo suporte, ou seja, os personagens cujo objetivo é ajudar outros a atingirem o sucesso, eliminam-se as possibilidades de atuação das jogadoras.

A noção de feminino como o apoio ou a plataforma para o homem suceder surge de uma série de atribuições feitas ao feminino através de um sistema cultural. Butler (2003) define o gênero como uma construção sugerida a partir de uma diferenciação dos corpos, recipientes passivos de um sistema que torna essas inferências uma espécie de lei universal e natural. Ao colocar sobre o feminino a ideia de fragilidade e suporte ao masculino, emergem, segundo Dowling (2001), na verdade as intenções do homem de manter o seu domínio.

Esse tipo de ato, segundo Bourdieu (2002), se configura como violência simbólica, uma violência em que não há a coação física, mas há, através das ações, a perpetuação de um discurso dominante, de forma a garantir a manutenção dos padrões de pensamento já existentes. Ao se tomar uma atitude como essa, reforça-se o discurso de inferioridade da mulher que, muito embora não passe de uma construção que atravessa diversas gerações, é estabelecido como

natural, sendo difícil de ser quebrado, mesmo que haja comprovações e pesquisas. Isso tem a ver com outra característica do senso comum, que Geertz chama de acessibilidade, que é justamente a facilidade que essa informação tem de ser compreendida pela maioria das pessoas, ao contrário dos métodos e pesquisas científicas, cuja realidade está mais distante da maioria.

Estaria então a baixa adesão das mulheres ao cenário competitivo relacionada a esse tipo de comportamento por parte dos outros jogadores? Ainda não existe uma explicação definida, mas a entrada do Vaevictis nas competições oficiais da Riot Games abre espaço para que outros times femininos também se envolvam com as ligas nacionais de *League of Legends*.

2.2 Kami, Minerva e o cenário competitivo brasileiro

Diferente do liga russa, os campeonatos oficiais de *League of Legends* no Brasil ainda não registrou a entrada de times femininos, mas dois jogadores profissionais chamaram a atenção ao se assumirem gays. Gabriel “Kami” Bohm do time paiN Gaming, e Gustavo “Minerva” Alves (figura 2), da equipe KaBum, utilizaram suas redes sociais, em 2014, para se abrirem sobre a sua orientação sexual¹².

Figura 2 – Gabriel “Kami” Bohm e Gustavo “Minerva” Alves



Fonte: LoL. Gamepedia – lol.gamepedia.com

¹² Disponível em <<https://revistaladoa.com.br/2014/08/noticias/lol-finalistas-brasileiros-league-legends-saem-armario/>> acesso em 31 mai. 2019

O primeiro foi Kami¹³ e, sensibilizado pela atitude do colega, Minerva se assumiu logo depois, agradecendo a Gabriel Bohm pela coragem e pela iniciativa de ser aberto com o público. Em ambas as postagens, a maioria dos comentários foi de encorajamento e parabenização pela abertura, mas no meio de mensagens positivas é possível observar comentários falando sobre *League of Legends* ser destinado ao público LGBTQ, e por isso que esses jogadores participavam da comunidade.

Chamado muitas vezes de “jogo de viado”¹⁴, *League of Legends* surgiu como uma alternativa ao Dota, também um MOBA, mas de aspecto mais sombrio e fechado, ao contrário de *League of Legends*, que possui personagens mais carismáticos e cores mais vivas. Apesar da designação, a comunidade de *League of Legends*, além da discriminação para com as jogadoras, há muita associação do mau desempenho com a sexualidade dos jogadores, por mais que, novamente, o jogador não se exponha no ambiente de jogo, ou haja qualquer relação entre a orientação sexual e as habilidades em quaisquer áreas.

Retomando a discussão de gênero na sessão anterior e o pensamento de Geertz (1997), o autor afirma que ainda se é considerada a divisão dos seres humanos em dois únicos gêneros, atrelados ao sexo biológico e à diferenciação dos corpos, e quaisquer desvios desses padrões de gênero, como homossexuais, são tratados como se não se comportassem de acordo com as expectativas projetadas ao momento do seu nascimento, de acordo com a variável biológica.

Foucault (1999) traz que tinha-se, e ainda tem-se, a ideia do homossexual como uma espécie, como um hermafrodita de alma, como se, ao desejar um corpo enquadrado no mesmo gênero que o seu, o homossexual se configurasse não mais como humano, ou

¹³ Disponível em <shorturl.at/diuKM> acesso em 31 mai. 2019

¹⁴ Disponível em <<https://www.purebreak.com.br/noticias/omg-dois-jogadores-profissionais-de-lol-abrem-o-jogo-sao-gays/6937>> acesso em 31 mai. 2019

pelo menos não mais pertencente ao gênero que lhe foi designado ao nascimento.

Assim, quando um ser humano do gênero masculino se assume homossexual, este deixa, a partir desta visão, de ser considerado homem. Ao não ser mais visto como tal, ele passa pelo processo de discriminação descrito na seção passada, e passa a ser visto como inferior ou menos qualificado que um assim dito homem.

Jung (1971) explica que os seres humanos possuem, em suas estruturas psicológicas, um par oposto de personalidades internas masculina (animus) e feminina (anima) e que os seres humanos são plenamente capazes de desenvolver aspectos de ambas. O que acontece, segundo Bello (2016), é que a partir desses pares opostos, designa-se ao homem o desenvolvimento apenas de um dos lados deste par complementar. Quando a pessoa não desenvolve plenamente essa personalidade interna, ele passa a ser visto como um outro, que não aquele que se esperava ser com base no sexo biológico.

Conforme afirmado anteriormente, o jogo é visto como um ambiente masculino e, agora, heterossexual, então quaisquer comportamentos que fujam dessa padronização, por sinal errônea, começará a sofrer a discriminação, por um processo que Sardenberg (2011) chamará de violência de gênero. Essa violência, pega carona no pensamento de Bourdieu (2002), mas acrescenta que, para a manutenção desse discurso dominante, há presença de qualquer tipo de violência, seja física, psicológica, patrimonial, entre outros, em que haja justamente esse enviesamento da organização social a partir dos sexos.

Assim como no caso do time russo *Vaevictis*, por mais que o cenário não seja propício, quando figuras que exercem certa influência ou possuem destaque em relação à determinada comunidade tomam a frente para representar ou discutir sobre esses assuntos, abre-se uma maior margem para conversa e para que mais pessoas, encorajadas pelos esforços outros, se afirmem enquanto homossexuais, ajudando a dissolver a relação entre o desempenho e as capacidades e a orientação sexual.

3 A discriminação no cenário casual de *League of Legends*

Uma vez entendida discutida a discriminação no cenário competitivo e algumas de suas possíveis raízes e implicações, surge a curiosidade de saber se essas atitudes são recorrentes também no cenário casual de *League of Legends*.

Para tal, foi construído um questionário, de forma a obter informações sobre o gênero, orientação sexual, recorrência de discriminações, bem como o tipo de personagem que o jogador utiliza, para averiguar a diferença da utilização dos campeões do tipo suporte de acordo com os gêneros.

A pesquisa foi disponibilizada em dois grupos do facebook, referentes a *League of Legends*. O questionário foi postado nos grupos *League of Divas* e *League of Legends - BR*, e ficou disponível entre os dias 8 e 24 de maio de 2019, contando com 76 respostas, contabilizando 70 respostas válidas.

Nas tabelas 1 e 2 estão presentes os dados sobre o gênero e a orientação sexual dos respondentes. De forma a dar maior liberdade, esses campos foram deixados abertos, para não correr o risco de colocar opções que reduzissem o escopo das respostas.

Tabela 1 - Distribuição dos respondentes por gênero

GÊNERO			
masculino	feminino	não-binário	total
48	20	2	70

Fonte: do autor

Tabela 2 - Distribuição dos respondentes por orientação sexual

ORIENTAÇÃO SEXUAL					
heterossexual	bissexual	homossexual	demissexual	não sabe/não respondeu	total
31	18	15	3	3	70

Fonte: do autor

A maioria dos respondentes (68,57%) é do gênero masculino, sendo o restante distribuído entre os gêneros feminino (28,57%) e não binário (2,86%). Já em relação à orientação sexual,

os respondentes heterossexuais se configuraram como o número mais expressivos, com aproximadamente 44,3% do total (31/70).

O questionário também continha uma pergunta referente ao tipo de personagem que os jogadores utilizavam. Essa pergunta podia ser respondida com várias das opções, mas o intuito era contabilizar quantos jogadores utilizavam os campeões do tipo *support* (suporte).

Conforme a tabela 3, todos os respondentes não-binários jogam de suporte, enquanto 80% das mulheres (16/20) utilizam esse tipo de campeão. Entre os homens, a porcentagem não difere tanto, totalizando um total de aproximadamente 73% (35/48) dos respondentes que utilizam esse campeão enquanto jogam.

Tabela 3 - Distribuição dos jogadores de suporte por gênero

JOGADORES DE <i>SUPPORT</i> POR GÊNERO		
masculino	feminino	não-binário
35/48	16/20	2/2

Fonte: do autor

Nas tabelas 4 e 5 constando os dados referentes à discriminação sofrida. Na primeira, constam as respostas sobre ter sofrido ou não discriminação no ambiente de jogo. Aproximadamente 71,5% (50/70) dos respondentes afirma ter sofrido algum tipo de discriminação durante as partidas. Na tabela referente ao tipo de discriminação, a quantidade total é maior que a quantidade de pessoas que sofreram discriminação, pois um mesmo respondente pode ter sofrido mais de um tipo durante a sua experiência de jogo.

Tabela 4 - Ocorrência de discriminação no ambiente de jogo entre os respondentes

SOFREU DISCRIMINAÇÃO?		
sim	não	total
50	20	70

Fonte: do autor

Tabela 5 - Tipo de discriminação sofrida

TIPO DE DISCRIMINAÇÃO					
gênero	LGBTQfobia	racismo	xenofobia	gordofobia	total
29	14	13	5	2	63

Fonte: do autor

O tipo de discriminação mais relatada, segundo a tabela 5, é a discriminação de gênero, configurando aproximadamente 46% (29/63) do total dos respondentes, seguido por LGBTQfobia (22,22%). De forma a entender melhor o processo discriminatório em League of Legends, as afirmativas foram separadas por gênero declarado entre os respondentes, como é possível observar na tabela 6.

Enquanto aproximadamente 60% masculinos (29/48) afirmam ter sofrido algum tipo de discriminação durante as partidas, 95% (19/20) das mulheres e todos os respondentes não-binários declararam ter sofrido algum tipo de preconceito enquanto jogavam.

Tabela 6 – Ocorrência de discriminação dividida por gênero

DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA POR GÊNERO					
Masculino		Feminino		Não-Binário	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
29	19	19	1	2	0

Fonte: do autor

A tabela 7 apresenta os tipos de discriminação relatados na tabela 5 divididos de acordo com o gênero, de forma a ter uma ideia melhor sobre quais são as atitudes tomadas frente aos jogadores, de acordo com o gênero dos respondentes.

Todas as mulheres e todos os respondentes não-binários declararam ter sofrido algum tipo de ofensa relacionado ao gênero. Como relatado anteriormente, essas ofensas são uma associação entre o mau desempenho e a ligação direta ao gênero do jogador. Os homens que relataram ter sofrido discriminação de gênero tiveram o mesmo tratamento, pois recebiam mensagens como “deve ser mulher” para justificar o mau desempenho, inferência esta feita por conta do *nickname* (o nome que o jogador usa no jogo) ou pelo gênero do personagem que utilizava naquele momento.

Tabela 7 – Ocorrência de discriminação dividida por gênero e por recorrência

TIPO DE DISCRIMINAÇÃO SOFRIDA					
	gênero	racial	lgbtqfobia	xenofobia	gordofobia
masculino	8	11	13	5	1
feminino	19	2	0	0	1
não-binário	2	0	1	0	0

Fonte: do autor

Ao contrário dos respondentes do gênero feminino, que não houve nenhuma ocorrência, os homens receberam diversos comentários preconceituosos referentes à sua orientação sexual. Dos 29 que relataram ter sofrido preconceito, 13 (aproximadamente 45%) relataram ter o seu mau desempenho relacionado à sua orientação sexual, reforçando o que foi discutido anteriormente, ao relatar o caso dos jogadores profissionais Gabriel “Kami” Bohm e Gustavo “Minerva” Alves.

4 Considerações finais

Tanto no cenário competitivo como no cenário casual, é possível observar a recorrência de atitudes discriminatórias, principalmente ligadas ao gênero e à orientação sexual dos jogadores, sejam esses profissionais ou não.

Por mais que o jogo *League of Legends* possua um sistema de denúncia deste tipo de comportamento, podendo resultar em suspensão ou banimento da conta dos jogadores que verbalizam esse tipo de mensagem, a própria empresa está envolvida em casos de discriminação de gênero por parte da empresa¹⁵, o que acaba legitimando este tipo de comportamento por parte dos jogadores.

Como trabalhos futuros, é desejável o entendimento deste tipo de comportamento dos jogadores em outros jogos, não só do mesmo gênero que *League of Legends* (o gênero MOBA), como também de outros gêneros, além de estudar se há variação deste

¹⁵ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/criadora-de-league-of-legends-acusada-de-discriminacao-de-genero-23217416>> acesso em 01 jun. 2019

comportamento em jogos gratuitos e em jogos pagos ou por assinatura, tentando assim entender se, apesar dessa discriminação ser um sistema estruturado social, esse tipo de atitude no ambiente de jogo se dá de maneira semelhante em outras produções, de acordo com as variáveis apresentadas acima.

Referências

- BELLO, A. A. **From the “Neutral” Human Being to Gender Difference: Phenomenological and Dual Anthropology in Edith Stein.** In: CALCAGNO, A. (Org.). **Edith Stein: Women, Social-political Philosophy, Theology, Metaphysics and Public History.** Suíça: Springer International Publishing, 2016. cap.2, p.11-25.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora Bertrand Brasil. 2002.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de identidade.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- DOWLING, Colette. **O mito da fragilidade.** Rio de Janeiro, RJ. Editora Rosa dos Tempos. Ano 2001.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Graal Ltda, Rio de Janeiro, 1999.
- GEERTZ, C. **O senso comum como um sistema cultural.** In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis : Vozes, 1997.
- JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente.** Editora Vozes, Petrópolis, 1971.
- SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a Lei “Antibaixaria” na Bahia.** OBSERVE – Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha. NEIM/UFBA. Disponível em www.observe.ufba.br/noticias/exibir/344. Acesso em 20 de maio de 2019. WILLIAMS, D.; YEE, N.; CAPLAN, S. **Who plays, how much, and why? Debunking the stereotypical gamer profile.** *Journal of computer-mediated communication*, v. 13, n. 4, p. 993-1018, 2008.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org